

*Patrícia Martins Castelo Branco*

O UNIVERSO IMAGINÁRIO DOS HOLANDESES  
NO BRASIL SEISCENTISTA – UM ESTUDO DA  
NARRATIVA DO VIAJANTE  
JOAN NIEUHOF

Faculdade de Ciências e Letras de Assis

**PATRÍCIA MARTINS CASTELO BRANCO**

**O UNIVERSO IMAGINÁRIO DOS HOLANDESES NO BRASIL  
SEISCENTISTA – UM ESTUDO DA NARRATIVA DO VIAJANTE  
JOAN NIEUHOF**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciência e Letras de Assis – UNESP, para a  
obtenção do título de Mestre em História.  
Área de Concentração: História e  
Sociedade. Linha de Pesquisa: Política:  
Ações e Representações.

**Orientador: Professor Dr. José Carlos  
Barreiro**

ASSIS  
2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Branco, Patrícia Martins Castelo  
B816u O universo imaginário dos holandeses no Brasil seiscentista:  
um estudo da narrativa do viajante Joan Nieuwhof / Patrícia Martins  
Castelo Branco. Assis, 2004

140 f.: il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Holandeses no Brasil. 2. Holanda – História – Séc. XVII.  
3. Brasil – História – Séc. XVII. 4. Imaginário. I. Título.

CDD 949.204

901.981

## AGRADECIMENTOS

Para produzir essa dissertação foi preciso a ajuda de várias pessoas, que com seu profissionalismo, ou carinho, interferiram diretamente na realização desse trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer ao Professor Dr José Carlos Barreiro, meu orientador, por sua compreensão, dedicação e tranquilidade, que foram de suma importância na confecção dessa pesquisa.

À professora Dra Sylvia Lenz que, com sua dedicação incomensurável ao estudo da História, me presenteou com o livro de Joan Nieuhof e ajudou no desenvolvimento desse projeto. Além de participar da Banca de Qualificação, o que muito me honrou. Professora e amiga, obrigada.

Agradeço a todos os meus professores, desde a graduação na UEL, aos vinculados ao Programa de Pós em História da UNESP. E ainda, não poderia deixar de mencionar todos os funcionários da Secretaria de Pós da UNESP, que sempre encontram solução para os nossos problemas, obrigada.

Agradeço nesse momento quem contribuiu com carinho.

Ao meu marido Aurélio Carlos Albano, só posso dizer que, te amo muito. Obrigada, por compreender a importância desse trabalho.

Para minha amiga Andréa Cristina Fontes, não existem palavras que descrevam sua paciência e dedicação, você esteve em todos os momentos ao meu lado, obrigada de coração.

À toda minha família: aos Martins, aos Castelo Branco e aos Albano, em especial minha mãe, obrigada.

Aos grandes amigos, quase irmãos: Elisandra, Silmara, Lucia, Moises, Rafael, Jorge, Edmeia, Vanessa, Patrícia. A eles, minha eterna gratidão por colaborarem de alguma forma na produção dessa pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Frank, um companheiro que sempre esteve junto comigo na confecção desse texto e alegrando meus dias.

BRANCO, Patrícia M. Castelo. O Universo Imaginário dos Holandeses no Brasil Seiscentista – Um Estudo da Narrativa do Viajante Joan Nieuhof. Assis, 2004, 140 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP.

### **RESUMO:**

A dissertação ora apresentada pretende discutir as experiências relatadas pelo viajante Joan Nieuhof, em seu livro: *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (Gedenkweerdige Brasiliaense Zee - en Lant – Reize)*. Tentaremos compreender como foi forjado o imaginário de liberdade e tolerância que serviram de suporte para a construção das representações do homem holandês do século XVII. Acreditamos que de forma inconsciente esse explorador levou para as terras distantes do Brasil as representações da nação holandesa, impressas em sua obra. Neste contexto, esse viajante submeter sua cultura a um enfrentamento com um novo sistema de significações totalmente desconhecido e adverso. A narrativa de Nieuhof nos coloca diante do encontro de dois mundos: de um lado, a Holanda – nação mais próspera da Europa neste momento histórico –, e do outro, o exótico Brasil, onde já residiam duas culturas dispares, os portugueses e os indígenas. A cada página que escreve, Nieuhof transporta o leitor para seus oitos anos de permanência no Brasil. Descreve desde os deslumbrantes recursos naturais, até as sangrentas batalhas da guerra luso-holandesa pela disputa das Capitânicas Nordestinas. Portanto, procuramos desvendar a mentalidade de um indivíduo através de suas palavras, para compreender e recompor o imaginário e a representação da sociedade em que viveu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Holandeses no Brasil; Narrativa de Viajante, Imaginário Holandês; Brasil Colônia.

BRANCO, Patrícia M. Castelo. The Dutch Imaginary Universe of Brazil in the 16th century – A Study of a Narrative of a Traveler called Joan Nieuhof. Assis, 2004, 140 p. Dissertation (Masters in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP.

### **ABSTRACT:**

The following dissertation intends to discuss the experiences related by the traveler Joan Nieuhof, in his book: *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil – Gedenkweerdige Brasiliaense Zee - en Lan t- Reize*. We will be trying to understand how the liberty and tolerance imaginary were shaped, which were made as a support to the Dutch men's constructions of representations of the XVII century. We believe that, unconsciously, this Explorer took these representations of his home land to the Brazilian far lands, told in his work. In this context, this traveler submitted his culture to a new system ordeal dealing with complete unknown and different signification systems. Nieuhof's narrative place us facing the meeting of two worlds: at one side, Dutch land – Europe most flourishing nation at this historical moment – and on the other side, the exotic Brazil, where two unequal cultures already dwelled together, the Portuguese and the native people. At each written page, Nieuhof transports the reader to his eight years of living in Brazil. He describes since the dazzling natural resources, to the bloody battle of the Portuguese-Dutch war claiming the Northeast administrative divisions of Brazil. Therefore, we will try to reveal the mentality of a person through his words, to also understand and reframe the imaginary and the representation of the society he lived in.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dutch in Brazil; Traveler Narrative, Dutch Imaginary; Brazil Colony.

*Liberdade, essa palavra  
que o sonho humano alimenta  
que não há ninguém que explique  
e ninguém que não entenda.*

(Cecília Meireles – Romanceiro da Inconfidência)

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

1. Objetivos da Pesquisa.....	01
2. Histórico de Joan Nieuhof e da Obra <i>Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil</i> .....	03
3. Estrutura do Livro <i>Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil</i> .....	07
4. Aspectos Teóricos e Metodológicos	
4.1. Representação e Imaginário.....	10
4.2. Humanismo e a Liberdade.....	14

## CAPÍTULO I: O EMERGIR DAS REPÚBLICAS DAS PROVÍNCIAS UNIDAS E DO SEU IMAGINÁRIO NA PASSAGEM DO SÉCULO XVI PARA O XVII

I.1. Definições Políticas Religiosas e Geográficas da Holanda do Século XVI ao XVII.....	19
I.2. O Imaginário de Tolerância Constrói a Representação de Lucro nos Países Baixos.....	29
I.3. A Luta Contra a Intolerância Imposta por Filipe II.....	33

## CAPÍTULO II: A REPRESENTAÇÃO E O IMAGINÁRIO DO VIAJANTE HOLANDÊS

II.1. Os Viajantes Holandeses Embarcam Para o Brasil.....	45
II.2. A Conquista das Capitanias do Brasil Pelos Holandeses.....	50
II.3. A Representação do Lucro Holandês nos Relatos dos Viajantes Sobre o Brasil.....	56

## CAPÍTULO III A OBRA DE JOAN NIEUHOF: *MEMORÁVEL VIAGEM MARÍTIMA E TERRESTRE AO BRASIL*

III.1. Descrição dos Aspectos Naturais do Brasil Holandês.....	66
III.2. A Narrativa de Joan Nieuhof Sobre a Guerra Luso-Holandesa.....	81
III.3. Apresentação Comercial do Brasil Holandês.....	120

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
---------------------------	-----

ANEXOS.....	132*
-------------	------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
---------------------------------	-----

\* Esta parte da dissertação não está disponível on-line, somente na versão impressa.

## 1. Objetivos da Pesquisa

Pretendemos nesta dissertação estudar a obra *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (Gedenkweerdige Brasiliaense Zee - en Lant - Reize)*, uma experiência narrada pelo viajante Joan Nieuhof. Por meio da compreensão dessa fonte primária tentaremos perceber como se formou o imaginário holandês seiscentista de liberdade e tolerância.

As representações do homem holandês do século XVII foram forjadas na soma das relações políticas, econômicas, religiosas e culturais, criando personagens ousados que embarcaram em suas naus e singraram pelos oceanos. Com uma grande dose de coragem e um objetivo muito mais complexo do que o simples enriquecimento fácil – a criação de uma colônia –, os holandeses aportaram no Brasil, trazendo na bagagem suas representações de liberdade de consciência e lucro. Serão essas características que buscaremos identificar na narrativa do livro de Nieuhof, além de suas possíveis modificações devido ao choque com uma nova cultura e paisagem adversa.

A historiografia dos viajantes europeus no chamado Novo Mundo revela que o século XVII contava com muitos homens corajosos, ambiciosos e, sobretudo, aventureiros. A Holanda não fugiu à regra, motivada pela paz que finalmente reinava nesse século. Impregnados de representações, desejosos de constituir vantajosos interpostos comerciais, eram muitos aqueles que embarcavam nas “flûtes”<sup>1</sup> em busca da “Fortuna”. Nas palavras de Baczko,

---

<sup>1</sup> Navio Holandês mercante do século XVI e XVII, de formação robusta de casco bojudo.

seriam “guardiões” de todo um sistema de significação do Estado de origem e tentariam perpetuá-lo, mesmo que inconscientemente (BACZKO,1985, p.5).

Centralizaremos esta pesquisa no discurso produzido por Nieuhof, no intuito de compreender o encontro de dois mundos: o “paradisiaco” Brasil e a mais próspera “nação” da Europa, a Holanda. Esse viajante revela a cada página suas percepções, deslumbramentos, as dificuldades de estabelecer um governo holandês no Brasil e o confronto com os portugueses até o fim da colônia holandesa. Ainda desejamos, em especial, tentar interpretar os sentimentos – de liberdade, de tolerância e de lucro – impregnados em suas palavras. Essa mentalidade dominava a elite da Holanda do século XVII. Uma vez trazida para o Brasil, acreditamos que tenha sofrido modificações, devido às adversidades com o meio ambiente e o confronto com outras culturas.

Portanto, pretendemos esboçar um quadro que condensa uma “nação” constituída em uma mentalidade bem estabelecida, a Holanda na primeira metade do século XVII, com um novo mundo, o Brasil. Isto será feito por intermédio da visão de Nieuhof, uma testemunha de sua época. Dessa forma, essa pesquisa tem o objetivo maior de compreender a obra e os sentimentos delineados pelo seu autor.

Optamos somente por essa fonte primária devido a inúmeras motivações, como: a complexidade da estrutura da obra; a amplitude do relato (o autor narra praticamente toda a invasão holandesa ao Brasil); e sobretudo as dificuldades que implicam tentar desvendar a mentalidade de um indivíduo e a sociedade a que pertenceu. Por esse conjunto de fatores, o livro *Memorável Viagem Marítima e*

*Terrestre ao Brasil* mostrou-se um achado, suprimindo nossas intenções de desvendar o imaginário europeu em choque com o Novo Mundo.

Devemos ainda esclarecer a terminologia que empregaremos para nos referir a esse povo e região durante a pesquisa. No século XVI, a região estudada se denominava Países Baixos (Nederland) – seriam os neerlandeses; após a União de Utrecht (acordo que discutiremos mais adiante), em 1579, a região se tornou as Repúblicas das Províncias Unidas, ainda constituídas por neerlandeses; somente com a supremacia da província holandesa, em 1653, o território passará a se chamar Holanda – portanto, holandeses (ZUMTHOR, 1989, p.18). Contudo, para a melhor compreensão do leitor, utilizaremos neste trabalho os termos “holandeses” ou “batavos” para nos referir a esse povo; “Países Baixos” para falarmos da região no século XVI, e Holanda na ocupação do Brasil, já que é o termo empregado na tradução do livro de Nieuhof. Para reforçar a argumentação, muitos historiadores brasileiros de renome se referem a essa região como Países Baixos ou Holanda, e holandeses ou batavos independentes da época. Podemos citar alguns autores, como Sergio Buarque de Holanda, José Antônio Gonçalves de Mello, Luís da Câmara Cascudo, etc.

## **2. Histórico de Joan Nieuhof e da Obra *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil***

Sobre Joan Nieuhof, temos poucas informações, apesar da extensa pesquisa<sup>2</sup> realizada. No início do livro, seu irmão Hendrik Nieuhof dedicou duas

---

<sup>2</sup> A pesquisa englobou os livros que constam na bibliografia, no arquivo do IHGB do Rio de Janeiro, no Gabinete Português do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e em vários sites de busca da Internet: Google.

páginas para contar um pouco de sua vida. Essa é a única fonte que encontramos que nos fornece algum dado pessoal sobre esse autor. Nenhuma das obras por nos consultadas que utilizaram Nieuhof como fonte traz referência sobre sua vida. Portanto, as informações aqui mencionadas vieram somente das mínimas páginas contidas no livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, fornecidas pelo irmão, e de algumas palavras que Joan mencionou durante a narrativa.

Nieuhof nasceu em Ulsen, condado de Benthem – na Alemanha –, em 22 de julho de 1618, filho de uma família abastada de um burgomestre. No ano de 1640 começa a prestar seus serviços de agente comercial à Companhia das Índias Ocidentais. Em outubro desse mesmo ano, devido ao seu conhecimento da língua portuguesa, é enviado ao Brasil na qualidade de comissário, onde permaneceu até 1649, por oito anos e cinco meses.

Retornando à Holanda, em 1670, não considerou as informações sobre a viagem ao Brasil dignas de publicação, mesmo após realizar várias revisões e apresentar seus originais ao Conde Maurício de Nassau e a Guilherme Piso. Acabou por deixar seus papéis com seu irmão, Hendrik Nieuhof.

Devido ao sucesso de suas viagens – não só para o Brasil, mas também para a China, Ceilão, Malabar, Batávia e outras –, Joan Nieuhof tornou-se um alto funcionário da Companhia das Índias Orientais. Em 1672, foi enviado para uma expedição em Madagascar, acabando por desaparecer em uma incursão pelo interior da África.

Quando da morte de Joan Nieuhof, seu irmão, Hendrik, decidiu editar e publicar os escritos sobre sua viagem ao Brasil, postumamente. A obra foi impressa em 1682, em holandês<sup>3</sup> e inglês.

Entendemos que a narrativa de Joan Nieuhof expõe a complexidade do imaginário de uma parte da elite holandesa do período. Contudo, vem à mente a seguinte indagação: como um alemão poderia expressar as sinuosidades dessa sociedade seiscentista holandesa? Para tanto, necessitamos compreender a formação étnica dos Países Baixos.

De acordo com o autor Philip Bobbitt, o termo “nação” é destinado a qualquer grupo étnico de mesma formação cultural, possuindo ou não um Estado constituído. Apoiados nessa definição, os Países Baixos podem ser chamados de “nação”, e essa população tem a característica da receptividade aos estrangeiros. Um exemplo seria que nas cidades de Leiden, no período de 1575 a 1619, 63% de sua população era composta por estrangeiros que imigraram da França (ZUMTHOR,1989, p.386).

As pessoas vinham de diversas outras localidades, como aponta este trecho: *Essa colônia era tão heterogênea pelas nacionalidades nela representadas (flamengos, ingleses, alemães, escandinavos, franceses, suíços) quanto pela condição social de seus membros* (Ibid., p.307).

Desejamos esclarecer que o sentimento de tolerância que exploraremos durante o estudo foi o ponto chave que permitiu a boa aceitação dos estrangeiros, e que estes também contribuíram na formação da identidade holandesa, que

---

<sup>3</sup> Um desses exemplares se encontra no IHGB do Rio de Janeiro: NIEUHOF, Johan. *Gedenkwaardige Brasiliaense Zee - en Lant - Reize*. Amsterdã: Jacob Van Meurs, 1682.

difere da das demais “nações” europeias. Zumthor já abordou esse convívio com pessoas de outras nacionalidades, conforme se vê nesta observação: *As grandes cidades, sobretudo da província da Holanda, ganharam com isso um certo caráter cosmopolita, sensível em todas as camadas da população.* (Ibid., p. 308)

Os Países Baixos tornam-se um refúgio da intolerância religiosa, ou uma terra de oportunidades. Esses expatriados buscavam aspirar a atmosfera de liberdade que essa região exalava. Observemos a argumentação a seguir:

*Ao longo do século [XVII], os Países Baixos tornaram-se pouco a pouco o lugar de refúgio por excelência da Europa. Perseguidos, suspeitos, intelectuais apaixonados por sua liberdade de expressão encontravam ali artesãos, comerciantes e sábios que haviam sido atraídos pela possibilidade – ou pela ilusão – de uma vida mais ampla e de perspectivas abertas. A essas pessoas a República oferecia vantagens consideráveis: a maior parte de suas cidades, Amsterdã em particular, eram consideradas inexpugnáveis; o fato de o poder político real estar nas mãos das municipalidades parecia-lhes, com ou sem razão, uma garantia contra qualquer tirania; a política comercial era, para a época, liberal; a liberdade de consciência, quase total; nada tolhia a importação de capitais, e o recém-chegado podia depositar sua fortuna nos porões do banco de Amsterdã. Enfim, os Estados manifestavam sua vontade de garantir o direito de asilo: os embaixadores da França jamais puderam obter a extradição de um súdito francês fugitivo.* (Ibid., p.308)

Cabe ressaltar que naquela época as delimitações de fronteira eram bastante imprecisas e chamar uma região de Estado era complexo. Isto se deve às inúmeras indefinições políticas, econômicas e religiosas que ocorriam na Europa.

Essa integração foi indispensável para compor o imaginário holandês, e a prova dessa união está nas palavras de Nieuhof, como se demonstrará nos capítulos subseqüentes. Notar-se-á que independente da sua nacionalidade alemã, o autor consegue expressar os interesses da Companhia das Índias Ocidentais e,

por extensão, os sentimentos e aspirações de uma parte da elite holandesa que confrontou o Novo Mundo.

Para corroborar essa teoria, nada melhor que apontarmos duas personalidades que defenderam e manifestaram a mentalidade da sociedade holandesa: Guilherme de Orange (o Taciturno, XVI) e Jorge Marcgrave, que eram alemães, e Benedictus de Spinoza, de origem castelhana.

### **3. Estrutura do Livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil***

Direcionemos, agora, nosso olhar para a construção estrutural da obra que utilizamos como fonte: o livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Editado pela Livraria Itatiaia, ele foi traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos e comparado à edição holandesa de 1682 por José Honório Rodrigues, sendo que o último escreveu a introdução, as 460 notas explicativas, a crítica bibliográfica e a bibliografia. Possui uma advertência ao leitor, escrita pelo irmão de Hendrik Nieuhof, informando sucintamente as origens de Joan e da obra. Notamos a ausência de capítulos definidos. Há somente alguns subtítulos salientando determinados assuntos. Porém, o autor não se preocupava em concluí-los, mudando bruscamente de enfoque durante toda a narrativa.

Constatamos não haver grande preocupação com a estrutura da obra, visto que a iniciativa de relatar sua estada no Brasil não era oficial – diferentemente de autores como Gaspar Barléu, Guilherme Piso e Jorge Marcgrave.

No início, escreve em primeira pessoa do singular, passando, a partir do terceiro capítulo, a utilizar verbos impessoais, e ocasionalmente se utiliza da terceira pessoa do plural.

Percebemos ainda que as informações selecionadas vão além dos oito anos de permanência do autor no Brasil. A princípio, Nieuhof descreve a fauna, flora e geografia do Brasil Holandês, revelando preocupação com os aspectos técnicos; depois, com o início da disputa com os portugueses, torna-se quase um cronista de guerra; mais tarde retorna ao formato técnico de descrição, desta vez para demonstrar os melhores produtos para comercialização; e finalmente relata, seu retorno à Holanda, em que analisa os motivos da derrota do Brasil Holandês para os portugueses.

Outro ponto difícil de determinar seria a presença física de Nieuhof em todos os fatos e lugares que descreveu. Em certos momentos, parece ter estado presente; já em outros, não. Ao analisar sua obra com atenção, fica inquestionável que o autor se preocupava em informar a verdade dos fatos – mesmo sendo isso algo impossível perante a historiografia que utilizamos.

Os eventos relatados não são de todo determinantes, e considerá-los algo real e verdadeiro seria um erro. Nosso interesse está no ângulo em que os acontecimentos eram observados por Nieuhof. Desejamos, acima de tudo, absorver dessa narrativa: o que está subentendido; o pensar desse representante holandês; as representações inconscientes e conscientes que imprime nas páginas do seu livro; sua religião; suas convicções políticas e econômicas; seus preconceitos; seus medos; suas indignações; além de outros sentimentos.

Optamos, devido a visíveis concentrações de assuntos, por dividir essa obra em quatro fases:

Na primeira, Nieuhof faz uma descrição das regiões sob o domínio dos holandeses, as estruturas construídas, tamanhos, principais recursos econômicos, rios, natureza nativa e guarnições.

Na segunda parte, relata, em formato de crônica jornalística, o início e a seqüência da disputa entre os portugueses e holandeses, que se intensificou com fim do governo de Maurício de Nassau e continua até a segunda batalha de Guararapes. Nessa fase também reproduz os acordos, proclamas, tratados e cartas oficiais ou não – na íntegra ou em pequenos fragmentos<sup>4</sup>. O contato com essas cartas e acordos demonstra que as relações que Nieuhof mantinha na “colônia” não eram somente comerciais, mas também diplomáticas, devido ao seu acesso a correspondências que foram escritas pela alta cúpula do poder holandês no Brasil.

A terceira fase marca o regresso à descrição pormenorizada de elementos naturais e do cotidiano dos habitantes do Brasil Holandês – somente os índios e os negros. A diferença mais marcante entre esta e a primeira fase está no discurso, com uma constante preocupação em demonstrar que esses recursos naturais podem ser manufaturados ou comercializados e quanto os habitantes podem auxiliar a colônia.

Na quarta e última fase, Nieuhof, já se encontra na Holanda, conta como foi o fim da permanência dos holandeses no Brasil e procura expor os motivos da

---

<sup>4</sup> O autor coloca essas cartas e acordos com uma linguagem diferenciada da utilizada no restante da narrativa. Impressas em um formato de carta, em destaque, com data e dedicatória, relatavam acordos importantes feitos com os portugueses ou pedidos de soldados para a metrópole holandesa, além de outros assuntos.

perda da colônia. Ele discorda de que o Grande Conselho – que comandou de 1643 a 1646 – tenha sido o responsável pela derrota e culpa os governantes da Holanda, que não souberam compreender o que era realmente necessário para manter o Brasil Holandês.

Nieuhof escreveu minuciosamente inúmeros momentos da permanência dos holandeses no Brasil, porém seria impossível abarcar tudo, já que sempre existirão os “silêncios” (CERTEAU, 2000, p.43). Em suma, o enfoque em determinados fatos do livro, o discurso utilizado e o não citado, fornecerão as evidências necessárias para demonstrar os aspectos da representação e do imaginário dos viajantes holandeses do século XVII.

## **4. Aspectos Teóricos e Metodológicos**

### **4.1. Representação e Imaginário**

A teoria do imaginário não é uma tendência voltada para o racionalismo; sua base de sustentação seria o universo simbólico. Um dos seus precursores foi o medievalista Michelet, segundo o qual o imaginário seria: *[...] o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem* (BACZKO, 1985, p.303).

Para Baczko, Marx foi, no século XIX, outro pensador que contribuiu imensamente com o desenvolvimento dos estudos do imaginário social. Ao elaborar sua teoria este pensador, reconheceu a importância das representações ideológicas para a compreensão do imaginário. Afirmou, ainda, que essas

representações são as expressões das classes sociais antagônicas entre si e estão em constante luta, necessitando passar pelos campos ideológicos:

*A ideologia assume, assim, uma dupla função: por um lado exprime e traduz a situação e o interesse de uma classe, mas, por outro lado, isso só pode fazer-se deformando o oculto das relações reais entre as classes e, nomeadamente, as relações de produção, que constituem, precisamente, o objecto da luta de classes. (Ibid., p.304)*

Não é possível uma definição categórica do termo “imaginário”, podendo-se entender essa vertente como o estudo das sociedades que *constrói a sua ordem simbólica* no decorrer da história. Outro ponto é que não podemos confundir o imaginário com o que acreditamos ser o *real*, mas sim com um sistema de *idéias-imagens que constituem a representação do real* (PESAVENTO, 1995, p.15-16).

Ou seja, em sua especificidade, o imaginário social se manifesta em um complexo sistema simbólico, produzido por um conjunto social que necessita criar uma identidade coletiva, por meio de uma preparação gradual e laboriosa dos indivíduos. Dessa forma:

*Nenhuma sociedade é redutível aos seus motivos físicos e materiais; é de uma urgência essencial e constitutiva da prática que essa se realize numa teia de sentidos que ultrapassa a segmentação dos gestos, dos indivíduos e dos instantes. Do mesmo modo, toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual, ela se designa e se reproduz e que designa em particular o grupo a ele mesmo, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. (PIERRE, 1978 apud ROMANELLO, 1988, p.30)*

Portanto, é construído um conjunto de crenças comuns, e que serão distribuídos papéis para cada membro dessa sociedade. Como em uma peça teatral para que a encenação aconteça harmoniosamente é indispensável uma

espécie de código entre os atores, para que reconheçam os personagens e a seqüência das falas da peça. No caso, Nieuhof escreveu sobre uma peça de que participou e a que assistiu, simultaneamente. Desse modo, seu olhar para os eventos ocorridos nos oito anos em que esteve no Brasil é único. Sua experiência individual irá influenciar na escolha dos melhores momentos e nos personagens que irá perpetuar. Contudo, o fato de ter atuado e observado em tempo real dá a ele a possibilidade de identificar os códigos e a seqüência em que a peça foi encenada. Em suma, cabe a nós, historiadores, penetrar nessa emaranhada trama para encontrar a representação e, com isso, identificar o imaginário. Observe-se a definição:

*[...]”a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo” [...] o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento. (CHARTIER, 1990, p.41)*

As representações seriam indispensáveis para a construção desse imaginário coletivo da sociedade. Elas representam os estados de “consciência coletiva”, que devem superar os sentimentos individuais. Essas representações coletivas seriam as demonstrações das reações sociais, ou seja, quando o coletivo corre algum perigo, são as representações que ficam mais evidentes, revelando o desejo de manutenção do tradicional imaginário (BACZKO, 1985). Enfim: *O imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas (PESAVENTO, 1995, p.24).*

Foi a Holanda de Espinosa no século XVII, que enviou viajantes com ideologias de um Estado que muitos europeus viam como a encarnação da

modernidade. Reinavam o ideais humanistas de tolerância e liberdade, o que possibilitava um comércio lucrativo e empreendedor. Podemos citar um contemporâneo de Espinosa, João Batista Stoppa, que ao criticá-lo nos dá uma visão da Holanda seiscentista:

*[...] o seu Tractatus Theologico-Politicus [de Espinosa] pretende minar todas as confissões e “introduzir o ateísmo, a libertinagem e a liberdade de todas as religiões”, porque, segundo o seu ponto de vista, as religiões são inventadas pela “utilidade que proporcionam ao público, com o fim de os cidadão se entregarem à virtude, e não à esperança mais do que essa virtude da Natureza, espalhada entre todas as criaturas; de resto, é certo que o comportamento político dos Holandeses é muito pouco cristão: o seu Estado, que admite todas as religiões, não possui na realidade nenhuma a não ser, na prática, a do lucro, sacrificando, “de modo sacrílego”, a religião ao comércio; os Holandeses, no fim das contas, estão do lado de Espinosa, “para quem o Baptismo, eucaristia, festas e orações foram prescritas unicamente como sinais exteriores da Igreja, não contribuindo em nada para a Bem-Aventuraça”.* (SCHAUB, 1983, p.140)

Nieuhof, portanto, é um homem do século XVII e, por mais que fosse importante ou tenha influenciado a história de sua sociedade, não são seus feitos individuais que nos interessam, mas sim suas relações com seu meio. Nesse contexto, o historiador Roger Chartier acredita que as representações devem ser o objetivo do historiador. Essas representações produzem, por meio de lutas, instrumentos como signos imaginários e, conseqüentemente, uma *hierarquização da própria estrutura social* (CHARTIER, 1990, p.23).

Assim, Chartier afirma que as representações podem ser estruturadas por intermédio de vários discursos. Portanto, ao deparamos com um texto do século XVII, temos que nos preocupar com o tipo de imagem que o leitor da época pretendia extrair e com aquela que nós hoje também desejamos ver.

Em termos gerais isso, significa que nos devemos concentrar nas práticas universais que são demonstradas na narrativa de Nieuwhof. No caso, o imaginário holandês seiscentista humanista causa grande diferença no processo de colonização do Brasil Holandês, em relação ao do Brasil Português.

Afinal, quando lemos um texto ou tentamos decifrar um sistema de pensamento, temos que considerar as articulações que podem se transformar no próprio objetivo da pesquisa. Contudo, certas categorias são traiçoeiras, aparentam uma universalidade que não é possível. É o caso da ideologia de valorização do humano que desejamos estudar. Por certo, a idéia de colocar o ser humano acima de tudo parece prevalecer desde a Grécia de Aristóteles até os dias atuais. Porém, Chartier nos alerta que categorias possuem suas particularidades, dependendo da época, e cita Paul Veyne: *[...] neste mundo não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o bispo: as figuras são aquilo que delas fazem as configurações sucessivas no tabuleiro* (Ibid., p.65).

## **4.2. Humanismo e a Liberdade**

Nesse tópico, concentrar-nos-emos nos aspectos teóricos do humanismo e da liberdade, com o auxílio da historiografia e das outras áreas afins. Para que durante esse estudo possamos reconstruir a representação e o imaginário da política holandesa seiscentista e desvendar as informações contidas no livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, que inconscientemente acabaram por perpetuar o pensamento humanista dos viajantes.

De acordo com o filósofo político Quentin Skinner, nesse período se difundiu o humanismo, que como uma onda trouxe a elite dos Países Baixos para a essência dos clássicos (SKINNER, 1996). Entre outras características, esse movimento valorizou a liberdade:

*A Renascença começou primeiramente por compreender que a genuína autonomia do homem consistia não só na liberdade a respeito das autoridades religiosas e filosóficas, mas também na libertação da escravidão do mundo social, que se opunha à humanidade. (LINS, 1967, p.51)*

O século XVII representou a ênfase do indivíduo no movimento humanista após um longo período de sua quase supressão diante do divino, na medievalidade. Por outro lado, existe hoje um consenso estabelecido por vários filósofos políticos de que a humanidade deve ter cuidado para não entrar em um processo individualista exacerbado, correspondendo a um interesse mercadológico e materialista, escravo de um sistema político-econômico totalitário.

Para compreendermos melhor o conceito de liberdade, utilizaremos John Rawls, que legitima a liberdade nas teorias do Direito e da Ciência Política. Para ele:

*Ao longo de toda a história do pensamento democrático, o foco foi na aquisição de certas liberdades específicas e garantias constitucionais, como as encontradas, por exemplo, nas várias cartas de direito e declarações de direito do homem. (RAWLS, 2000, p.346)*

A liberdade fundamental, segundo Rawls, é limitada por estar sempre entrando em choque consigo mesma. Ou seja, todo homem tem o direito à

liberdade, mas há o fato de que um indivíduo não pode ser totalmente livre sem interferir na liberdade do outro. O autor sugere que *Instituir as liberdades fundamentais assim como satisfazer desejos diversos, requer programação e organização social* (Ibid., p.350).

Argumenta, ainda, que essa sugestão é paliativa e não se encaixa em todos os casos, sendo aplicável somente em uma situação ideal. Portanto, para John Rawls, a liberdade fundamental deve servir somente como estímulo moral para uma sociedade. E salienta:

*[...] entre as liberdades fundamentais da pessoa está o direito de adquirir e de ter uso exclusivo da propriedade pessoal. O papel dessa liberdade é permitir uma base material suficiente para haver um sentimento de independência pessoal e auto-respeito, ambos essenciais para o desenvolvimento e exercício das capacidades morais.* (Ibid., p.352)

Portanto, para Rawls, a liberdade não passa de uma regra normativa produzida por uma instituição pública que define direitos e deveres. Além do que, se considerarmos a liberdade irrestrita para cada homem, ela acaba por colidir entre si. Sem um procedimento razoável de controle – o Direito, por exemplo –, a essência da liberdade perde seu valor.

O conceito de liberdade que permeava a consciência da elite holandesa era utilizado como uma bandeira para garantir seus interesses. Para melhor compreendermos esse sentimento, recorreremos ao autor Claude Lefort, que interpreta os pensamentos políticos de Tocqueville.

Tocqueville foi um pensador do século XIX. Sobre a liberdade, salientou que os homens voltados para as letras e para o pensamento econômico eram

praticamente indiferentes às liberdades políticas, porém esse descaso não procede quanto à liberdade econômica. Ou seja:

*São, na verdade, muito favoráveis à livre-troca dos gêneros, ao **laissez-faire** ou **laissez-passe** no comércio e na indústria; porém, quanto às liberdades políticas propriamente ditas, nem sequer a vislumbram e quando elas se apresentam a sua imaginação, repudiam-na antes de tudo.* (TOCQUEVILLE, p.120 apud LEFORT, 1991, p.198, grifo do autor)

Ainda pela perspectiva de Tocqueville, Lefort demonstra que o indivíduo voltado para o econômico luta por seus ideais e tenta impor sua doutrina até mesmo para o Estado. Vista por esse ângulo, a elite holandesa parece se encaixar nessa argumentação. Afinal, no caso dos holandeses do século XVI, o monarca Filipe II ameaçou o sentimento de tolerância e liberdade que essa elite acreditava possuir, provocando o desejo de preservação desses sentimentos, nem que para isso fosse necessário lutar. Assim sendo, Tocqueville identifica os traços do temperamento revolucionário e democrático que conhecemos tão bem:

*Ele não se limita a observar que os economistas “nada encontrando a seu redor que lhes pareça de acordo com (seu) ideal (...) vão buscá-los longe, na Ásia”, põe em evidência a idéia de um poder que já não se satisfaz em manter a obediência do conjunto dos cidadãos, mas tem por missão transformá-los no limite, produzi-los. “Ao Estado, segundo os economistas, não compete unicamente comandar a nação, mas também moldá-la de uma certa maneira; cabe-lhe formar o espírito dos cidadãos segundo um certo modelo que ele de antemão se propôs; seu dever está em saciá-los de algumas idéias e fornecer a seus corações alguns sentimentos que considera necessários. Na realidade, não há limites a seus direitos, nem fronteiras ao que pode fazer; não apenas reformar os homens, transforma-os; só ao Estado compete fazer outros homens!”.* (TOCQUEVILLE, p.212 apud Ibid., p.198)

Outro momento em que anseios semelhantes ficaram expostos foi a disputa pela posse das capitâneas no Brasil. Mais uma vez, a elite holandesa teve

que lutar para manter as representações herdadas da nação de origem, impondo ao Estado um modelo que pudesse satisfazer seus interesses.

## **I.1. Definições Políticas Religiosas e Geográficas da Holanda do Século XVI ao XVII**

A elite holandesa lutou arduamente, durante todo século XVI, por um sentimento pouco conhecido pelos modernos, mas inebriante: a “liberdade”. Liberdade de comercializar com qualquer povo, sendo “pagão” ou inimigo; liberdade de realizar seus cultos religiosos; liberdade de expressar o que pensava; liberdade de manter uma guerra se esta significasse a manutenção do comércio lucrativo; e, finalmente, liberdade sobre si mesma tendo o direito de usar as leis da razão humana. Esse imaginário brotará somente devido às condições propícias, ou seja, uma filosofia humanista crescente, sua formação política, uma religião protestante e sua localização geográfica.

Contudo, para cada tipo de solo há uma planta que florescerá melhor. No caso dos Países Baixos, a elite dará frutos abundantes nos séculos XVI e XVII. Direcionaremos nosso foco de investigação histórica basicamente na elite, a partir de duas características. Primeiramente, de acordo com a biografia fornecida pelo seu irmão, Hendrik, Joan Nieuhof era membro dessa classe. Compreendemos que o segundo ponto se localiza na capacidade dessa classe social de perpetuar sua cultura por meio de documentos, como a narrativa de Nieuhof. Para corroborar essa teoria as palavras de Simon Schama são bastante pertinente:

*Quando levianamente me refiro aos holandeses, o historiador social exigente há de querer que eu seja mais preciso. Na verdade, o que pretendo focalizar é a elite holandesa – aquela camada superior da classe proprietária que podia dar-se ao luxo de impingir sua cultura como a herança nacional. Nisso há algo de verdadeiro. O que*

*segue certamente não pretende ser uma história da cultura popular, se a concebemos como as convicções dos paupérrimos, analfabetos e vadios. É muito difícil tentar reconstituir a cultura das classes baixas holandesas com base em documentos, os quais em grande parte são registros que as incriminam.* (SCHAMA,1992, p. 16, grifo do autor)

Deixaremos de lado os méritos de cada classe social e nos concentraremos nas relações da elite holandesa ao longo dos séculos já mencionados.

Porém, a Holanda de hoje não foi forjada somente pela mentalidade da elite holandesa do século XVII. Outros fatores também contribuíram, como suas definições geográficas e políticas.

No início do século XVI, a Holanda era formada por 17 províncias, chamadas de Países Baixos, que correspondiam à Holanda, à Bélgica e às regiões francesas de Flandres até Artois.<sup>1</sup> Essas 17 províncias só podiam ter um único soberano, e em 1506 o Habsburgo Carlos V<sup>2</sup> sucedera seu pai, tornando-se Duque de Borgonha e herdando os Países Baixos. O “senhor natural” dos Países Baixos instalou sua capital em Bruxelas. Cada província era uma república individual, possuindo um representante do rei (Stathouder) e conselhos que se reportavam a Carlos V. Os mais importantes eram o do Estado, o do privado e o das finanças.

Em seu tempo, Carlos V foi considerado o “Imperador do Mundo”, mas isso não significava uma governabilidade coesa desse imenso território, já que

---

<sup>1</sup> Ver o anexo nº 1, que mostra o mapa das 17 Províncias no século XVI.

<sup>2</sup> Carlos V não herdara somente os Países Baixos em 1519 governava praticamente toda Europa, acumulando os seguintes títulos: “*Rei dos Romanos; Imperador-eleito; semper Augustus; Rei de Espanha, da Sicília, de Jerusalém, das Ilhas Baleares, das Ilhas Canárias, das Índias e das terras firmes do outro lado do Atlântico; Arquiduque de Áustria; Duque de Borgonha, do Brabante, da Estíria, da Caríntia, da Carníola, do Luxemburgo, do Limburgo, de Atenas e de Patras; Conde de Habsburgo, de*

refletia um caráter medieval em meio a uma nascente mentalidade moderna. A Europa quinhentista formava um mosaico de aproximadamente 500 Estados principescos, dos quais grande parte pertencia ao Sacro Império Romano, comandado por Carlos V. O imperador do Sacro Império lutava contra as inovações políticas que começam a resplandecer na Europa com o advento do Estado régio que dava seus primeiros passos na França de Francisco I.

Podemos, pela argumentação de Bobbit, compreender a voz desse Estados como:

*[...] distinta da do Estado principesco. Podemos ouvi-la claramente na obra de Jean Bodin, um dos mais influentes filósofos políticos europeus. Em seu prefácio aos **Seis Livros da República**, escrito em 1576, Bodin ataca Maquiavel – o poeta do Estado principesco – por sugerir que o líder de um Estado estaria sujeito a regras morais diferentes das que se impõem ao homem comum. [...] Enquanto para o Estado principesco o grande salto é do príncipe como pessoa para o príncipe associado a uma estrutura administrativa (o príncipe e o Estado), a transição para o Estado régio (como o Estado já objetificado) reverte esse movimento e faz do monarca a apoteose do Estado. Em outras palavras: o Estado principesco separou a pessoa do príncipe de sua estrutura burocrática e militar, criando, assim, um Estado com atributos até então reservados a seres humanos; o Estado régio volta a unir os dois elementos, monarca e Estado, e transforma o rei no próprio Estado: “**L’état, c’est moi**”.* (BOBBIT, 2003, p.94, grifo do autor)

Apesar dessas mudanças políticas, os Países Baixos representavam os menores problemas de Carlos V, mesmo possuindo uma independência econômica e política que ameaçava a centralização do Império. Contudo, o Imperador enfrentava em outras regiões conflitos muito mais ameaçadores à sua coroa: a Reforma de Lutero na Alemanha e a ascensão dos príncipes; a ameaça

---

*Flandes e do Tirol; Conde Palatino de Borgonha, de Anhalt, Pfirt e Rossilhão; Landgrave da Alsácia; Conde da Suábua; Senhor da Ásia e da África.”* (GREEN. 19?. p. 145).

dos turcos nas fronteiras do Mediterrâneo, na Hungria e na Áustria; revoltas na Espanha; e as ameaças de Francisco I, soberano francês, aos seus domínios.

Das possessões de Carlos V, somente nos concentraremos nos Países Baixos e na Espanha, sobretudo porque a partir da dominação de Carlos V nasceu um antagonismo entre essas duas regiões. As primeiras reservas da Espanha contra os Países Baixos surgiram com a permanência do Imperador nesse território no começo do governo. Além disso, em 1517, Carlos V, em sua primeira visita ao reino de Castela, nomeou como seu regente um flamengo, Adriano de Utreque, que nada compreendia das necessidades da região. Apesar de essa situação resultar em uma revolta de cunho popular, os rebeldes foram derrotados pelos nobres espanhóis, que restabeleceram o domínio do Imperador, garantindo a paz:

*Os reinos da Espanha, tanto os do velho como os do novo mundo, foram atrelados ao carro imperial de Carlos. Daí para o futuro, a sua posição em Espanha não sofreria competição, sem que por isso ele deixasse de ter o cuidado de não ofender os Castelhanos e de procurar conquistar o seu afecto mediante a política de hispanização que adoptou em todos os seus domínios espanhóis.*  
(GREEN, 1979, p.153)

Uma questão que influenciará o destino dos Países Baixos definitivamente será o fato de o filho de Carlos V, Filipe II, ter sido educado na Espanha sob os princípios da religião católica. Essa informação é de suma importância, pois, quando Filipe assumir o trono no lugar de seu pai, o novo Imperador irá provocar uma guerra em que o primordial motivo será a questão religiosa entre a Espanha e os Países Baixos.

Essa disputa causou, no ano de 1579, o rompimento das 17 províncias: as dez províncias do Sul fizeram a aliança “União de Arras” e passaram a ser conhecidas como País do Estados Gerais, sob o comando espanhol; as sete províncias restantes do Norte se organizaram na “União de Utrecht”.<sup>3</sup> Discutiremos mais detalhes desses acordos no decorrer deste capítulo.

Apesar de apresentarmos mapas que mostram o que seria a Holanda no século XVII, não há definições precisas de seu território nem de seu nome. Dificilmente saberemos ao certo, talvez devido ao fato de na época não haver a preocupação com essas medições e de a disputa com a Espanha impedir a exatidão territorial. Por outro lado, o autor Simon Schama fornece uma hipótese que nos parece plausível em relação à mentalidade holandesa:

*Em defesa desses termos tão vagos e confusos, cabe dizer que os próprios holandeses evitavam fixar seus limites territoriais, sobretudo na primeira parte do século XVII. Fronteiras decerto constituíam motivo de disputa primordial entre facções rivais. [...] Os interesses da nação recente e vulnerável, sobretudo o comércio, lucrariam mais com a paz que com a guerra, dizia-se – posição que de modo algum tinha o apoio unânime do patriciado governante das cidades holandesas, a começar pelo de Amsterdã.*

*[...] Faltava até uma nomenclatura de aceitação comum. Crônicas históricas holandesas que repetidamente se referem a **patriotten** [patriotas] são quase deliberadamente vagas quanto à definição exata da pátria. “Terras dos Países Baixo Unidos” era o termo (puramente formal) usado em tratados e documentos oficiais para indicar as províncias que em 1579 assinaram a União de Utrecht. (SCHAMA,1992, p.64)*

---

<sup>3</sup> Ver anexo nº 2, que mostra o mapa da divisão das 17 províncias, ao sul, “País dos Estado Gerais” e ao norte as províncias de “Utrecht”.

Neste momento, para obtermos uma compreensão mais abrangente da geografia e, principalmente, da religião da Holanda, demonstraremos certos aspectos da história da Alemanha e da França desse período.

Os domínios de Carlos V alcançavam o que seria hoje a Alemanha (Germânia do século XVI), ao herdar o título de Conde de Habsburgo. O Imperador possuía pouco em comum com os alemães. Dessa forma, deixou esse território sob os cuidados de seu irmão Fernando, em 1531, mas este ainda devia se manter subordinado às determinações do Império.

Sob o reinado de Carlos V, a Alemanha intensificou sua política separatista e contrária à autoridade imperial. Os príncipes, vistos como vassalos pelo Imperador –, um pensamento que reflete o caráter medieval do regente – não desejavam prestar tributos a um poder central. Outro empecilho para a paz foi a Reforma de Lutero, que influenciou alguns príncipes incentivando outros cultos, o que era inadmissível para Carlos V, que acreditava que o Império só seria realmente unido por meio da fé católica apostólica romana.

Por certo, outros motivos contribuíram para as crescentes rebeliões que se seguiram até 1555, quando finalmente teve início um período de paz. Contudo, concentrar-nos-emos na questão político-religiosa desses distúrbios, na qual uma doutrina teve importante papel:

*O principal problema alemão que se deparou a Carlos V ao longo do seu reinado foi indubitavelmente o do Luteranismo, que iria fomentar o particularismo dos príncipes, diminuindo assim a autoridade imperial, e romper a unidade do Império. (GREEN, 19?, p.157)*

Nosso interesse no luteranismo se deve ao fato de o calvinismo derivar dessa doutrina, que acabou tendo uma grande receptividade nos Países Baixos. Mesmo após a condenação de Lutero por Carlos V, na Dieta de Worms (1521), suas idéias de uma nova “Igreja” já haviam se espalhado por diversos principados alemães, levando à Reforma. Nesse contexto surge Calvino, que contribuiu para a cisão da cristandade e para o desenvolvimento das chamadas Igrejas Reformadas, criando o Calvinismo.

Nascido em Noyon, norte da França, João Calvino foi para Paris para aprender teologia e se tornar padre. Porém, seu pai tinha outros planos e, no meio dos seus estudos o enviou para Orleans para estudar Direito, com interesse em uma carreira mais promissora para o filho. Essa guinada em sua formação muito contribuiu para a criação de sua futura doutrina, e foi em Orleans que teve contato com os reformistas.

O rei da França, Francisco I, não via com bons olhos os reformadores e em 1530 já os perseguia com o máximo rigor. Temendo ser preso, Calvino parte para a Basileia e começa a redigir sua doutrina. A obra *As Instituições da Religião Cristã* foi de louvável importância. Nela constam, de forma lógica e sistemática, as crenças da Reforma e as discordâncias em relação à doutrina católica. Sempre se baseando nas escrituras do Antigo Testamento e nos antigos escritores da Igreja, como São Paulo e São Agostinho, Calvino apresenta um Deus muito mais severo do que apresentou Lutero e demonstra que Sua soberania é absoluta.

Dois pontos são significativos na doutrina de Calvino. Primeiramente, a salvação, que é diferente da Igreja Católica e de Lutero. O calvinismo pregava que somente os eleitos por Deus, os predestinados seriam salvos. A segunda questão, a importância das instituições, ou seja, o homem deve obedecer à lei civil e às regras de Deus, e os que desobedecem ao governo civil pecam contra Deus.

O calvinismo, com suas idéias de organização metódica e a valorização das instituições, acabou aportando nos Países Baixos, vindo da França. Certamente, outras novas idéias de religião – como o Luteranismo e o anabatismo – também foram trazidas por intelectuais e comerciantes. Contudo, o Calvinismo conquistou uma camada em ascensão na Holanda dos tempos modernos: os que enriqueceram por seu próprio esforço e não descendiam da aristocracia parasitária.

Essa nova doutrina casava-se como uma luva com o pensamento humanista crescente na região, por enaltecer o indivíduo, pregar o trabalho árduo como um ato de louvor a Deus e estimular a disciplina e a organização das instituições. Contudo, de o fato do humanismo ver essa doutrina como parceira, fez que por ser mais voltada para o homem, os calvinistas de Gomar – que poderíamos chamar de “ortodoxos” – não enxergassem com bons olhos seus ideais e pregassem:

*Iniciativa à sobriedade de expressão, à reserva, à desconfiança em relação às formas exuberantes da espontaneidade, em relação à arte pela arte, e até mesmo em relação à inspiração no que ela tem de irracional. [...] o calvinismo conserva traços próprios*

*do cristianismo medieval, e a oposição humanista passa por modernismo. (ZUMTHOR,1989, p.109)*

Contudo, o calvinismo somente aprofundou suas raízes na Holanda para combater o desejo de Filipe II de erradicar a heresia unificando toda a Europa na mesma fé católica. Vejamos o que tem a dizer Schama sobre isso:

*Naturalmente, a aritmética não é tudo. Por certo é verdade que os calvinistas sozinhos não poderiam ter criado a República, mas a República não teria sido criada sem os calvinistas. Foi sua iconoclastia militante que em 1566 acertou o primeiro murro na cara da Espanha da Contra-reforma. E, contrariando a idéia geral de que sua fé era a das massas e dos pequeno-burgueses, podiam-se achar calvinistas resolutos e numerosos (sobretudo no sul) em praticamente todas as classes sociais, inclusive na nobreza. Posteriormente, em épocas de desespero (e houve muitas) durante a Guerra dos Dezoito Anos pela independência, os heterodoxos se congregaram em torno dos mais ferrenhos defensores da fé e tiraram coragem das inovações que os pregadores faziam da espada de Gedeão e da funda de Davi. Quando os exércitos espanhóis caíram em cima de cidadãos e agricultores, foi a inabalável fé calvinista na eleição divina dos holandeses que fortaleceu a vontade de sobreviver e resistir. No entanto, quando a ameaça física imediata desapareceu e os palcos de guerra se afastaram, para o Brabante ou para o Brasil, o calvinismo militante enquanto fé da emergência patriótica perdeu a força num país que não estava destinado à uniformidade teocrática. (SCHAMA, 1992, p.68-69)*

Certamente isso, não significa que a Holanda perderá sua fé. A essência da sociedade holandesa estava embasada na tolerância e liberdade. Dessa forma, considerar o calvinismo como religião oficial do Estado poderia acarretar uma ameaça tão grande quanto foi o catolicismo de Filipe. Para evitar a supremacia de uma doutrina, foi acordado no artigo XIII da União de Utrecht o direito individual de cada cidadão de escolher sua religião, ou seja: *Assim, não foi por*

*acaso que ao longo de todo o primeiro século de liberdade holandesa [XVII] houvesse apenas um sínodo<sup>4</sup> nacional (Ibid., p.69).*

Essa situação perdurou até 1651, quando afinal a Igreja Calvinista Reformada recebeu o status de Igreja Oficial da Holanda. Contudo, o Estado impôs limites: os membros dos “Conselhos de Igreja” (Kerkeraden) tinham que ser previamente aprovados; a filosofia ensinada pelas instituições calvinistas de ensino também deveria se chancelada pelo governo; e os bens pertencentes à Igreja eram administrados pelo poder público.

Ao longo desses dois séculos, XVI e XVII, houve duas religiões oficiais – Católica e Calvinista –, o que não impediu diversas outras seitas de fundarem suas igrejas:

*Ignoradas pelo Estado, mantendo às suas próprias expensas seus ministros e locais de reunião, excluídas do controle dos negócios públicos, pelo menos esses heterodoxos gozavam privadamente de uma completa liberdade religiosa. [...] Num ou noutro lugar, limitava-se essa liberdade proibindo a construção de verdadeiras igrejas. Além disso, a administração exigia que seus delegados tivessem livre acesso a todas as reuniões. Dessa jurisprudência resultou uma abundância de comunidades religiosas que causava espanto aos estrangeiros e contribuía em muito para a fama de liberalismo do regime neerlandês. (ZUMTHOR, 1989, p.114-115)*

Acostumado com uma política mais independente devido à constante ausência de Carlos V, o Estado dos Países Baixos possuía uma liberdade pública; sua função primordial era a manutenção dos impostos e o repasse da parcela destinada ao Império. Também foram criadas verdadeiras cooperativas, ou seja, vários investidores se uniram em empresas e investiram em grandes negócios,

---

<sup>4</sup> *Assembléia regular de párocos convocada pelo bispo local. (FERREIRA, 1993, p.507)*

como as futuras Companhias das Índias Orientais e Ocidentais – exploraremos mais o assunto posteriormente.

## **I.2. O Imaginário de Tolerância Constrói a Representação de Lucro nos Países Baixos**

Dessa forma, a Holanda figurava-se como um dos Estados mais independentes em uma época de inúmeros distúrbios na Europa, com uma política nova e crescimento econômico sem igual. Por meio da visão de pensadores e comerciantes pertencentes à elite, buscamos compreender o imaginário e as representações desses homens e suas motivações para empreender aquelas fantásticas viagens marítimas.

Diferente de outros Estados da Europa, a Holanda tentava difundir um discurso voltado para o lucro, que somente era possível devido a uma política de liberdade da consciência de cada indivíduo, que se intensificou com a chegada do calvinismo. O comércio tornara-se o centro da vida do holandês. O capital era usado para compra e para gerar mais capital, tudo se voltava para o lucro – e com a “autorização” de Deus, pois os bem – sucedidos seriam os predestinados.

Carlos V não ficou contente com a expansão do calvinismo e criou éditos contra a heresia, mas em nenhum momento chegou a ser arbitrário ou muito violento, devido à sua profunda afeição pela região. O imperador foi de grande importância para os primeiros passos da conquista da Europa mercantil. Em 1544, Carlos V conseguiu um acordo com o rei dinamarquês e obteve a liberdade de passagem e direitos de negociações no Báltico. Esse direcionamento

comercial conseqüentemente levou Amsterdã a se tornar “o celeiro da Europa” no século XVII; seria o principal porto na distribuição de cereais. Contudo, essa hegemonia somente se consolidou com o comércio, no Báltico, de espécies metálicas, com a Holanda obtendo a supremacia do tráfico marítimo dessa mercadoria advinda da Península Ibérica. Não podemos deixar de mencionar que, devido ao intenso volume de negociações, houve a abertura da Bolsa de Amsterdam (BRAUDEL, 1998).

No entanto, no século XVI, o maior centro comercial era a Bolsa de Valores de Antuérpia, em cujo porto milhares de navios atracavam e negociavam-se mercadorias de todos os lugares, como: *rendas da Espanha e cristais de Veneza, estanho da Inglaterra e especiaria do Oriente, os serviços de soldados e assassinos profissionais e, numa galeria do segundo andar, quadros dos grandes artistas flamengos* (SIMON, 1971, p.74).

Cidade cosmopolita, Antuérpia estava sempre de braços abertos para receber os estrangeiros, sem perguntas constrangedoras sobre religião ou olhares recriminatórios para as diferenças raciais. Em 1531, o lema da Bolsa de Valores da Antuérpia pregado em uma das portas que dava acesso ao pátio era: *IN VSVM NEGOTIATORVM CVIVSCVMQ NATIONIS AC LINGVAE VRBISQ*, ou seja, *A serviço dos comerciantes de todas as nações e línguas* (SIMON, 1971, p.74). Outra amostra de sua hospitalidade é obtida a partir da afirmação de um italiano que lá esteve:

*Os habitantes são “cortesês, civis, habilidosos, prontos a aprenderem com o estrangeiro, ao qual se aliam facilmente”, e Guichardin observa que gostam de viajar e que a maioria deles, até*

*as mulheres, falam seis ou sete línguas. Assim, graças à sua abertura para o mundo, a cidade de Antuérpia está a par de tudo o que acontece “no resto das províncias do universo”.* (MÉCHOULAN, 1992, p.17)

Essa busca pelo lucro fazia parte do imaginário holandês do século XVI, daí uma política por parte da elite de conservação da liberdade e tolerância:

*O povo das dezessete províncias, a nobreza, a burguesia das cidades conhecem o preço de um pacto que os obriga ao respeito mútuo: os súditos devem ser leais ao seu soberano, mas este, em contrapartida, não pode atentar contra as franquias e liberdades. Carlos V, filho da terra, tem consciência disso; sabe rir e beber com seus compatriotas, que ama e estima.* (Ibid., p.16)

Foi basicamente a elite que difundiu os ideais humanistas, que falavam da importância do indivíduo, da tolerância e de razão, estando acima das características medievais, como os castigos divinos, a submissão à nobreza (sem direito a ascensão) e uma dependência patriarcal.

Mas que tipo de elite tinham os Países Baixos? O historiador Peter Burke recorre ao estudioso da sociologia da elite Vilfredo Pareto, para chegar a uma definição. Pareto acredita na “*circulação das elites*”. Basicamente, existiriam dois grupos: os *Rentiers* (os políticos), que viviam de rendas fixas ou auxílio do soberano; e os *Entrepreneurs* (os especuladores), que sobreviviam do lucro. Essas funções eram necessárias e estavam sempre em equilíbrio (BURKE,1991, p.16-17).

*Uma sociedade dominada por rentiers estagnaria; uma dominada por entrepreneurs se dissolveria no caos. [...] As elites seguem seus próprios interesses; não visam ao equilíbrio social, mas o equilíbrio social resulta de sua interação.* (Ibid., p.17)

Outro pesquisador citado por Burke, Robert Jibóia Dahl contribui com maiores fundamentos para o estudo dessa classe, afirmando que qualquer acontecimento político significativo por parte da elite necessitaria de: *1 - uma minoria bem definida; 2 - situações de conflito; 3 - provas de que a minoria regularmente prevalece antes de se poder usar o termo “elite dominante”* (Ibid., p.18).

Ambas as teorias e outras que Burke apresentou em seu livro – que não foram reproduzidas – demonstram a dificuldade que o pesquisador enfrenta ao estudar uma minoria específica.

Contudo, se usarmos conjuntamente os métodos tanto de Pareto quanto de Dahl, teremos uma melhor compreensão da elite holandesa no século XVII. Os sistemas políticos predominantes na Europa da época estão nas mãos da nobreza que despreza o comércio. As únicas regiões a desafiar o invariável foram os Países Baixos e a Itália.

Burke aplica os fundamentos de Pareto para analisar Amsterdã, que conseguia fazer os comerciantes (os *Entrepreneurs*) e os políticos (os *Rentiers*) conviverem em harmonia. Isso ocorria devido a sua elite se diferenciar do restante da Europa da época. Esta era constituída não só de nobres que concentravam o poder político mas também de plebeus ricos, os chamados burgueses, que constituíam a maioria e ocupavam altos cargos no poder. Essas famílias burguesas eram nucleares e basicamente urbanas; preocupavam-se em educar os filhos e providenciar cargos de destaque político – houve um interesse

maior pela educação com a consolidação do calvinismo. Conseqüentemente, esse empenho com a educação expandiu os ideais humanistas (Ibid., p.19-20).

Quanto à aplicabilidade das três idéias de Dahl, estas se mostraram possíveis, já que temos uma minoria definida na elite burguesa, um conflito iminente com a Espanha e a luta constante dessa minoria para preservar seus ideais diante de um soberano irracional.

Dessa forma, os holandeses lutariam com ardor pelos ideais humanistas adquiridos e exaltariam o imaginário de liberdade, tolerância e lucro, que se torna ainda mais resistente quando Filipe II assume o trono.

### **I.3. A Luta Contra a Intolerância Imposta por Filipe II**

No dia 25 de outubro de 1555, Carlos V abdicaria em favor do seu filho Filipe II. Ingenuamente, os Países Baixos juram fidelidade ao homem que mancharia seu território de sangue por quase 80 anos, dando origem à primeira revolução moderna. O novo monarca ignorou totalmente o seu juramento de *Nunca atentar contra os direitos e privilégios dos vassallos*, sendo um cristão fervoroso que desejava eliminar as heresias e ignorava por completo a aliança da prosperidade com a liberdade dos batavos (MÉCHOULAN, 1992, p.15).

Resolveu governar a distância, partindo para a Espanha, e em seu lugar deixou sua tia Margarida de Parma. Mas, antes, Filipe II montou uma rede de espiões e súditos leais, que o mantinham informado e com total controle sobre as províncias. Este trecho mostra o quanto era limitada a visão de Filipe II:

*[...] só tem uma verdadeira paixão: a defesa do catolicismo, intimamente confundido com a grandeza da monarquia espanhola. Uma monarquia universal tal é o sonho desse César que tem alma de expedicionário. Reina ele, na Espanha, sobre um povo de monges e soldados, que desprezam a indústria e o comércio, incompatíveis com a honra, pedra angular da sociedade espanhola. (Ibid., p.18)*

Com esse ideal quixotesco de expandir “sua” fé católica, Filipe começa seus planos de eliminar a heresia que consome vagarosamente suas províncias “de baixo”. Com esse pensamento obsessivo, providencia o aumento da quantidade de bispos de 3 para 18 e impõe seus escolhidos com a justificativa do aumento da população. Essa atitude não passou despercebida pela elite dos Países Baixos, que detectou as implicações políticas desse ato, como o aumento do controle do regente e a imposição da religião católica.

Para empreender as novas Cruzadas da era moderna, o rei precisava de um enorme numerário, e os Países Baixos eram vistos por ele como a solução perfeita. Com esse propósito, passou a exigir cada vez mais impostos. Mas o que realmente provocou medidas mais efetivas de contrariedade da elite e das demais camadas da população contra o monarca foi a implantação do Tribunal do Santo Ofício, em 1566. As atitudes de Filipe de implantar essa política religiosa, aplicando a mesma perseguição contra os hereges já imposta em toda a Península Ibérica, acabariam por provocar a fuga dos estrangeiros, que são indispensáveis segundo Braudel (1998, p.167): *“O crescimento da economia holandesa atrai, requer os estrangeiros e é obra deles”*.

Os comerciantes de Antuérpia reagiram imediatamente, preocupados com o prejuízo que isso causaria à Inquisição. Dessa forma, convocaram os burgueses e nobres a formularem um protesto oficial ao rei. Nele, exigiram a erradicação do Tribunal do Santo Ofício e a convocação dos Estados Gerais para tratarem da questão religiosa. Filipe II, ao receber o manifesto, reagiu com completo desdém, e um de seus homens tranqüilizou o rei dizendo: *Ce n'est qu'un tas de gueux* – *Não passam de um punhado de mendigos* (SIMON, 1971, p.85).

As reclamações são todas ignoradas por Filipe II, e seu plano de aumentar a fé católica na região fracassa. O inverso ocorre: o catolicismo é relacionado aos opressores espanhóis, e muitos holandeses acabam se convertendo ao calvinismo, luteranismo ou anabatismo. A revolta começa com várias igrejas e mosteiros sendo atacados e suas imagens, destruídas. O rei reage enviando o seu melhor capitão, Fernando Alvarez de Toledo, o duque de Alba, à frente de um exército para controlar a situação.

Alba é o pior carrasco que os Países Baixos poderiam imaginar. Filipe concede plenos poderes ao seu capitão para executar a única alternativa dada aos revoltosos: a conversão ao catolicismo, ou a morte. Encorajado, o duque promete erradicar a gangrena da heresia e implanta, em 1567, o “Conselho dos Tumultos” – também conhecido como “Tribunal de Sangue”. Os heréticos são executados com uma rapidez impressionante; milhares perecem (MÉCHOULAN, 1992, p.19-23).

O duque continua a espalhar o terror, e para combatê-lo os Países Baixos terão o incansável Guilherme, o Príncipe de Orange. Mesmo sendo um católico

fervoroso, Orange acredita que as ações do regente espanhol são arbitrárias e atentam contra os ideais de tolerância e liberdade, há muito respeitados por seus antepassados. Indignado, decide converter-se ao calvinismo, por razões políticas, e começa a organizar a resistência com o auxílio de outros compatriotas. Em 1567, escapa de ser julgado no tribunal de Alba e foge para a Alemanha, onde arregimentou um exército de 25.000 homens, na grande maioria mercenários.

Teremos em Guilherme de Orange um ótimo exemplo do que chamaremos de “representação do homem holandês” do século XVII. Ao defender os ideais de tolerância e liberdade, Orange consegue difundi-los e perpetuá-los no imaginário da população, afirmando que a prosperidade do Estado depende da luta pela liberdade que “sempre” tiveram e da razão acima das questões morais e religiosas. Não deveriam indignar-se somente pela proibição espanhola da religião calvinista, mas também pela intolerância a todas as outras religiões e pela falta de liberdade de comercializar com quem desejassem. Essa forma de percepção de direitos individuais é crescente na era moderna, porém acreditamos que foi mais forte na Holanda do século XVII.

Um problema enfrentado por Orange, que também afetava o duque de Alba, foi a questão do dinheiro para manter os exércitos. As guerras medievais quase sempre eram vencidas pela honra ou pelo poderio sobre os vassallos; já na modernidade, o que sustentava uma guerra era o dinheiro.

*O dinheiro é necessário para oprimir e escravizar, assim como é para conquistar a liberdade. A guerra, para Alba e para Orange, é tanto uma questão econômica quanto militar. [...] Dinheiro para a liberdade, esta é a obsessão do príncipe de Orange, que deve recrutar e pagar tropas às suas expensas. Seus bens nos Países*

*Baixos foram confiscados e ele não tem o poder de impor contribuições. Muitas vezes, seus mercenários se amotinarão por falta de pagamento, e, desconfiados, exigirão o soldo antes do combate. A correspondência de Orange mostra uma permanente e patética necessidade de numerário. (Ibid., p.24)*

A luta continuou por quase uma década com a supremacia dos exércitos de Alba. Quando, em 1572, ocorreu a primeira vitória definitiva sobre o comando dos revoltosos, tomaram a cidade de La Brielle. Os espanhóis não perceberam a importância da vitória, mas para os holandeses significava um caminho para o mar, onde sua supremacia era inquestionável. Mas o fato mais marcante ocorrido nesse ano foi o massacre de Naarden. Tropas espanholas arrasaram a cidade, matando todos que estivessem à frente, não poupando crianças nem mulheres. O relato da época, a seguir, demonstra a reação dos holandeses, que mais um vez foi contrária à esperada pelo monarca. Ele desejava, com a ação, uma rendição incondicional:

*É por isso que a notícia dessa calamidade... encheu toda Holanda não de apreensão e medo, mas de um ódio tão irreconciliável contra os espanhóis que o desespero fez com que a população preferisse qualquer coisa a submeter-se ao duque de Alba. (Ibid., p.27)*

A luta se torna mais acirrada, e em todo o território dos Países Baixos inflamam-se revoltas contra os espanhóis. Em Harlem, os revoltosos, formados por 2.000 burgueses e 4.000 soldados, enfrentam 30.000 homens do rei e resistem por 7 meses. A violência de Filipe gera mais represálias dos revoltosos. Em 1573, após mais uma derrota – perde a cidade de Alkmaar –, o duque de Alba pede dispensa do seu posto (Ibid., p.27).

Assume D. Luís de Requesens (ex-governador de Milão), que trava duas batalhas: com os holandeses e com a falta de recursos. Essa escassez de numerário se deve à recuperação de cidades pelos revoltosos e à fuga dos investidores de Antuérpia para regiões de paz como Hamburgo, Londres ou Emden.

O prestígio de Orange aumenta com as vitórias, atraindo investidores batavos que apostam em sua inteligência política e na luta pela unidade das 17 províncias. Conquistando saídas para o mar, os “mendigos” – assim chamados pelos espanhóis – que estavam presos à terra se tornam os “mendigos do mar”, onde têm superioridade diante dos espanhóis, inábeis em batalhas marítimas.

Filipe, falido, não envia recursos para Requesens, que se encontra em péssimas condições financeiras para manter os exércitos e perde a chance de dar um fim nos revoltosos. Desgastado depois de dois anos de amargo governo, Requesens morre, em 1576.

Filipe resolve propor um acordo, chamado de “Pacificação de Gand”. As províncias, desgastadas, aceitam seus termos, de tomarem como religião oficial a do monarca. Contudo, exigem a retirada das tropas espanholas do território. O rei concorda e envia para as negociações seu meio-irmão D. João, o general que tem a missão de retirar as tropas espanholas das províncias do Norte. Essa incumbência foi muito dolorosa para um general bem – sucedido e ambicioso, que sonhava em se tornar o rei da Inglaterra, se conseguisse libertar e desposar Maria Stuart, rainha da Escócia (Ibid., p.29).

Mas a pacificação foi de curta duração. O impaciente general implora ao rei que o deixe extirpar esse câncer herético das províncias e expõe toda sua fúria em uma carta ao monarca:

*Esses povos querem viver numa liberdade bestial... Essas miseráveis províncias e esses infelizes homens representam todas as heresias e todas as traições, todos os vícios que há no mundo [...] não é mais tempo de gentilezas... Fogo e sangue, eis o que eles merecem... Que Vossa Majestade me deixe agir [...]. (Ibid., p.30)*

Filipe, empolgado, envia 20.000 soldados e ordena a D. João a destruição completa da resistência herética. Porém, o príncipe de Orange desconfiou das boas intenções do regente ao propor um acordo e ficou sob alerta. A traição de Filipe não pegou o líder dos revoltosos de surpresa, e a luta continuou. Foi no ano de 1578 que aconteceu a vitória mais significativa de Orange, a conquista de Amsterdam. Para piorar a situação de Filipe II, seu irmão D. João morre nesse mesmo ano – mais um aviso de que a empreitada contra os holandeses acabaria arrasando a Espanha.

A obstinação do regente espanhol supera a sensatez e ele envia mais um governador, Alexandre Farnésio. Contudo, os Países Baixos têm que enfrentar mais uma ameaça, a cobiça dos outros Estados. Sentindo o cheiro de sangue, franceses, ingleses e o Santo Império percebem a oportunidade daquele momento. Visto a fraqueza da Espanha e a vulnerabilidade do território atacado ao longo desses 20 anos, a região representava uma oportunidade de conquista para quem tivesse condições financeiras de derrotar o Príncipe de Orange.

O novo governador enviado era um homem da política. Astuto, percebeu de imediato o antagonismo entre católicos e calvinistas nos Países Baixos. As províncias do norte, de predomínio calvinista, e o sul, católico, disputavam os direitos de governabilidade. Orange enfrenta o fanatismo religioso de ambos os lados: os católicos espanhóis; e os calvinistas que desejavam se vingar estimulando atos tão cruéis quanto os do inimigo.

Em 1579, Farnésio oferece às províncias do sul dos Países Baixos a paz e garantias de perdão, se reconhecessem o catolicismo. Encorajadas, as províncias de Flandres assinam a paz de Arras e se tornam os Países Baixos espanhóis, um território arrasado que sai da cena da nossa discussão. Porém, o norte não perde tempo, criando a União de Utrecht, e Guilherme de Orange organiza a confederação das províncias formada por Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Gueldre, Groninga e Over-Yssel. Em um dos principais artigos do acordo assinado por essas cidades-estados, constava o comprometimento de não atentarem contra as convicções religiosas – portanto, união forjada pela tolerância.

Esse momento marca o nascimento do território da Holanda aproximadamente similar ao que conhecemos nos dias atuais. Os homens que virão para o Brasil no século XVII são o reflexo desse acordo de liberdade e tolerância. Cultuando no imaginário o racional, após aproximadamente 20 anos de luta, percebem que o único modo de manterem a soberania e a liberdade seria possuindo numerário suficiente para conquistarem a independência.

O rei da Espanha, cansado das interferências e do poder de Guilherme de Orange, declara-o traidor, oferecendo uma recompensa de 25.000 escudos por sua morte, além de terras e um título de nobreza. A estratégia tem resultado, e em 10 de julho de 1584 Guilherme é assassinado em sua casa. Todavia, o ideal não sucumbe com o homem. O Príncipe de Orange deixou a herança de sua esperança e políticos fiéis à causa da liberdade. O que Filipe não conseguiu compreender foi que esse homem teria se submetido fielmente ao seu governo se tivesse respeitado a mentalidade holandesa, ou seja:

*Guilherme, o Taciturno, só se tornou o **pater patriae** após seu assassinio e revelou profunda ambivalência com relação ao ato de rebelar-se. Afinal, seu cargo de stadhouder era, por definição, uma procuradoria concedida pelo rei, não a expressão de uma liderança natural subordinada direta e exclusivamente a Deus. É claro, ele acabou insistindo em prestar contas a uma autoridade “superior”, mas foi preciso uma política draconiana da parte de Filipe II para levá-lo a tanto.* (SCHAMA, 1992, p.72, grifo do autor)

Os espanhóis se aproveitam da perda do grande líder e tomam Antuérpia. Após esses acontecimentos, a Inglaterra de Elizabeth I, que se mantinha “neutra”, opta por auxiliar as províncias do Norte. A soberana receava que finalmente Filipe II vencesse a guerra e aumentasse sua ânsia de tornar “todas as nações” católicas, ameaçando assim as fronteiras inglesas – o que realmente acontece alguns anos mais tarde.

O acordo dos ingleses foi desastroso para as províncias holandesas, as quais, apesar de receberem homens e recursos, têm que aceitar o controle de Elizabeth, que envia o conde de Leicester para governá-las. Esse inglês foi tão autoritário quanto eram os espanhóis; não compreendia o sistema econômico de

tolerância do holandês e estabelece uma aliança com os fanáticos calvinistas. O conde acaba cometendo arbitrariedades:

*A pior medida é sem dúvida a interdição em manter relações comerciais com o inimigo. Na realidade, até durante os anos de guerra, os Países Baixos não cessaram de vender à Espanha os produtos de que esta necessitava. E o lucro desse comércio financiou em parte a luta contra o inimigo-cliente. A decisão de Leicester de mandar finalizar a contabilidade dos mercadores acarreta tal descontento que ele é obrigado a deixar o país. (MÉCHOULAN, 1992, p.33)*

A desastrosa estada do conde inglês serviu para o Conselho dos Estados Gerais decidir instituir a proibição da soberania de príncipes estrangeiros, surgindo assim, em 1588, à República das Províncias Unidas.

Novamente, os delírios de Filipe II superam o bom senso e ele constrói o que chama de “A Invencível Armada” com o investimento das províncias conquistadas. Os espanhóis amargaram com Orange inúmeras derrotas. Somente na época do governador Farnésio Filipe consegue recuperar importantes províncias. Porém, se tivesse enviado a “Armada” para intensificar a ofensiva do seu governador, poderia ter mudado os rumos da história dos Países Baixos. Mas essa não foi a atitude do rei espanhol, que resolve atacar a Inglaterra e é vergonhosamente derrotado; “A Invencível Armada” é quase completamente destruída.

Filipe se considerava um eterno cruzado contra as heresias e, apesar de insensato, invade a França com o objetivo de restabelecer a fé católica. As tropas espanholas necessitavam de apoio na fronteira francesa, e o soberano desloca Alexandre Farnésio, que acaba morrendo na Normandia. Essa atitude

praticamente sela o destino das Províncias Unidas. As poucas tropas espanholas restantes nada puderam fazer para deter a recuperação das possessões já dominadas. Surge nesse momento o comandante que finalmente irá expulsar os espanhóis das províncias, Maurício de Nassau (XVI).

Essa guerra, que aparentemente arrasou o território holandês, na realidade moldou essa nação. As palavras de Simon Schama sintetizam como foi o nascimento dessas Repúblicas:

*No entanto, está absolutamente correto ao enfatizar que a revolta holandesa se dirigia não só contra as iniquidades da política religiosa de Filipe II mas também contra a maioria das tendências – centralização fiscal, burocracia profissional, justiça executiva, absolutismo dinástico, erosão de privilégios urbanos e senhoriais – que caracterizavam o Estado da Alta Renascença. Ser holandês significava ser bairrista, provinciano, tradicional e comum. Significava insistir em que o poder ascendia da comunidade local às autoridades superiores apenas em termos e condições específicas, entre as quais a aquiescência coletiva (com relação a boletos ou a novos tributos, por exemplo) e o direito de recusar delegações impostas e de repudiar resoluções não autorizadas. Sobretudo no primeiro e longo período de resistência militar à Espanha, de 1570 a 1609, os holandeses estavam unidos mais pelo que abominavam em comum do que pelo que desejavam coletivamente adotar. Sua política era contingências e exigências e com o tempo se solidificou num equilíbrio institucional. (SCHAMA, 1992, p. 71)*

Podemos afirmar, entretanto, que o maior inimigo da Espanha foi mesmo o insano e ilimitado devaneio de Filipe, com sua intenção de cobrir o mundo com o manto da fé católica. Ele somente conseguiu que o grandioso império espanhol fosse à bancarrota. O sonho da unificação religiosa só teve fim em 1598, com a morte de Filipe. Seu filho assume o arruinado reino deixado pelo pai, e sem recursos não encontra outra alternativa a não ser a de assinar, em 1609, a paz definitiva com as Repúblicas das Províncias Unidas.

A Europa, estarrecida, assistiu, nas palavras de Méchoulan a um “espetáculo novo e único nos anais do mundo”:

*[...] um povo, habitando um país pantanoso, na foz de vários rios, que forma apenas um ponto quase imperceptível no mapa, ousou desafiar seu senhor, então o monarca mais poderoso da Europa, o mais ambicioso e o mais absoluto... declarou-o decaído de sua soberania e deu à luz a primeira república européia. (MÉCHOULAN, 1992, p.35)*

## II.1. Os Viajantes Holandeses Embarcam Para o Brasil

Neste capítulo, concentrar-nos-emos na questão do viajante moderno, mais especificamente o viajante holandês do século XVII. Pretendemos obter respostas as seguintes indagações: o que motivou esses viajantes a atravessarem oceanos para enfrentar o desconhecido em terras tão distantes? E o holandês, qual era sua motivação? Um cargo? O enriquecimento fácil? O espírito de aventura? O conhecimento científico?

Essas perguntas vêm nos incomodando desde o princípio desse estudo. Existem diversas teorias que tentam responder essas questões, no entanto não cabe a nós procurar certezas, mas levar o leitor à reflexão ao buscar possíveis hipóteses.

A ânsia pelo “desconhecido” pode ser caracterizada como uma motivação que impulsionava o homem, e isso já se refletia em escritos que datavam da Antigüidade seguindo pela Idade Média e Moderna. Um exemplo de autor que salientou em um dos seus escritos o desejo pelo “desconhecido” foi Dante Alighieri, na *Divina Comédia*. Ele recorreu aos clássicos gregos para expressar seu fascínio pelo incógnito, ao escrever a história de Ulisses. Esse personagem navegava pelo Mediterrâneo em meio a companheiros fiéis. Mesmo após encontrar o amor verdadeiro e o nascimento de seu filho, não foi sublimado o seu anseio de conhecer o mundo. O autor Guillermo Guicci sintetiza com maestria a última viagem de Ulisses descrita no “Inferno” de Dante:

*Após um discurso no qual infunde coragem e firmeza em seus companheiros para seguir viagem, a nau cruza os pilares de Hércules, emblemáticas colunas plantadas por um semideus para que nenhum ser humano se atrevesse a ultrapassá-las. Os pilares de Hércules eram, desde a Antigüidade, inscrições topográficas que representavam o limite do mundo conhecido e um símbolo da proibição divina diante da insensata curiosidade humana. Além deles se estende um mar sem limites, tenebroso, o verde mar da escuridão.*

*O viajante pretende conhecer o mundo sem habitantes que se encontra seguindo o sol. [...] O viajante se alegra ao divisar o anúncio dessa “nova terra” desconhecida e desabitada que se situa nas antípodas, sem compreender que vislumbra o objeto de sua perdição: a montanha do paraíso. Desafiara proibições divinas para aproximar-se de terras inexploradas e é justo – da perspectiva cristã – seu naufrágio diante delas. Da nova terra se levanta um turbilhão que faz o navio girar entre as ondas, até que o mar se fecha sobre ele. (GIUCCI, 1992, p.23-24)*

O historiador Jacob Burckhardt também se refere à *Divina comédia*, de Dante. Ao revelar sua admiração por esse grande artista italiano, demonstrou que este possuía elementos precursores da poesia moderna. Apesar de essa obra centrar-se em um tema religioso típico da medievalidade – céu, purgatório e inferno –, Dante se aprofundou na reflexão sobre os aspectos da natureza humana, características ligadas ao humanismo moderno. Concentremos-nos nas palavras de Burckhardt:

*(...) somos levados a imaginar que, em toda a Idade Média, os poetas fugiram propositadamente de si mesmos, e Dante foi o primeiro a procurar a própria alma. Antes de sua época encontramos muitos versos artísticos; ele porém é o primeiro artista no sentido pleno da palavra – o primeiro a moldar coincidentemente a matéria imortal numa forma imortal. O sentimento tem aqui plena grandeza e veracidade objetiva, exposto em sua maior parte de modo que todas as épocas e povos possam dele se apropriar. (BURCKHARDT, 1991, p.188)*

Essa é uma amostra do sentimento que começava a surgir naquele período histórico. O desejo do homem de superar as leis de Deus, a vontade de descobrir

e de conhecer, sobrepujando o medo do castigo divino, significam a morte da mentalidade medieval em detrimento da florescente ideologia da modernidade, o humanismo.

No século XVI, a literatura de viajante era voltada para relatos das maravilhas e mistérios dessas terras recém-descobertas. Porém, o apogeu do maravilhoso já possui o próprio germe da destruição, pois a imaginação confrontada com a experiência cria uma resistência natural para o exótico, segundo argumenta Sérgio Buarque de Holanda. O autor demonstra que o pensamento desse século está em transformação com a chegada dos ideais humanistas, contrários à escolástica e ao ocultismo medieval, pregando o empirismo e o racionalismo. Contudo, a fantasia e a magia, por mais incoerente que possa parecer, caminhavam juntas com o desejo da racionalidade, como observa Buarque de Holanda ao citar Lucien Febvre:

*[...] E, se bem que ainda alheios a esse “senso do impossível”, por onde, segundo observou finalmente Lucien Febvre, pode distinguir-se a nossa da mentalidade quinhentista, nem por isso mostravam grande afã em perseguir quimeras. Podiam admitir o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico. Do mesmo modo, em suas cartas náuticas, continuarão a inscrever certos topônimos antiquados ou imaginários, até o momento em que se vejam levados a corrigi-los ou suprimi-los, conforme o caso. (FEBVRE, 19?, p.476 apud HOLANDA, 2000, p.6)*

Os viajantes quinhentistas portugueses, por meio do empirismo, descartaram gradualmente a questão do maravilhoso. Mesmo assim, interessaram-se em aprofundar seus conhecimentos sobre a fauna e flora, à medida que descobriam novas terras. Para Buarque de Holanda, os portugueses

no Novo Mundo empreenderam uma exploração nada “metódica e racional”. O autor chega a mencionar as palavras “desleixo e certo abandono”, diferentemente dos holandeses que, devido à sua formação humanista aliada ao calvinismo, planejaram de maneira ordenada a conquista do Brasil – como veremos no próximo tópico. Outra distinção foi que os holandeses, após se apossarem das Capitânicas Nordesteanas, passaram a estudar tanto a fauna como a flora. Verdadeiros manuais científicos foram produzidos em nome do racionalismo (Ibid., p.43).

O entendimento que os humanistas tinham da natureza e da relação com o homem no século XVII possui particularidades como em qualquer outra época, e cabe ao historiador compreendê-las. Em relação a essa nova concepção de mundo, as palavras de Barreiro são claras:

*[...] o período histórico iniciado em fins do século XVIII e que percorre todo o século XIX reveste-se de características totalmente distintas daquelas que povoaram as representações dos viajantes, marinheiros e cronistas do século XVI. Concepções como as do paraíso terreal (Holanda, 1959, p.42), vigentes no período anterior, dão lugar a uma espécie de racionalidade que leva às últimas conseqüências a dominação cega do homem sobre a natureza e sobre os outros homens. A referência cultural dos viajantes estrangeiros passa a ser a de um tempo que se convencionou chamar de modernidade (Habermas, 1987, p.1-11; Berman, 1986, p.16-7; Weber, 1967, p.1-27), envolvendo amplas transformações no plano da sociedade e da cultura. (BARREIRO, 2002, p.10)*

O pensamento humanista trazido para o Brasil pelos holandeses estava embasado no desejo racional voltado para o científico, exaltando o domínio humano perante a própria natureza, conforme subscreve o autor Keith Tomas:

*O controle do homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado pelos primeiros cientistas modernos. Não obstante, apesar do imaginário agressivamente despótico explícito em seu discurso de “posse”, “conquista” e “domínio”, eles encaravam sua tarefa, graças a gerações de pregação cristã, como inocente do ponto de vista moral. (TOMAS, 1988, p.35)*

Ou seja, apesar de transmitirem uma visão conquistadora, os viajantes do século XVII não se sentiam moralmente culpados por matar um animal ou devastar uma floresta inteira. A posse feita pelos portugueses no princípio da descoberta do Brasil foi de exploração do pau-brasil - árvore típica do litoral brasileiro que produzia tinta. A humanidade do período mantinha a natureza não como parceira, e sim como submissa às suas ações. Porém, o pensamento humanista permitia estudo minucioso do natural, e somente algumas nações se sentiam impelidas a fazê-lo. Uma dessas foi a Holanda.

No entanto, desaprovar as atitudes dos portugueses e exaltar a aparente coerência holandesa condenaria essa pesquisa, que visa compreender as representações de uma época e de um povo. Tentamos somente seguir os passos de Buarque de Holanda, que fez com desenvoltura uma comparação dos trabalhadores e aventureiros na colônia do Brasil, usando como exemplos portugueses e holandeses. Portanto, somente salientamos essas diferenças para demonstrar que a mentalidade dos viajantes do século XVII depende da representação trazida na bagagem ao deixarem suas “nações”.

## **II.2. A Conquista das Capitanias do Brasil Pelos Holandeses**

A Holanda, ou República das Províncias Unidas, no século XVII é um Estado independente e próspero, terreno fértil para a consolidação do humanismo e do expansionismo comercial, que foram protelados devido aos problemas políticos enfrentados com a Espanha. Após a assinatura da trégua de 1609, a Holanda teve o caminho livre para ampliar seu comércio marítimo nas Índias Orientais, mas havia restrições quanto às Américas.

Foi um projeto de um filho de Antuérpia, chamado Willem Usselinx, e suas teorias de colonização que acabaram por impulsionar a criação da Companhia das Índias Ocidentais. Esse político bem-sucedido acreditava que o verdadeiro lucro nas Américas não estava na quantidade de ouro ou prata, e sim na colonização e implantação de cultivos de produtos naturais para a exportação. Para confirmar sua ideologia, usava como exemplo o Brasil Português, que comercializava com sucesso a produção de açúcar e a extração do pau-brasil, com rendimentos de aproximadamente 4.800.000 florins.

Usselinx ainda argumentava a provável aceitação da população de mestiços e crioulos nas Américas devido às mercadorias que forneceriam, de melhor qualidade e preços mais baixos em relação aos ibéricos. Podemos perceber a confiança que tinham no comércio. Um dos erros dos holandeses estava em refletir suas necessidades para outros povos. Discutiremos mais sobre esse problema futuramente.

No dia 3 de junho de 1621, foi oficialmente criada a Companhia das Índias Ocidentais, que visava à conquista e à colonização, pacífica ou não, das Américas, com guarnições navais e terrestres. Foi assinado um acordo de Concessão de Monopólio, em que a Companhia recém-criada teria direito exclusivo à exploração do comércio e tráfico naval em todas as terras localizadas: *[...] num lado do Atlântico entre Terra Nova e o Estreito de Magalhães, e, no outro lado, entre o trópico de Câncer e o cabo da Boa Esperança* (BOXER, 1961, p.10).

Por certo, Portugal e Espanha não foram consultados sobre esse acordo holandês, já que entre eles vigorava a bula papal, que em 1493 dividiu as terras que fossem descobertas entre as duas nações. Dessa forma, os Estados Gerais autorizaram a nova Companhia a ter uma política ocupacional, e cada qual tinha suas responsabilidades, conforme explica Boxer:

*Autorizou-se a Companhia a contrair alianças com os naturais da África ocidental, da América, e das ilhas do Pacífico situadas a leste de Nova Guiné; a construir fortificações; a nomear governadores, funcionários e juízes; possuir tropas, guarnições e navios. Foram conferidos também poderes à Companhia para “estabelecer colônias nas regiões despovoadas e férteis, e fazer tudo quanto fosse necessário para bem servir à nação, incrementar o seu comércio e torná-lo mais lucrativo”. As tropas e material de guerra necessários à ocupação e defesa das colônias em projeto seriam fornecidos pelos Estados Gerais, porém pagos e mantidos pela Companhia. (Ibid., p.10-11)*

O formato administrativo da Companhia das Índias Ocidentais consistia em um corpo central, que ficava na Holanda, formado por 19 membros acionistas, chamados de Heeren XIX, que permaneciam diretores por seis anos.

O motivo de uma certa demora por parte da Companhia de realizar o sonho de colonização, como desejou seu fundador, foram os problemas em conseguir investidores para uma ação tão arriscada – já que os holandeses não costumavam formar colônias. O historiador C. R. Boxer discorda da teoria de que a Companhia das Índias Ocidentais tivesse grande quantidade de investidores judeus. Afirma, ainda, que a maioria dos diretores e dos acionistas eram calvinistas militantes. Em meados de 1623, os membros da Companhia foram à caça de capital estrangeiro, oferecendo igualdade de condições com os holandeses. As vantagens de participar dos lucros da pirataria batava estimularam aplicadores da França, Genova, Veneza e outros.

A primeira grande campanha da Companhia Ocidental foi a conquista do Brasil. Vários argumentos justificaram a escolha dessa localidade como empreendimento: o fato de não ser uma colônia espanhola evitava remexer velhas feridas; essas terras estavam sob o domínio português, povo conhecido por sua pouca combatividade; no Brasil havia muitos judeus ou judeus-novos – alguns até exilados por Portugal –, o que poderia garantir uma receptividade melhor, devido à conhecida tolerância holandesa. Contudo, o principal motivador da conquista foi a perspectiva do retorno do investimento com lucro. Boxer comenta a expectativa dos holandeses em relação ao Brasil:

*(...) Conquistado o Brasil, os lucros provenientes da próspera indústria do açúcar deveriam ser suficientes para pagar a conquista e a ocupação da colônia, pôsto que os lavradores portugueses não dessem nenhuma oportunidade ou pretexto para justificar uma política opressora, e fôssem propiciados por um tratamento benigno. No caso de fugirem os plantadores, ou de serem os engenhos danificados durante a peleja, deveriam aquêles ser substituídos por colonos holandeses e pelos soldados que tivessem baixa das*

*guarnições. Calculava certo otimista que a colônia deveria render anualmente nas mãos dos holandeses cerca de oito milhões de florins (dos quais 4 795 000 somente do açúcar), ao passo que o custo da conquista e da defesa não iria muito além de dois milhões e meio. (Ibid., p.20)*

Os holandeses há muito conheciam a capacidade comercial do Brasil. Após a trégua adquirida com a Espanha (1609 até 1621), havia um tráfico constante com a colônia, intermediado pelos marranos portugueses.

A Companhia e o Conselho Geral deliberaram a favor da expedição que zarpuou em dezembro de 1623, com 26 navios com capacidade de fogo de 450 tiros e 3.300 homens. O comando da frota estava nas mãos do almirante Jacob Willekens, e o dos homens em terra foi confiado a Jan Van Dorth. Um dos navios se perdeu do restante, chegando com um mês de antecedência à Bahia. Apesar de permanecer fora da vista do porto, acabou sendo descoberto. Somente no dia 8 de maio o restante da armada chegou à costa baiana.

O governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado, foi avisado de um possível ataque inimigo; a presença do navio holandês na proximidade o alarmara. Por outro lado, sua inércia por tanto tempo tranqüilizou as autoridades baianas. Dessa forma, quando a armada apontou no horizonte baiano, deixou a população em um estado de pânico generalizado. A conquista se deu em menos de 24 horas, o ataque foi eficiente, preciso e fulminante. Os holandeses encontraram mínima resistência. A maioria da milícia fugiu, abandonando o governador, que se rendeu na manhã do dia 10, sem ter o que fazer. A repercussão da vitória dos holandeses foi comentada por Boxer:

*A notícia da queda da Bahia trouxe grande júbilo para as Províncias Unidas e forte desânimo às nações ibéricas. Madri e Lisboa entraram desta vez em cooperação cordial e uníssona. Os espanhóis ficaram seriamente alarmados por suspeitarem que o objetivo final dos holandeses “era não tanto o açúcar do Brasil, mas a prata do Peru”. Os portugueses, êstes, ficaram ainda mais apavorados, compreendendo que, se os holandeses firmassem o pé na Bahia, a perda do resto do Brasil seria disso a inevitável conseqüência. (Ibid., p.32)*

Porém, a colonização não figurava no espírito dos holandeses. Amantes do mar aberto, eram comerciantes hábeis e piratas impetuosos.<sup>1</sup> Portanto, a invasão da Capitania da Bahia, no Brasil, teve êxito inicialmente, mas sucumbiu à péssima administração e à falta de reforços.

Os portugueses que haviam fugido no ato da conquista se reorganizaram e passaram a impedir o avanço holandês para o interior. Em julho do mesmo ano, Willekens volta para a Holanda com 11 navios e Piet Heyn é enviado para a Angola com mais 7, enfraquecendo muito a defesa batava. Essa evasão da armada holandesa do Brasil cumpria ordens do Heeren XIX, que desejava tanto as terras brasileiras como o tráfico negreiro nas Américas. Todavia, essa precipitação dos diretores da Companhia levou à perda da Bahia.

Unidos, Portugal e Espanha decidiram recuperar a importante capitania baiana. Na véspera da Páscoa de 1625, 50 navios hispano-portugueses, trazendo 12.566 homens, cercaram a capital baiana. A reconquista portuguesa foi tão fácil como a conquista holandesa. A Holanda soube da organização dessa armada para a retomada do poder na Bahia, no entanto não conseguiu enviar reforços a tempo

---

<sup>1</sup> *O orgulho pelos feitos memoráveis dos aventureiros da época de Elizabeth não nos deve deixar cegos para o fato de ter sido a Holanda, e não a Inglaterra, que no curso da primeira metade do século XVII fez dobrar a espinha ao poder marítimo das nações ibéricas (BOXER, 1961, p.01).*

do confronto. Quando chegaram, em 26 de maio, a cidade já havia sido tomada e estava muita bem guarnecida.

A Companhia das Índias Ocidentais quase saiu de circulação depois das constantes decepções que amargou nos anos 1625-1626. As metas de controlar o comércio açucareiro e o tráfico negreiro tornaram-se fracassos constrangedores. Desesperado, o Conselho dos XIX recorre ao antigo recurso batavo de obtenção de recursos, a pirataria. Com isso, enviou uma frota de 14 veleiros, comandada por Piet Heyn, com a esperança de uma boa pilhagem.

A empreitada superou qualquer expectativa. Com perícia e um golpe de sorte, no ano de 1628, o capitão Heyn deparou com a Frota da Prata no porto cubano de Matanzas – navios espanhóis que traziam da América o carregamento anual de especiarias e prata. Apesar da poderosa escolta, o capitão optou por atacar, e após manobras arrojadas capturou e saqueou a esquadra. Os rendimentos foram altíssimos:

*A soma produzida pela venda ou pelo emprego dessas presas se elevou a 7.200.000 florins em prata, 3.600.000 florins em mercadorias e 4.000.000 de florins em material de guerra e de marinha. A Companhia distribuiu um dividendo de 50%. Tivera, de vez, 14.800.000 florins. (CASCUDO, 1956, p.18)*

Quando do retorno de Piet Heyn para as Províncias Unidas, este foi aclamado como herói, recebendo condecorações e sendo elevado de capitão a almirante. As dívidas da Companhia das Índias Ocidentais foram saldadas e, com um lucro astronômico, o Heeren XIX conservaram suas cabeças. Com os cofres abarrotados, cinco anos depois os membros do Heeren XIX refletiram sobre uma

nova possibilidade de conquista do Brasil e o novo alvo escolhido foi Pernambuco, *que era em todo mundo a região onde se produzia maior quantidade de açúcar e, ao mesmo tempo, a parte mais próspera do império colonial português* (BOXER, 1961, p.44).

O sucesso da nova empreitada encorajou a Companhia a enviar um governador-geral, o Conde João Maurício de Nassau, que governou por sete anos. Foi o período de maior prosperidade do chamado Brasil Holandês, com forte impulso na produção de cana-de-açúcar e a organização de entrepostos comerciais na nova colônia.

Para compreendermos como se instalou essa colônia batava no Brasil e como se deu seu posterior fracasso, temos que recorrer à representação inerente a esses viajantes holandeses. Esse é o assunto discutido no próximo tópico.

### **II.3. A Representação do Lucro Holandês nos Relatos dos Viajantes Sobre o Brasil**

A Fortuna. Entendemos que esse era o principal fator que impelia esses aventureiros europeus dos séculos XVI e XVII a navegarem para o incerto. O desejo de enriquecimento pessoal sob um convés de um navio percorrendo águas distantes e terras nunca imaginadas não foi privilégio dos holandeses. Homens de outras nações também se lançavam ao mar com o mesmo objetivo. Para corroborar que o desejo de lucro – tanto pessoal como dos regentes da época – se destacava das demais razões que impulsionavam esses homens a empreenderem essas viagens, usaremos como exemplo os primeiros passos da colonização do

Brasil pelos portugueses e faremos um paralelo com a colonização holandesa. Constataremos que, apesar do aparente princípio em comum – o lucro –, cada qual possuía sua própria representação, que os levava por caminhos diferenciados. Mas devemos ressaltar que somente discutiremos a representação de lucro trazida da Holanda ao Brasil por seus viajantes.

A colonização do Brasil pelos portugueses está retratada em nossa historiografia como necessária para proteger a posse desse território português dos freqüentes ataques de outras nações (PRADO, 1975). Porém, o historiador Claudinei Mendes salienta em sua pesquisa outro motivo: à vontade de obter ganhos pessoais nessa empreitada. Observemos suas palavras:

*[...] através de documentos dos primórdios do século XVI podemos verificar que, se a Coroa teve a preocupação de garantir a posse das terras, também existiu interesse de particulares na ocupação do Brasil. A colonização do Brasil dava-lhes a oportunidade de aplicar suas riquezas e posses na produção. Isto nos mostra que, paralelamente às disputas entre as nações européias por estas regiões, manifestava-se um movimento de investidores privados interessados em ocupar produtivamente o Brasil. (MENDES, 1996, p.172-173)*

O autor aprofunda sua argumentação ao colocar que, já nas primeiras viagens, investidores ficaram atraídos pelos poucos relatos dessa nova terra, dando início à idéia de produzir para a obtenção de lucro. Porém, era uma idéia que precisava ser amadurecida, como demonstrou nos trechos a seguir:

*Acrescente-se ao desejo manifestado por particulares o fato de, desde as primeiras notícias do descobrimento, mercadores e banqueiros de outras nacionalidades interessarem-se em conhecer esta região, evidentemente com propósitos comerciais. Américo Vespúcio, Fernão de Loronha, Cristóvão de Haro, D. Nuno Manuel e Bartolomeu Marchione são nomes por demais conhecidos no mundo*

*das finanças que participaram ou financiaram expedições de reconhecimento.*

*[...] ainda que na carta de Caminha ou nas que Américo Vespúcio escreveu a Lorenzo di Pier Francesco de Medici possamos encontrar descrições da fertilidade do solo aventando a possibilidade de sua ocupação produtiva, isto não significa que o projeto de ocupação já estivesse formulado. Mas se este não estava formulado, a possibilidade da produção, ao menos, já se insinuava no horizonte. (Ibid., p.174-175)*

Portanto, os portugueses ambicionavam a Fortuna. A Coroa portuguesa pretendia investir no Brasil, mas a falta de conhecimento fazia dessa empresa um alto risco. Nesse contexto, empreendedores particulares abastados almejavam obter autorização para aplicar verdadeiras fortunas nessa terra, e para o autor Claudinei Mendes só haveria um motivo para tal:

*[...] Com efeito, como conseguir que particulares se transferissem para uma região que, segundo os historiadores, despertava pouco interesse na própria Coroa? Para nós, se particulares dispuseram-se a povoar o Brasil, é porque vislumbraram aí uma oportunidade de enriquecimento.*

*[...] Não encontramos outra explicação para que um rico proprietário se desfizesse de suas propriedades em Portugal para investir no Brasil a não ser a circunstância de que, historicamente falando, estava se criando condições para que a riqueza se tornasse produtiva, que estivesse sendo criada uma nova forma de obter riqueza. (Ibid., p.177)*

Quando nos referimos à colonização dos holandeses, temos que destacar aspectos bem diferentes do expediente português, independente do objetivo de perseguir a caprichosa roda da Fortuna. Em primeiro lugar, as terras pleiteadas pelos holandeses pertenciam a outra nação e já estavam ocupadas, ocasionando uma disputa pela região. O próximo obstáculo foi o impacto de administrar e povoar uma terra exótica, com duas culturas adversas, sendo esta a primeira experiência efetiva de colonização por parte dos holandeses.

Por outro lado, o lucro também foi o motivo primordial para a colonização holandesa. No tópico anterior, já demonstramos que a Companhia das Índias Ocidentais foi uma iniciativa de alcançar o mesmo sucesso da sua irmã mais velha, a bem-sucedida Companhia das Índias Orientais.

Também destacamos no capítulo anterior que o imaginário de liberdade e tolerância, intensificado por diversos acontecimentos dos séculos que antecederam o XVII, conduziu os holandeses a acreditarem que somente a prosperidade preservaria esses sentimentos “indispensáveis”.

A Holanda do “século de ouro” (XVII) consolidou a representação do lucro, e o homem holandês aspirava ardentemente pela traiçoeira Fortuna. O desejo de aumentar os lucros, ou de enriquecer rapidamente, tornou-se parte integrante da cultura holandesa. Podemos dizer que esse sentimento invadiu as ruas das Repúblicas Unidas, envolvendo todas as classes. Vejamos a interpretação de Simon Schama:

*Que nível de prosperidade convinha aos holandeses? À primeira vista, diante das condições miserabilíssimas que a Europa vivenciara desde o século XIV, a pergunta era absurda. A República era ilha da abundância num oceano de penúria. Seus artesãos, até mesmo seus trabalhadores não qualificados e seus agricultores (pois parece errôneo chamá-los camponeses), tinham rendimentos reais mais elevados, alimentação melhor e meios de vida mais seguros que em qualquer outro país do continente. (SCHAMA, 1992, p.321)*

Apesar dessa prosperidade, havia uma preocupação de fundo moral, que ameaçava a irrestrita glória dos holandeses. Pois, se a Fortuna é inconstante, a pergunta permanecia no fundo de suas mentes: até quando ela continuaria lhes

sorrido? Porém, essa dúvida não se insinuou no subconsciente holandês por si só; teve ajuda exemplar:

*[...] Se alguma vez os holandeses imaginaram sua ruína, terá sido não pelas mãos de um vizinho predatório, mas por suas próprias mãos. Podiam provocar sua falência simplesmente por exagerar em tudo. Seus pregadores incansavelmente lhes lembravam isso, o exemplo de Israel, onde a corrupção de Baal fora o arauto do desastre. O comentário de Calvino sobre a advertência de Isaías a Tárzis prevenia que, “se os judeus querem aprender a submeter-se a Deus, precisam despojar-se de sua riqueza”. A idéia de que se sua taça transbordasse derramaria em inundaçãõ punitiva estava profundamente arraigada no folclore nacional. (Ibid., p. 324)*

No entanto, havia um empreendimento que envolvia um risco ainda maior, não somente ao bolso dos holandeses bem como às suas almas: seria o investimento no Novo Mundo. Os que se lançavam nessa empreitada sofriam com a incerteza. Ou seja, os menos abastados deveriam abandonar o pouco que conseguiram? E, mesmo para os afortunados, não seria grande loucura arriscar suas fortunas nessas terras desconhecidas? Dessa forma, o destino desses viajantes e investidores pendia em uma balança; em um prato se encontrava a glória e no outro a ruína.

Mesmo os governantes holandeses também eram assombrados por essas questões morais – pelas quais eram responsáveis. Portanto, ao investirem fortunas que poderiam acarretar retornos fabulosos, os governantes necessitavam justificar essas empresas para neutralizar os males do dinheiro:

*Seu lema era proibidade, não lucro. Contudo, esses admiráveis guardiões da economia não podiam impor regulamentação tão sufocante que destruísse todos os incentivos à empresa. Se a ansiedade com relação à moralidade do dinheiro crescia na mente dos magistrados, eles não eram imunes a uma tendência contraditória da cultura: a admiração pelo materialismo heróico. Esta se evidenciava (e se inocentava) quando envolvia*

*alguma ação espetacular de descobrimento geográfico, com os empreendimentos coloniais colocando singulares problemas para os conscienciosos patriarcas da cidade. Por outro lado, tais empreendimentos indiscutivelmente levaram para a cidade e a Pátria imensos tesouros e lucros, além dos navios capturados aos inimigos ibéricos. Por outro lado, no entanto, as incertezas com relação ao transporte e os altos custos da presença colonial nas Índias ou no Brasil tornavam o negócio duvidoso, se não arriscado. (Ibid., p.343)*

O receio dos magistrados no emprego de dinheiro no Novo Mundo se estendia também aos pastores calvinistas, como demonstra mais um segmento do livro de Simon Schama:

*Para os pregadores e moralistas calvinistas, os perigos se justificavam em função menos da perspectiva de grandes lucros do que da oportunidade de derrotar as hostes do anticristo em águas distantes e conduzir os nativos ao Evangelho verdadeiro. Mas eles também partilhavam as apreensões dos magistrados quanto à baixa condição e aos motivos dos que se sentiam atraídos pelo serviço nas Índias. Paradoxalmente, foi o brilho das mais celebradas viagens ao Oriente que conferiu aura fabulosa às explorações coloniais e levou os crédulos a visualizar tesouros inimagináveis.*

*(...) Tamanha riqueza podia despertar o apetite dos ambiciosos, mas não era a carga em si que constituía o “perigo” do negócio, segundo os mais conservadores. Era, isto sim, a visão de riquezas incontáveis adquiridas sem trabalho e existentes só para atender à vaidade ou à moda. Tal visão parecia mostrar um caminho mágico que conduzia à fortuna e, portanto, atuava como mau exemplo para cidadãos que se deixavam levar facilmente pelas loucuras do mundo. (Ibid., p.344)*

Independente desses receios, os holandeses implantaram um processo de colonização no Brasil. Acreditamos que essa representação de lucro motivou a criação de manuais para facilitar esse processo, o que explicaria os livros *História das coisas naturais do Brasil*, de Jorge Marcgrave, e *História Natural do Brasil*, de Guilherme Piso. Obras que fazem um levantamento sistemático e científico dos recursos naturais brasileiros.

Foram produzidas quando uma comitiva científica trazida para o Brasil Holandês pelo Governador-Geral, Conde João Maurício de Nassau, com a intenção de desvendar os segredos desse Brasil exótico, reunia todos os tipos de profissionais: artistas, naturalistas, astrônomos, engenheiros e outros. O primordial objetivo era informar, isto é, levar o conhecimento para o povo e os governantes da Holanda sobre as características do Brasil. Para isso, os membros da expedição estudaram minuciosamente a fauna, a flora e os habitantes locais. Artistas retrataram plantas, animais e indígenas – Albert Eckout entre eles –, enquanto que os primeiros naturalistas revelavam as propriedades naturais dessas plantas, frutas e animais:

***Mamoeiro<sup>2</sup> macho e fêmea. Urucuri Iba.***

*Mamaoera* (têrmo indídena). Vulgarmente se denomina **Papay**; o fruto é chamado Mamão pelos portugueses, porque se assemelha a mamas, pendentes do tronco. Existem duas espécies desta planta: o macho e a fêmea. O macho se acha facilmente, por tôda a parte; a fêmea não é tão comum; acha-se só nos quintais. O macho cresce até à altura de vinte e mais pés, medindo de grossura cêrca de dois pés; sua casca e cinzenta, bem lisa, revalizando-se com a noqueira; é uma tanto vermelha no cimo, onde as fôlhas a rodeiam. Estas fôlhas brotam em tórno do caule; mas, da terra até à metade da altura, logo são arrancadas, nas árvores mais novas; a outra metade fica coberta de fôlhas até o cimo. (MARCGRAVE, 1942, p. 102)

Posteriormente a esses livros, novos relatos foram confeccionados, todavia, com temática diferenciada. Podemos citar, por exemplo: o livro de Gaspar Barléu, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, que faz uma homenagem a Maurício de Nassau; *O domínio colonial holandês*, de Hermann Wätjen, um retrato da colônia holandesa no território

---

<sup>2</sup> Ver anexo nº 3, como são as ilustrações do livro de Marcgrave.

nordestino brasileiro; e nossa fonte, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, de Joan Nieuhof, que se encaixa em ambas as categorias já mencionadas, além de relatar o conflito luso-holandês.

No próximo capítulo, procuraremos compreender e desfragmentar as características do livro de Nieuhof. No momento, desejamos colocar que esses livros exibem em suas páginas a representação de lucro que figurava na Holanda do século XVII.

Os viajantes holandeses levavam para essas terras distantes sua cultura e, por meio das palavras registradas, exprimiam as suas intenções, conscientes ou não:

*Dos exemplos alheios tinham aprendido os holandeses a descobrir mundos novos com o auxílio das naus e a levar a povos distantes e vivendo sob outros céus a religião, as riquezas, as leis, os bons costumes e a política.*

*A liberdade comercial foi sempre o baluarte de uma grande potência. Com ela cresceram os tírios, os cartagineses, os persas, os árabes, os gregos e os romanos. Por isso, os nossos navios mercantes, comboiados pelas nossas armadas, navegaram primeiro para o Oriente, depois para o Ocidente, fundando fora da Europa, como que dois impérios, sustentados por duas companhias. O holandês tentou no Oceano derrotas tanto mais extensas quanto mais enclausurado se sentia nas acanhadas fronteiras de seu país, espalhando o seu tráfico e poderio por toda a parte onde brilha o sol. (...) Fomos para onde nos chamava o direito natural e o das gentes e a carência mútua de produtos, porquanto o ganho é poderoso incentivo para se tentarem os mais arrojados cometimentos. (...) Por onde abre caminho a cobiça das riquezas, por aí também o abre a ambição do mando; onde encontra aquela a sede da sua mercância, acha esta a da sua dominação. É fato antigo que são mais renhidas e certas as lutas onde são mais crescidos os despojos e os lucros. (BARLÉU, 1974, p.04-05)*

Esses livros, ao nosso entender, tinham a função de estimular ainda mais o investimento no Brasil. Nieuhof, por exemplo, utilizava os escritos de Marcgrave para informar sobre os possíveis produtos que poderiam ser usados pelos colonos

na sua subsistência e para a comercialização – desenvolvermos mais esse assunto no próximo capítulo.

Para os comerciantes, a informação consistia em uma grande aliada. Ou seja, quanto mais dados eram apurados, aumentavam as possibilidades de rendimentos maiores e investimentos de menores riscos. Segundo o autor Zumthor:

*Desde o final do século XVI, os Estados Gerais mantinham no estrangeiro (por exemplo, em Colônia) alguns agentes de informações políticas. Depois de cada navegação, os capitães da frota faziam um relatório das notícias que haviam colhido pelo mundo e submetiam seu diário de bordo ao almirantado. (ZUMTHOR, 1989, p.319)*

Os portugueses também utilizaram informações trazidas pelos primeiros viajantes ao Brasil. Abastados empreendedores ficaram motivados por descrições da recente terra descoberta.

*As expedições de reconhecimento da costa brasileira realizadas após a viagem de Américo Vespúcio eram expedições que tinham por objetivo conhecer as condições do solo quanto à sua fertilidade, clima, etc., além, evidentemente, de guardarem as costas e buscarem notícias sobre ouro. (...) Por se tratar de uma região nova, da qual nada se sabia acerca do clima, solo, navegação, era necessário uma fase de reconhecimento. Gonçalo Coelho, Cristóvão Jaques e Pero Lopes de Sousa foram encarregados, em épocas distintas, de percorrerem a costa do Brasil, a fim de conhecê-la. Fizeram experiências com o solo, com o evidente propósito do seu posterior aproveitamento. Estas expedições trouxeram sementes, deixaram degredados (que deveriam ser recolhidos no ano seguinte) com a incumbência de obter informações sobre o solo, os costumes e a língua dos indígenas, além de noticiar sobre metais preciosos. (MENDES, 1996, p.175-176)*

Pelo visto, os portugueses também se utilizaram dos relatos de viajantes para estabelecer sua colônia. Contudo, só podemos conceber uma tênue

semelhança com os manuais feitos pelos holandeses. Os portugueses, pelo que sabemos, até o final da invasão holandesa não desenvolveram obras de cunho científico ou naturalista. Ou seja, podemos dispor de narrativas de viagens e diários de navios e dos relatos dos Jesuítas – incluindo os sermões.

Devemos considerar que a colonização portuguesa teve início quase um século antes em relação à holandesa, tendo a última a vantagem de já contar com diversas narrações sobre o Brasil. A certeza de rendimentos favoráveis se conseguissem conquistar os engenhos de açúcar no nordeste brasileiro contribuiu muito na escolha da localização da colônia holandesa – como já foi mencionado no tópico anterior.

No entanto, entendemos que a composição desses manuais estava intrinsecamente ligada à representação de lucro pertencente aos holandeses do século XVII. Voltados para a razão, o povo holandês e seus governantes puderam racionalizar seus interesses, independente de seus receios morais. Dessa forma, as palavras que se seguem, ditas por um dos homens que vivenciaram aqueles dias, não poderiam ser mais representativas:

*[...] Portanto, não reputamos injusto obtermos o ouro mediante guerras legítimas, nem espantoso buscarmos-lo pelos mares em fora, nem vergonhoso ganharmos-lo comerciando, nem desagradável tomarmos-lo ao inimigo. (BARLÉU, 1974, p.9)*

### III.1. Descrição dos Aspectos Naturais do Brasil Holandês

Não acreditamos que pormenorizar cada passagem do livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* atinja os objetivos desta pesquisa. Ressaltaremos, em específico, trechos e eventos esclarecedores, revelando as mudanças nada sutis do seu discurso.

Entendemos que a intenção – mesmo que velada – de Nieuhof ao escrever sobre sua vinda ao Brasil seria para: manter a Companhia das Índias Ocidentais informada do progresso da viagem; e desenvolver uma espécie de manual para os futuros viajantes, imigrantes e investidores, sobre como era a colônia holandesa no Brasil. Contudo, a narrativa tomou outro rumo, devido aos constantes conflitos com os portugueses, transformando-se em uma crônica de guerra.

Em sua especificidade, o texto foi escrito com a objetividade humanista, somada à representação holandesa impregnada pela aspiração ao lucro. Ou seja, Nieuhof é um representante dos aspectos culturais da Holanda seiscentista. Um indivíduo que se enquadrou no pensamento humanista de racionalidade, que contaminou alguns segmentos sociais, como a elite da Europa Ocidental dos séculos XVI e XVII. Nessa época o humanismo era algo representativo isto é: *Dentro de cada campo social, existem órgãos mais representativos e outros menos representativos, órgãos centrais e outros menos centrais* (ELIAS, 2001, p.62).

A primeira parte do livro – do início até a página 107 – acreditamos ser como uma espécie de guia para os futuros investidores e colonos que desejassem vir para o Brasil. Nele consta o histórico da conquista das Capitâneas com datas e

nomes e a geografia do Brasil Holandês, apresentando-se a fauna e flora desse Novo Mundo exótico.

Nas primeiras páginas do livro, o autor revela as nuances da viagem ao Brasil a bordo da nau Roo Hert, com 130 homens e 28 canhões. Descreve a rotina do navio: uma tempestade, o cotidiano dos marujos e a natureza. A linguagem utilizada é formal e se preocupa com a precisão. Analisemos um fragmento e sua alusão científica a um efeito natural:

*Durante essa calamidade [tempestade] percebemos pequenas chamas ou luzes, fixas ao mastro: **fogos pacíficos**, como os chamam os marinheiros. Supõe-se que esses fogos sejam causados por certos vapores sulfúricos que a violência dos ventos traz da terra para o mar, onde se inflamam pela tremenda agitação do ar e ficam queimando até se extinguir a substância oleosa que contêm.* (NIEUHOF, 1981, p.22)

A citação indica a preocupação de Nieuhof de apresentar “fatos”, não “fantasias”. A mentalidade holandesa buscava respostas embasadas na ciência, não no mito. O calvinismo muito contribuiu para essa visão. Suas lendas (se podemos chamá-las assim) se baseavam na Bíblia, renegando assim as supostas sereias.

Nieuhof deseja expor a “verdade dos fatos”, para desenvolver o que acreditamos ser um manual para aqueles que pensavam em investir na nova colônia. Porém, sua postura pragmática foi muitas vezes abalada por acontecimentos que afloram em palavras carregadas de emoção. Isto aconteceu várias vezes durante a narrativa, e entendemos também como uma característica humanista, principalmente quando se refere à exaltação de um feito heróico. Foi

a filosofia humanista que trouxe o reflorescimento de elementos da Antigüidade Clássica, que enalteciam os feitos da humanidade (no capítulo anterior fornecemos uma amostra da obra do humanista Dante Alighieri). Apesar de Nieuhof não citar nenhum deus grego, ou se referir a Roma antiga, ele direciona o seu olhar para os holandeses, que são seus heróis munidos de honra. Mas outros viajantes da época, como Gaspar Barléu, utilizavam os clássicos para comparar e enaltecer a cruzada holandesa:

*[...] gravou-se o nome dos Oranges e dos Nassaus nas ilhas, nos promontórios, nos litorais, nos fortes, nas cidades; reduziram-se a províncias os países bárbaros; despojaram-se dos tesouros asiáticos e americanos as naus espanholas, que foram queimadas diante das próprias costas do Brasil. Revelara-se-nos, enfim, o segrêdo da dominação: – poder-mos vencer o Ocidente. Já deixava de ser verdade o que de Roma escrevera outrora Dionísio Halicarnásseo: ter sido a primeira e a única que fez do oriente e do ocidente o término do seu poderio. Chegámos, de feito, aos tempos em que vemos, felizes, o sol, testemunha de tantas vitórias, não ter acaso também nos nossos domínios. (BARLÉU, 1974, p.3-4)*

As primeiras expressões de comoção e heroísmo narradas por Nieuhof foram sobre os acontecimentos do dia 6 de novembro, a embarcação holandesa foi perseguida e alvejada por dois navios turcos. A situação tornou-se surpreendente, já que o capitão Klaes Jelles estava adoentado e o comissário François Zweers tinha idade avançada para enfrentar o inimigo. Desse modo, Nieuhof escreve ter assumido a incumbência de comandar o combate – fornecendo mais um dado da sua importância nessa viagem: era o terceiro em comando. Vejamos suas palavras emocionadas:

*[...] tive eu que assumir o comando da nau, animando os homens a lutar bravamente por nossas vidas e liberdade e ordenando-lhes a não abrir fogo de forma alguma antes que o inimigo estivesse bem dentro do alcance de nossas armas, pois era maior em número que nós. [...] Pude, então, observar que o navio maior havia recebido um tiro em cheio, à meia-nau, que o obrigara-a se manter à distância, a fim de poder reparar as avarias. Isso me deu certa folga, que aproveitei para levantar o ânimo da tripulação não só verbalmente mas, também, com boa dose de vinho a que os marujos misturavam pólvora. Fiz o mesmo para os estimular. (NIEUHOF, 1981, p.23)*

A batalha durou o dia todo, com a fuga dos holandeses ao anoitecer. E, com a desistência dos piratas, volta a veia prática de Nieuhof. Ele constata de forma lógica a sorte que tiveram perante inimigos superiores:

*Demos graças a Deus por nos haver salvo do perigo da escravidão, auxiliando-nos na luta contra um inimigo muito mais forte. De fato, o maior dos navios contrários estava armado com 24 canhões e o outro com 2, enquanto que nós apenas dispúnhamos de 18, sem levar em conta o fato de terem eles uma guarnição muito maior que a nossa. (Ibid., p.24)*

As nove primeiras folhas do livro se diferenciam do restante por Nieuhof não se colocar como narrador, mas como agente. Ele descreve os eventos como em um diário em tempo real, usando sempre o pronome em primeira pessoa do singular. Contudo, modifica por inteiro o formato narrativo na seqüência, quando chega ao Brasil, e coloca o primeiro subtítulo: *Descrição do Brasil*.

Na seqüência, fez detalhadas descrições geográficas, ele localiza a princípio a América (ou “Índias Ocidentais”, como também é chamada). Refere-se à América do Norte, à Setentrional e à do Sul e redige inúmeros dados para que os leitores possam encontrá-las em um mapa. Reproduziremos os parágrafos e uma parte da nota explicativa que localiza o Brasil:

*A América (ou Índias Ocidentais) divide-se em América do Norte e América do Sul. A esta última pertence o Brasil.*

*A América setentrional limita-se ao norte com a **Terra Incógnita**, ou antes com os Estreitos de Hudson; ao sul e a oeste com o Mar do Sul e a leste com os Estreitos de Panamá, a Baía do México (ou Nova-Espanha) e o Mar do Norte.*

*Abrange as seguintes Províncias:*

***Estotilandia e Labrador, Nova França, Canadá, Bacalhau, Nova Inglaterra ou Virgínia, Florida, Nova Espanha, as Províncias mexicanas denominadas: Novo México, Tlascalla, Guaxaca, Mechoacana, Zacatula, Colim, Yucatan, Tabasco, Nova Galícia, Nova Biscaia, Chiametla, Culiaca, Cimalon, Nova Granada, California, Anian, Quivira ou Nova Albion, Conibas, Guatemala, Soconusco, Chiapa, Vera Paz, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Veragua** (17).*

*A América do Sul é uma península, em forma de pirâmide, cuja base está voltada para o norte e o vértice aponta para os estreitos de Magalhães, situados a 53 graus de latitude sul. Limita-se a leste com o Oceano Atlântico ou Mar do Norte e a oeste com o Mar do Sul, sendo todo o seu circuito de cerca de 16.000 milhas italianas ou 4.000 milhas alemãs. Compreende as Províncias de Castela e d'Ouro, Terra firme, assim chamada pelos portugueses, **Paria, Cumana, Caribana, Brasil, Chica**, para leste e a oeste **Popaian, Peru, Chile**, além de outras províncias interiores. (nota 17: Esses nomes geográficos estão, com raras exceções, corretos. Antes de tudo, convém frisar que Nieuhof escreve, sempre, com K em vez de C. Há apenas pequenos enganos, conforme veremos. Em primeiro lugar, Nova Inglaterra não é Virgínia, pois a primeira ficava bem mais ao norte e, entre elas, existia Nova Amsterdã e Nova Suécia, que não sabemos por que não figuram entre os Estados citados. (Ibid., p.30, grifo do autor)*

Notemos o apuro do autor, a intenção de que o leitor realmente construa uma imagem de onde se localiza o Brasil. Se pessoas desejassem investir ou mesmo imigrar para o Brasil, esses dados seriam úteis.

Logo a seguir, fornece os nomes das regiões pertencentes aos portugueses<sup>1</sup> e quais foram conquistadas pelos holandeses:

*[...] o Brasil é dividido pelos portugueses em 14 distritos, por eles denominados Capitánias, a saber: Pará, a primeira de todas, bem ao Norte, Maranhão, Ceará, Potigi ou Rio-Grande, Paraíba, Pernambuco, Itamaracá, Sergipe d'El-Rei, **Quirimure** ou Baía de todos os Santos, **Nhoe-Combe** ou os Ilhéus, **Pacata** ou Porto-Seguro, Rio de Janeiro ou Niterói, São Vicente e Espírito Santo.*

<sup>1</sup> Ver anexo.nº 4, mapa que mostra todas as Capitánias do Brasil, sob o domínio português.

*[...] Seis das Capitánias acima citadas, conquistadas pelas armas, achavam-se sob a jurisdição da Companhia das Índias Ocidentais. Eram elas, a começar do Sul, a Capitania de Sergipe d'El-Rei, Pernambuco, Itamaracá – à qual pertence a Goiana – a de Paraíba, a de Potigi ou Rio Grande e a de Siará ou Ceará. A Companhia possuía, também, a Capitania de Maranhão, que foi, porém, abandonada, por diversas razões, no ano de 1644. (Ibid., p.31-33, grifo do autor)*

Cada capitania de domínio holandês<sup>2</sup> fora descrita por Nieuhof, contendo várias informações, a saber: os rios que as atravessavam; as guarnições; os habitantes; as vilas e aldeias; a distribuição das casas nas vilas; os engenhos e as plantações; os portos para escoar a produção ou para receber provisões; a fauna, e a flora. Para isso, identifica as Capitánias e lhes dedica de duas a três páginas. É importante dizer que não há um sentido organizacional nos dados fornecidos pelo autor. Em certos momentos fala da quantidade de engenhos em uma capitania e, em outros, de suas fortificações:

*A aldeia de Serinhaém, mais ou menos à mesma distância que a anterior, é lugar muito agradável; tem 12 engenhos de açúcar, produzindo cada um de 6 a 7.000 arrobas. A arroba corresponde a 27 ou 28 libras de peso.*

*[...] A cidade Maurícia era guarnecida por dois fortes. Do lado do sul via-se o chamado Frederico Henrique ou Forte Quinquangular em virtude de seus cinco baluartes – cercado por largo fosso, paliçadas e fortificado por duas cornas, uma grande, outra pequena com 8 peças de metal de modo a dominar toda a planície que, na maré alta, costumava ser alagada pelo mar. (Ibid., p.38-43)*

O pesquisador deve ser cuidadoso ao analisar um fato do passado para não enaltecer um determinado aspecto que somente tem destaque no presente. No caso das descrições da fauna e flora por Nieuhof, seu interesse pode ser

---

<sup>2</sup> Ver anexo nº 5, mapa que mostra as Capitánias que formavam o Brasil Holandês.

confundido com o olhar atual de preservação da natureza ou mesmo de contemplação idílica.

Porém, quando descreve a natureza, há um direcionamento científico e utilitário. Os primeiros a escreverem livros sobre a botânica brasileira foram os holandeses Jorge Marcgrave e Guilherme Piso – como já foi comentado no capítulo anterior. Enquanto que viajantes como Nieuhof e Barléu seguiram pela mesma tendência, ao narrarem suas viagens. Inebriados pelo espírito humanista que sentenciaram suas descrições a um formato racional sobre os recursos naturais do Brasil. Vejamos algumas palavras sobre o espírito humanista do seiscentista:

*Enquanto isso, os cientistas e planejadores econômicos do século XVII anteviam triunfos ainda maiores sobre as espécies inferiores. Para Bacon, o fim da ciência era devolver ao homem o domínio sobre a criação que ele perdera em parte com o pecado original, [...] “o império da espécie humana”. Para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que “a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana”. [...] A motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os “usos e virtudes” das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. Era convicção geral que cada parte do mundo das plantas tinha sido projetada para servir um propósito humano [...]. (TOMAS, 1988, p.32-33)*

Nieuhof descreve várias espécies de animais, insetos, plantas e frutas, apresentando essas informações com um formato mais técnico e científico. Dando mais ênfase aos animais e insetos, fornece aos leitores: os nomes conhecidos pelos brasileiros, holandeses ou mesmo portugueses; cor; aspecto; som característico; utilidade; sabor; e, por fim, periculosidade. Parece estar

arquitetando uma espécie de guia geral para a compreensão de como era constituído o Brasil Holandês. Essa concepção trazida da Holanda, demonstra uma visão voltada para o lucro e constrói uma imagem do Brasil em que tudo representa rendimento.

Contudo, existem características peculiares da mentalidade do holandês dessa época, como a representação do lucro. Assim, o relato de Nieuhof sobre a natureza mescla o sentimento humanista com as particularidades do universo imaginário holandês. Quando, por exemplo, apresenta a geografia brasileira, colocando os nomes dos rios e “por acaso” sua navegabilidade, qual o seu intuito? Por que informar sobre os portos mais próximos dos rios e cidades para o escoamento da produção e se estes são fortificados e sobre o tipo de produção desenvolvido nas regiões e as possibilidades de futuros cultivos? E outras tantas informações de cunho econômico? Porque estas preocupações em uma obra, que devia narrar os acontecimentos da viagem de um homem? A resposta está no enfoque dado pelo autor, esse livro a princípio tinha a intenção de informar fatos para o desenvolvimento econômico da colônia. Vejamos alguns trechos retirados do livro com essas características:

*O Rio São Francisco, o mais extenso e o de maior volume daquelas regiões, constitui a linha divisória entre as Capitanias de Pernambuco e Baía de Todos os Santos. É tão largo em alguns pontos que uma peça de seis libras com dificuldade o atravessaria. Há lugares em que sua profundidade atinge 8, 12 e por vezes 15 varas. Apesar disso não é navegável para navios de carga, em vista de estar sempre atulhado de areia o seu estuário.* (NIEUHOF, 1981, p.32)

*Há nesta freguesia uma aldeia a que os portugueses chamam Vila de Bom Sucesso de Porto Calvo e que anteriormente se denominava Povoação dos quatro rios, por se achar situada na confluência de quatro rios: o Maleita, o Tapamundo, o Comandatuba*

*e o Manguaba. Está edificada sobre uma eminência, a cerca de quatro milhas do mar e foi guarnecida pelos holandeses com dois fortes, o maior dos quais – o Bom Sucesso – todo construído de pedra e rodeado por uma excelente contra-escarpa, possui amplo reservatório de água potável. (Ibid., p.34)*

*Toda a região de Pernambuco é fértil em frutas e rica em gado. Há excelentes pastagens pelos vales, e, nas zonas baixas, próximas aos rios, existe grande quantidade de cana-de-açúcar, que é muito cultivada nas redondezas. (Ibid., p.47)*

Entendemos que Nieuhof observava a natureza buscando benefícios para o homem – idéia digna do humanismo. E qual seria o maior benefício para o homem holandês senão um meio de comercializar com grande margem de lucro? Portanto, nas suas descrições das Capitânicas, procurava integrar a natureza e as benfeitorias feitas pelos holandeses – ou mesmo pelos portugueses – à imagem de futuros rendimentos polpidos. Mesmo ao criticar as condições adversas dessa terra tropical, não deixa de enaltecer a possibilidade da tão sonhada “fortuna”: *Chega a parecer milagre que ainda haja quem possa viver em clima tão inhóspito, não fora certo que a ambição do ganho minora todos os perigos* (Ibid., p.29).

Nessas páginas também encontraremos a maior parte das notas de esclarecimentos. Algumas são para mostrar que palavras ou fragmentos da versão do livro em inglês não foram interpretadas corretamente quando traduzidas da versão holandesa, ou que os ingleses omitiram dados. O historiador José Honório Rodrigues (que confeccionou as notas), um estudioso dos holandeses no Brasil, percebeu e comparou as informações fornecidas por Nieuhof com livros já existentes na época e revelou que muitos dados científicos referentes à fauna e à flora foram copiados de autores como Jorge Marcgrave, Guilherme Piso, Gaspar

Barléu, Jean Wagler e outros. Nieuhof copiou esses autores de forma literal, talvez na intenção de tornar seu livro mais esclarecedor sobre um assunto do qual obviamente ele tinha pouco ou nenhum conhecimento. Mas seria exagero pensar que estivesse roubando os estudos desses escritores, principalmente porque foi para um deles, Guilherme Piso, que mostrou seus manuscritos antes da publicação.

Citaremos um trecho para demonstrar o cuidado em detalhar as espécies desconhecidas dos holandeses, e uma nota de rodapé comprovando de onde o autor retirou essas informações:

*A Gauçu ou Gibóia é sem dúvida a maior de todas as serpentes, atingindo, alguns espécimes, 18, 24 e mesmo 30 pés de comprimento e a grossura de um tronco de homem, ao meio. Os portugueses chamam-na Cobra-de-Veado por ser capaz de engulir um corço inteiro ou mesmo um veado, pois, conquanto a garganta seja estreita, o ventre é bastante grande. Após ter devorado presa de tão grandes proporções, a cobra cai num estado letárgico em que facilmente se deixa capturar. Lembro-me de ter visto uma perto de Paraíba, que media 30 pés de comprimento e tinha a grossura de um barril. Os negros viram-na engulir um cabrito. Enviaram-se, então, 13 mosqueteiros que abateram o monstro e arrancaram-lhe o cabrito do ventre. Essa cobra era de uma cor cinzenta, conquanto as outras se inclinem mais para o castanho. Essa variedade ofídica não é tão venenosa como as outras. Os negros, portugueses e mesmo alguns holandeses alimentam-se de sua carne. Também é certo que sua picada não é tão infecciosa, pois freqüentemente sara sem remédio. Nessas condições, não se pode incluir esta serpente entre o número das venenosas, como por exemplo, a Caninana, a **Manima** e a **Vona** (nota 79: Mais uma prova evidente do plágio de Nieuhof. Tendo Piso escrito, à p.40 (LXX), Manima e Vona, e à p. 2 Mavina e Vocia, Nieuhof, seguindo-o, escreveu à p. 22, 1.<sup>a</sup> col. Manima e Vona e à p. 23, 2.<sup>a</sup> col., Mavina e Vocia.). (Ibid., p.54-55, grifo do autor)*

Nieuhof afirmou ter visto algumas espécies; outras, os moradores fizeram-no crer em sua existência. Contudo, certos animais e plantas foram confundidos erroneamente, devido à dificuldade na época de fazer um estudo biológico dessas

terras exóticas. Um exemplo seriam os terríveis “tigres” brasileiros. O autor conta com pormenores uma história que ouviu, em Pernambuco, desses ferozes felinos:

*Certo português, senhor de um engenho de cana situado em lugar muito aprazível, achava-se um dia em casa, acompanhado de quatro pessoas de suas relações, quando se deu uma cena espantosa. Um de seus cães, que se havia aventurado pelas matas vizinhas, perseguido por um tigre, saltou a janela, buscando a proteção do seu dono. O tigre, porém, que o seguia de perto saltou também a janela para dentro da sala, cuja porta estava fechada, e despedaçou dois homens antes que os demais pudessem escapar. Depois dessa façanha, o felino retirou-se calmamente. (Ibid., p.71-72)*

Considerar seus relatos da fauna e flora somente como o deslumbramento de um europeu em uma terra exótica, sem uma intenção econômica, suprimindo as representações e o imaginário que lhe são inatos, seria condenar sua obra a “simples curiosidades turísticas”.

O fragmento que destacaremos a seguir descreve um pássaro. A princípio parece uma descrição extravagante, ou mesmo científica, contudo, nas últimas frases, Nieuhof coloca uma finalidade utilitária da ave para o homem, vejamos:

*O pássaro que os Petiguaras chamam Jabiru-guaçu, os Tupinambás Nhambú apoá e os holandeses Schuur vogel, tem um bico enorme com sete pés e meio de comprimento, cor de cinza, arredondado e recurvo na ponta, mas é destituído de língua. No topo da cabeça há uma coroa de penas brancas e verdes. Os olhos são pretos e atrás deles há duas grandes concavidades, em lugar de orelhas. O pescoço tem o comprimento de dez dedos e metade dele, assim como a cabeça, não é coberto de penas, mas de uma pele enrugada, cor de cinza claro.*

*Tem esta ave o tamanho de uma cegonha, com a cauda curta e negra que se mantém sempre ao nível da extremidade das asas. A outra parte do pescoço, bem como todo o corpo é coberto de penas brancas, sendo as do pescoço muito longas. As asas são igualmente brancas, pontilhadas de vermelho. Cozida depois de esfolada, sua*

carne constitue um prato agradável. É muito branca, posto que um tanto sêca. (Ibid., p.66-67, grifo nosso)

Sobre este trecho o historiador Rodrigues escreve que novamente Nieuhof copiou partes da obra de Marcgrave, mas o acusa de “estropiar” o texto – segundo suas palavras. Ou seja, ao analisarmos as sentenças que o autor se referem à fauna e à flora, acreditamos que não tivesse a intenção de ser tão minucioso nas questões científicas, mas somente incutir no leito uma imagem aproximada do Brasil. Observamos que a quantidade de espécies da fauna e flora mostrada por Nieuhof é mínima, se compararmos, por exemplo, com as estudadas por Marcgrave. Para que possamos perceber as diferenças do discurso vamos reproduzir o mesmo trecho, mas agora retirado do livro de Marcgrave:

***Jubiru Guacu** (na linguagem dos Potiguaras). **Nhandu opoa** (na língua dos tupinambás). “Scurvogel” (em flamengo). Esta ave tem o bico grande, do comprimento de sete dedos e meio, cilíndrico na extremidade e curvo na parte inferior, não tem língua e a parte inferior do bico é branca. No alto da cabeça, acha-se um capacete ósseo de côr branca com mescla de cinzento. Os olhos são pretos, e perto deles, se encontram os amplos orifícios das orelhas; o pescoço de dez dedos de comprimento tem sua metade bem como a cabeça, coberta de penas, sôbre uma pele escamosa, côr de cinza, onde alvejam as escamas. No tamanho do corpo iguala a cegonha; a cauda, porém, é curta e preta e nela terminam as asas. A parte superior das pernas é coberta parcialmente de penas brancas; o resto das penas é de côr cinzenta; esta parte superior mede oito dedos de comprimento; a inferior seis ou mais; os dedos dos pés são em número de quatro, como na antecedente. O tronco e o pescoço são cobertos de penas brancas e do pescoço pendem umas penas um pouco mais longas. As asas são brancas; as rêmiges são constituídas por penas pretas, transparecendo no preto uma côr de rubim. Tira-se a pele desta ave e se come sua carne cozida; é pingue e sêca, de bom sabor principalmente se depois de cozida é frita na manteiga; eu a comí muitas vezes. (MARCGRAVE, 1942, p. 200-201)*

De qualquer modo, o mais interessante sobre a estrutura dessa obra é que o autor praticamente rompe com o tema e segue em frente. Dessa forma, na

página 75 abandona as descrições específicas da fauna e flora do Brasil para tratar novamente das Capitânicas. Como se vê não tinha um enfoque definido: descreveu algumas conquistas, a situação financeira das cidades, dos seus governantes, os conflitos, entre outros assuntos.

Registra, o autor, a importância da Ilha de Itamaracá, na Capitania de Pernambuco, sendo um ponto estratégico de defesa. Os holandeses até cogitaram *a transferência para lá, da sede do Brasil holandês*. Contudo, foi descartada essa idéia, devido a ser uma ilha deserta, e a Recife já contar com prédios e comércio constituído (NIEUHOF, 1981, p. 75-76).

Depois passa para a cidade de Goiana, próxima à Capitania da Paraíba, salientando mais uma vez a questão econômica: *Nas proximidades de Goiana há cinco ou seis engenhos de açúcar, situados todos nas margens do rio para maior facilidade de transporte da produção, até Pernambuco* (Ibid., p.79).

Continua escrevendo sobre as cidades das Capitânicas. Cita Filipéia, que teve seu nome mudado para Frederico, na conquista da Capitania da Paraíba, em novembro de 1634. Descrevendo os fortes lá construídos, expõe dados direcionados para ajudar na manutenção da vida dessas localidades:

*Na parte interna da desembocadura da Paraíba havia três fortes de grande importância. Um deles, situado na Ponta Sul, era pelos portugueses chamado de Catarina, mas foi posteriormente denominado Margarida pelo Conde Maurício, em Homenagem à sua irmã. Era defendido por cinco bastiões e uma corna externa.* (Ibid., p.81)

Nessa passagem, em que enaltece as vantagens e costumes de algumas cidades, menciona pela primeira vez os indígenas. Novamente falta regularidade

na exposição das informações. Quando trata do índio na Capitania, da Paraíba o teor do discurso é completamente diferente do documentado para mostrar os indígenas na Capitania do Ceará.

Os índios da Capitania da Paraíba:

*Os índios da Paraíba habitam cerca de sete aldeamentos, o maior dos quais se chama Pindaúna, que, em 1634, contava perto de 1.500 habitantes. Os outros poderiam ter, quando muito, 300 almas. Nenhum desses aldeamentos contava mais que cinco ou seis construções muito compridas, com uma infinidade de portas, de tamanho diminuto. (Ibid., p.82)*

Os índios da Capitania de Rio Grande ou Ceará:

*[...] Mantinha-se, assim, viva a animosidade entre portugueses e nativos. Informados os Tapuias de que os portugueses pretendiam se revoltar contra os holandeses, já tendo mesmo iniciado a insurreição em Pernambuco, invadiram Canhaú sob a direção de um de seus chefes, Jacob Rabbi, lá trucidando 36 pessoas num engenho de açúcar pertencente a Gonsalvo d'Oliveira. [...] Disseram-nos os brasileiros que haviam assim procedido em represália ao que lhes fizera André Vidal em Serinhaém, depois de já terem sido indultados. (Ibid., p.89)*

Desejamos confirmar, com essas citações, a ausência de linearidade no discurso e na cronologia. Os fatos que Nieuwhof apresenta são descritos ora para esclarecer sobre os costumes, localização, rios, ora para contar uma história de atrocidades ou um fato curioso que nem mesmo presenciou.

O autor pela primeira vez anuncia a mudança de assunto. Esse seria um perfeito início de um capítulo, todavia não o faz. Somente informa que, depois de escrever sobre as “Capitanias do Brasil Holandês”, irá relatar [...] *os memoráveis*

*acontecimentos que se desenrolaram entre portugueses e holandeses, durante nossa estada naquele país (Ibid., p.94).*

Porém, antes de narrar a relação dos luso-brasileiros com os holandeses, como anunciou, resolveu tratar sobre a condição das igrejas protestantes no Brasil. Próximo ao Recife, havia cinco igrejas protestantes e ministros que residiam nos fortes. Nieuhof localiza cada Igreja, quem eram os ministros, seu tempo de permanência e funções. Outra especificidade descrita seria o objetivo do serviço religioso na colônia batava:

*O nosso culto religioso, tanto no que respeita à doutrina como à prática, era estritamente regulado pelas prescrições do Sínodo Nacional de Dordrecht, dispensando-se especial atenção à instrução das crianças, às quais todos os domingos à tarde se explicava o catecismo tanto no Recife como na Cidade Maurícia. [...] A disciplina da Igreja era escrupulosamente observada em todos os seus pormenores. O Conselho Eclesiástico compunha-se de seis zeladores, além do ministro. Reunia-se regularmente uma vez por semana, e, se tivesse que tomar alguma decisão importante, como por exemplo, escolher um novo ministro, convocava os diáconos, também em número de seis. (Ibid., p.99-100)*

Portanto, nas primeiras 100 páginas ele narrou sua vinda da Holanda e abordou vários temas, como a localização geográfica das Capitânicas, a fauna e a flora (aliás, com o rigor de um botânico), a religião protestante, além dos mais variados assuntos referentes às cidades das Capitânicas. Até este ponto não seguiu uma ordem cronológica, ou discutiu a conduta de alguma personalidade; pelo contrário, mostrou-se impessoal. Como Já mencionamos, essas páginas possuem o objetivo de esclarecer leitores mais específicos. Acreditamos que seriam investidores que necessitavam de informações mais precisas para aplicarem seu dinheiro nos engenhos do Brasil.

### **III.2. A Narrativa de Joan Nieuhof Sobre a Guerra Luso-Holandesa**

Atingimos agora um ponto do livro de suma importância. Da página 103 em diante, o autor assume postura inovadora para apresentar os dados que acumulou na sua permanência na Colônia, e escreve uma frase marco: *Isso no que respeita apenas o Brasil holandês. Prosseguiremos, agora, a relatar quanto se passou durante a nossa permanência no país* (Ibid., p.103).

Assim, Nieuhof passou a trabalhar como um correspondente de guerra. São anotações da movimentação do conflito entre portugueses e holandeses; alguns fatos foram documentados dia após dia. Também mudaremos a maneira de analisar a estrutura do livro, procurando descrever os acontecimentos relatados para compreendermos a história do Brasil Holandês.

O autor, inicia situando o leitor sobre a situação política da colônia batava em 1640, data de sua chegada ao Brasil. A direção suprema do Brasil Holandês estava nas mãos de João Maurício, Conde de Nassau. Os diretores do conselho, Hendrik Hamel (um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais) e Dirk Kodde, foram aprovados por Nieuhof, como sugerem suas palavras: [...] *ambos dotados de excelentes qualidades para dirigir a colônia e senhores de notável experiência comercial* [...] (Ibid., p.103).

Em seguida, ratifica as possessões da Holanda no território brasileiro naquela data após perdas para os portugueses e abandonos de regiões inóspitas para o desenvolvimento de vilas. Seriam as Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá (na Goiana), Paraíba, Ceará ou Rio Grande. O Maranhão foi anexado em 1641.

Contudo, foi devolvido após o acordo de paz assinado entre portugueses e holandeses, em 1644.

Os holandeses temiam ataques dos portugueses aos engenhos e possíveis tentativas de retomar as Capitânicas conquistadas. E estavam travando lutas constantes no Oriente, na disputa de novos mercados. Com os constantes saques aos engenhos holandeses, a Companhia amargava, no final de 1640, grandes prejuízos.

A situação insustentável levou o Conde de Nassau a escrever uma carta oficial ao Vice-Rei (português), para relatar as atrocidades dos seus súditos e pressionar o avanço de um acordo selando a paz. Portanto, na página 107 aparece a primeira carta reproduzida por Nieuhof. Vejamos um breve trecho:

#### *CARTA DE CONDE MAURÍCIO AO VICE-REI*

*As atrocidades ultimamente cometidas por Paulo da Cunha, assassinando, pilhando e incendiando, em campo aberto, fazem-me, com razão, imaginar que sua última e atenciosa carta me tivesse sido dirigida por mera cortesia, sem corresponder à realidade dos fatos. A confiança que depusitei na sinceridade de V. Excia., levou-me a ordenar o regresso de nossos navios e de nossas forças, de seus territórios, a-fim-de se eliminarem todo os motivos de ressentimento. (Ibid., p.107)*

Continuamente, o autor acrescenta cartas para autoridades, anônimas ou não, além de confissões e acordos.

Após a assinatura de um acordo de paz, em junho de 1641, a Companhia das Índias Ocidentais passou por um curto período de grande enriquecimento. Entretanto, já no final de 1642, sofreu uma vertiginosa perda de numerário, devido a uma soma de fatores que são escritos linear e cronologicamente. Não

seria mais um amontoado de informações. Ou seja, o autor vai além da descrição efetiva, passa a analisar a situação, mostra as opiniões da época e fornece suas próprias conclusões.

Voltando à posição desconfortável da Companhia: desesperada por dinheiro, esta passa a cobrar as dívidas dos senhores de engenhos – feitas para investimento na lavoura açucareira. Os maiores endividados eram os portugueses, que não acreditavam que o tratado de paz fosse legitimado e aguardavam a retomada do território pelos portugueses. A Companhia recorre à Justiça, e isso ocasionou diversas falências de donos de engenho, o que instigou novas revoltas por parte dos portugueses, forçando os holandeses à renegociação das dívidas para evitar um mal maior:

#### *CÓPIA DE UM ACORDO*

*Perante nós compareceram, de um lado, os srs. Pieter Janz Bas e Joan Van Ratsvelt, Conselheiros de Justiça do Brasil, por especial designação da Companhia das Índias Ocidentais [...]*

*I – Que o débito total deverá ser liquidado dentro dos três próximos anos, o primeiro pagamento devendo ser efetuado em janeiro de 1645. Se acontecer que a quota paga em um ano seja menor que a de outro, todo o saldo deverá ser liquidado no último ano. [...]*

*III – [...] Os credores que tiverem débitos nos livros da Companhia terão liberdade de transferir outros débitos ou de receber sua quota dentro do prazo de dois anos, seja por meio de verbas ou em escravos, mas nunca em mercadorias importadas ou em açúcar exportável [...]*

*IV – Os que aderiram às cláusulas deste acordo, serão obrigados a empenhar sua pessoa e seus bens pela fiel execução do mesmo, e, principalmente, a fornecer um inventário de seus haveres pessoais, confirmando sob juramento, apresentando, ademais, fiadores aceitos pela Companhia [...]*

*Passado no Recife, aos 23 de Setembro de 1644.*

*(Ibid., p.114-115)*

Esse acordo evitaria os levantes, dada a situação desesperadora dos engenhos falidos sem produção. Se ainda houvesse conflitos, a Companhia no Brasil acabaria aniquilada. Temos que reconhecer que os portugueses não estavam habituados à mentalidade holandesa de objetivar os lucros e, o principal, cumprir os acordos imposto por uma Companhia em vez de um rei.

*Obviamente, não havia coroações na República holandesa, nem complicadas audiências formais. A versão holandesa da parada real, a joyeuse entrée, remontava à Borgonha de fins da Idade Média e era revivida periodicamente para recepcionar realezas visitantes e, às vezes, para aclamar o séqüito de um stadhouder triunfante. Contudo, não havia prostração servil ante um conquistador criptomonarquista. (SCHAMA, 1992, p.75)*

O interessante desse relato sobre os possíveis conflitos e dificuldades da Companhia foi a opinião de Nieuhof sobre os acontecimentos. Anteriormente, não localizamos na obra suas tendências ou um julgamento declarado abertamente sobre se os fatos ocorridos no Brasil foram corretos ou não. Porém, do relato do conflito em diante, seus sentimentos serão registrados em palavras. Por certo, desde o início determinados episódios foram trazidos da obscuridade, revelando seu espírito e intenções. Mas o “eu acho que”, propriamente dito, somente é registrado nas páginas subseqüentes, como esta:

*De tudo quanto acima ficou dito, ressalta claramente quão infundadas foram as insinuações dos que julgaram tais acordos prejudiciais à Companhia e os consideraram a causa principal da revolta que a seguir se verificou entre os portugueses. Ao contrário, é fora de dúvida que tais contratos representavam a única solução para um estado de coisas que se apresentava calamitoso e no qual estavam igualmente envolvidos os senhores de engenho, os lavradores e os sitiantes, acarretando a paralisação dos engenhos e o abandono dos campos. Ademais, se tal situação se prolongasse, causaria a ruína completa da indústria açucareira, pois a Companhia já vinha*

*sofrendo prejuízos enormes que orçavam por 38% anualmente, no Brasil, mais 37% na matriz, ou seja uma perda total de 75% por ano, somente nos engenhos. (NIEUHOF, 1981 p.119 -120)*

Poucas páginas adiante, o autor retoma sua inclinação de romper a seqüência dos fatos e relatou a cerimônia de despedida do Conde Maurício de Nassau. Após 8 anos como governador do Brasil Holandês, no dia 11 de maio de 1644, o Conde deixa a cidade de Recife para retornar à Holanda. Nieuhof não direcionou muita atenção ao cerimonial festivo, e sim para o aspecto político que implicava esse retorno. Desse modo, descreveu com maior parcimônia a última convocação do Conselho pelo Conde de Nassau. Seu intuito nessa reunião foi fazer um discurso de despedida e discutir a situação dos postos de comando, que deveriam se manter inalterados no momento, aguardando ordens posteriores do Príncipe de Orange e da Companhia. Nieuhof coloca como se desenrolou a reunião e o discurso de Nassau, porém não o reproduz na íntegra:

*Passando para a sala do Conselho, aí [Maurício de Nassau] se despediu dos conselheiros e apresentou-lhes os mais calorosos agradecimentos pela cooperação e assistência que sempre lhe proporcionaram, bem como pelo respeito e deferência com que souberam cercar sua pessoa. Disse-lhes mais que, sendo essa a última vez que comparecia perante essa Assembléia, havia elaborado um memorial, que então lhes entregava, destinado a orientá-los na direção dos negócios públicos. Punha-se ainda à disposição do Conselho para quaisquer esclarecimentos que julgassem necessários. (Ibid., p.127)*

Após apresentar o regresso de Nassau à Holanda, Nieuhof descreveu uma série de dados contínuos que viriam a desencadear o conflito declarado entre holandeses e portugueses, culminando com o fim da colônia batava no Brasil.

No início do ano de 1645, as expectativas de uma excelente safra açucareira, conta o autor, descartariam como motivo da revolta: o desespero por uma iminente falência dos engenhos portugueses. Argumenta que o único motivo para tal seria [...] *que os portugueses, movidos por um ódio inato do povo que os havia dominado, estavam decididos a não poupar esforços para minar o governo batavo [...]* (Ibid., p.121).

Iniciam-se os boatos referentes a uma organização rebelde de portugueses liderados por senhores de engenhos que pretendiam atacar os engenhos holandeses. As autoridades ficaram em alerta. Contudo, a maior preocupação dos governantes batavos era a informação de que a Bahia, governada por Antônio Teles da Silva, apoiava os revoltosos e que seriam enviados navios, provisões e soldados treinados. Com a intenção de verificar a veracidade desses boatos e investigar sua capacidade de ataque, o Conselho holandês mandou emissários para Salvador, em 8 de fevereiro de 1645.

Nieuhof colocou em seu texto os passos dos emissários tão detalhadamente que parecia estar presente:

*Tão logo desembarcaram eles, encontraram animais de montaria à sua disposição, e, cavalgando-os, foram conduzidos até o palácio do Governador, por uma colina repleta de curiosos. Forte guarda estava postada no vestibulo. Na sala seguinte, encontravam-se vários alferes e outros oficiais inferiores. No terceiro compartimento achavam-se capitães e tenentes, e, finalmente no último, coronéis, generais, alguns eclesiásticos e o próprio Governador que, tendo ido até a porta para receber os hóspedes, os convidou para se sentarem a seu lado, em poltronas adrede preparadas.*

*[...] Por volta das 11 horas da manhã seguinte, dirigiram-se os delegados novamente ao Palácio [...].* (Ibid., p.130)

Essa maneira de colocar os acontecimentos persiste até a página 139. O autor reproduziu o relatório oficial entregue ao Grande Conselho do Governo do Brasil Holandês. Nele constava a visita dos representantes holandeses e os detalhes sobre as guarnições portuguesas que se encontravam na Bahia naquele momento. Citaremos um pequeno trecho:

*I – Que as forças portuguesas daquelas regiões eram geralmente avaliadas por uns em 3.000 e 3.400 ou 3.500 por outros, sem incluir os brasileiros nem os negros. [...]*

*II – Quanto à força naval dos portugueses, as observações procedidas revelavam insignificância, pois eram elas mais consideráveis em número que poder ofensivo. Consistiam em apenas 50 unidades, a saber: 40 caravelas, 2 navios de pequeno porte e iates, inteiramente desaparelhados para a guerra, [...]. (Ibid., p.132-133)*

As informações subseqüentes à primeira visita dos emissários holandeses a Salvador, apareceram com uma continuidade cronológicas pela primeira vez nessa obra. Iniciam-se em fevereiro de 1645 e seguem até meados de setembro. Nieuhof descreve os fatos de forma seqüencial e parece estar presente a cada momento, como um correspondente de um jornal na iminência de um conflito armado. Reporta cada avanço nas negociações que podem levar à guerra ou à paz.

Esse arcabouço persiste das páginas 137 a 230, falando sobre os revoltosos portugueses, da possível traição do governador Teles da Silva e da resposta holandesa aos ataques portugueses. Observem-se as datas:

*A 31 de maio o Vice-Almirante Lichthart e o Tenente Hendrik Haus propuseram-se entregar João Fernando Vieira [líder dos revoltosos] ao Conselho. [...]*

*A 9 de Junho o Grande Conselho recebeu aviso, por carta que lhe endereçou o Sr. Koin [...]*

*Ainda a 12 de junho o Diretor Moucheron mandou novas informações dizendo ter sido seguramente informado [...]*

*A 13 do mesmo mês Sebastião Carvalho e Antônio de Bulhões foram feitos prisioneiros e levados para Recife. (Ibid., p.143-144-146)*

Em 30 de maio de 1645, o Conselho Holandês recebeu uma carta anônima denunciando um ataque português e seus possíveis líderes – estava na lista o principal líder dos revoltosos, João Fernandes Vieira. Medidas preventivas foram tomadas pelos holandeses, que providenciaram o abastecimento dos fortes, despacharam mensagens a todos os comandantes para se manterem alertas, enviaram espiões pelas regiões para obterem maiores dados, além de outras ordens defensivas.

O autor salientou que chegavam a todo momento informações truncadas do ataque dos revoltosos e de qual região seria invadida primeiro; o conselho se mantinha em alerta. Pessoas foram presas por suspeita de traição, e Nieuhof escreve com naturalidade que torturas eram empregadas para se obterem confissões “sinceras”.

*Em vista de ter a confissão de Sebastião Carvalho concordado em todos os seus pormenores com o depoimento anteriormente feito por Fernando Vale, e, tendo sido ele torturado o tempo todo, foi o mesmo dispensado de qualquer outro inquérito. (Ibid., p.147)*

Em 14 de junho, a população do Recife recebeu ordens de organizar a resistência, sob multa de 200 florins para aqueles que a ignorassem. Os acessos que abasteciam o Recife também tiveram cuidados especiais. Na cidade de Maurícia, os portugueses leais foram convocados para a defesa. Um detalhe

interessante mostrado por Nieuhof foi que o Conselho pediu ao comandante que persuadisse as famílias portuguesas a se esconderem na Ilha de Itamaracá. No entanto, essa atitude não revelava preocupação com o bem dessas famílias, e sim uma precaução contra possíveis traições dos portugueses aliados.

Apesar das diversas notícias desencontradas, nenhum ataque português realmente aconteceu. Dessa forma, o Grande Conselho optou por uma atitude preventiva: em 17 de junho, resolveu publicar uma declaração de anistia a todos os portugueses que quisessem retornar aos seus engenhos, na condição de entregarem os líderes revoltosos:

#### *DECLARAÇÃO DE ANISTIA GERAL*

*[...] Outrossim promete indultar a todos aqueles que cinco dias depois de terem conhecimento desta proclamação compareçam ao Recife, mesmo sem excetuar os que se alistaram entre os rebeldes (a menos que se trate de um dos cabeças), contanto que abandonem os revoltosos e retornem à antiga obediência, pois que assim poderão desfrutar pacificamente a posse de seus engenhos e campos, sob sua proteção, e mediante a condição de prestarem novo juramento de fidelidade ao estado. Os que, ao contrário, persistirem em sua rebeldia ou auxiliarem os revoltosos sob qualquer que seja o pretexto, são desde já declarados inimigos do estado, sem direito à vida, nem às propriedades, perseguindo-os o Governo, a ferro e fogo, etc... (Ibid., p.153)*

Contrariando essa declaração, os portugueses iniciaram a rebelião, e o Conselho foi avisado em 21 de junho de 1645. Com 5 mil homens, os rebeldes cruzaram o rio São Francisco e atacaram o distrito de Ipojuca. A resistência holandesa se organizou em Santo Antônio. O grande receio dos dirigentes batavos eram os longos cercos, já que o abastecimento das cidades seria difícil, devido ao posicionamento dos revoltosos que se alojavam nas matas, impedindo

o acesso as mesmas. Outro problema crucial era a falta de força militar, pois a grande maioria dos navios e homens retornaram para a Holanda com o Conde de Nassau, e os reforços não foram enviados.

Apesar de todas as dificuldades, houve uma ofensiva dos holandeses que, sob o comando do Tenente-Coronel Haus, conseguiu deter o avanço dos portugueses.

O Grande Conselho, ao receber a informação do fracasso das intenções dos rebeldes, declaram um dia de jejum em agradecimento a Deus por propiciar a descoberta dos terríveis planos dos “traíçoeiros inimigos”.

Nosso autor, ao se aprofundar nos primeiros relatos dos ataques portugueses à colônia batava, pende em uma balança entre a narrativa introspectiva (de cunho jornalístico) e claras demonstrações de emoção (vistas quase sempre em crônicas). Ao observar-se o trecho a baixo, em que Nieuhof expõe dados práticos e importantes sobre os planos portugueses, mas envolvidos mais uma vez em emoção:

*A rebelião tinha sido planejada pelos portugueses da seguinte forma: tencionavam eles, durante os feriados de Pentecostes, celebrar com ruidosos festejos e cavalhadas e realizar diversos casamentos marcados para essa ocasião, para os quais pretendiam convidar as figuras de maior destaque do Brasil holandês, entre civis e militares, as quais, depois de toçadas pelo vinho, seriam assassinadas como nas Noites Sicilianas ou no famoso Casamento Parisiense. Decapitados os chefes do Brasil holandês, os demais constituiriam prêsas fáceis, quando atacados em diversos pontos simultaneamente. Não tendo, porém, conseguido realizar seu plano sanguinário naquele dia, transferiram-no para o de São João Batista como sendo o mais propício, pois, nessa ocasião, os navios deviam estar fora do porto do Recife. Os portugueses sabiam que, não tendo recebido novos fornecimentos da Holanda, desde há muito tempo, principalmente de pólvora, eram escassas as novas reservas. Portanto, se se apossassem dos campos circunvizinhos, logo estaríamos reduzidos à penúria. Sabiam também que todos os nossos navios, à exceção de dois,*

*estavam prontos para zarpar, ao primeiro vento favorável. Assim, conhecedores de nossa fraqueza, os portugueses se propunham à conquista de todo o Brasil holandês de um só golpe. Todavia, uma vez descoberta a conspiração antes do dia de São João, todos os castelos dos revoltosos desfizeram-se em fumo e ambos os lados se viram na contingência de recorrer às armas. (Ibid., p.157-158, grifo nosso)*

As palavras do autor demonstraram a desconfiança dos holandeses de que o ataque tivesse anuência não só do governador da Bahia como do próprio rei de Portugal:

*[...] A pesar de tudo, porém, temos razões de sobra para supor que a insurreição foi organizada com conhecimento e sob o patrocínio da corte portuguesa e do governo da Bahia, pois não era provável que Camarão, Henrique Dias e os demais cabeças tentassem nos atacar à força, sem aprovação do Rei de Portugal. Além disso, Moucheron declara haver lido a seguinte passagem em um documento português: “Esta revolta e guerra empreendida para a Glória de Deus, propagação da fé católica, apostólica romana, para o serviço do rei e em prol da liberdade de todos ...”. (Ibid., p.158)*

Mas havia aqueles que não acreditavam que o Rei português estivesse por trás da revolta e acusavam João Fernandes Vieira. O maior líder rebelde estaria fazendo propaganda por meio de panfletos, incentivando os portugueses das cidades de Maurícia e Iguarassu a se revoltarem, garantindo que a Bahia os apoiariam e enviariam reforços. A dúvida permanecia, as informações eram contraditória. Veja-os a declaração de um prisioneiro relatada pelo autor:

*A 30 de Junho um tal Diogo Lopes Leite, recentemente capturado pelos brasileiros, foi interrogado pelo sr. Bullestrate, Dortmund e alguns outros militares. Declarou o prisioneiro, em sua confissão, que logo de início os portugueses escreveram a Antônio Teles da Silva, governador da Bahia, pedindo auxílio e dizendo que, se o recusasse, apelariam para a Espanha e que se também lá não o conseguissem preferiam entregar-se aos turcos que suportar por mais tempo os maus tratos dos holandeses. Que, não obstante, tinha ouvido terríveis imprecações contra João Fernandes Vieira. Que o menos*

*que este merecia era ser condenado às galés, pois provocara esta rebelião apenas com o fim de livrar-se de suas enormes dívidas para com a Companhia. (Ibid., p.160)*

A busca por Vieira se intensificou, assim como ações preventivas a futuros ataques, por todas as Capitânicas de domínio holandês. Os líderes do Grande Conselho optaram por não convocar os civis à luta ou mesmo molestá-los: *Johan Blaer [capitão] recebeu ordens terminantes de não incomodar os civis desarmados, mas, ao contrário, protegê-los bem como às suas propriedades. (Ibid., p.163)*

Cada pormenor da atitude dos holandeses para prevenir novos levantes era uma preocupação constante do autor. Em 3 de julho, o Grande Conselho recebeu sugestões dos portugueses aliados para expulsar as famílias dos rebeldes de suas casas e engenhos. Os motivos para o despejo das famílias foram enumerados pelo autor, aparentemente para justificar a proclamação na mesma página. Ao mesmo tempo já comunicou que a sugestão para esse ato foi dos próprios compatriotas. Veja-se de forma resumida como ficou a disposição da página 165:

[JUSTIFICATIVA]

*I – Porque, com suas famílias, os rebeldes tinham de consumir maior quantidade de farinha e outras provisões, o que certamente os levaria a logo alterar as rações e mudar de posição.*

*II – Que assim teriam receio de um ataque vigoroso. [...]*

**PROCLAMAÇÃO PARA REMOÇÃO DAS MULHERES E CRIANÇAS DOS REBELDES**

*O Grande Conselho do Brasil, com autorização dos Estados Gerais das Províncias Unidas, de Sua Alteza o Príncipe de Orange e da Companhia das Índias Ocidentais, [...] por esta proclamação ordena expressamente que todas as mulheres e crianças, de ambos os sexos, cujos maridos e pais tiverem engajado nas fileiras rebeldes, deixem suas respectivas residências dentro de seis dias depois da publicação da presente [...]. (Ibid., p.165)*

Outra proclamação foi mostrada na página seguinte, essa com o objetivo de prender os maiores chefes rebeldes, declarando-os traidores, apreendendo todos os seus bens e condenando-os à pena de morte.

Nieuhof colocou uma seqüência de “proclamas”. Porém, nunca se referiu a suas execuções efetivas, ou mesmo a como a população reagiu – tanto a holandesa como a portuguesa. A impressão que Nieuhof passa é a de que possuía livre acesso às correspondências oficiais e às informações não oficiais que chegavam ao Grande Conselho. Contudo, não observava a prática dos eventos que afetaram a população do Brasil Holandês.

Seguindo seu contexto, o autor descreve outra viagem de representantes holandeses a Salvador. Desta vez, para esclarecer as declarações dos revoltosos sobre o suposto apoio do Governador Antônio Teles da Silva, que estaria enviando tropas, navios e armas.

Os deputados – como são chamados no livro – saíram de Recife em 9 de julho de 1645, chegando ao destino no dia 18. Já na presença do governador, não perdem tempo com delicadezas e apresentam uma carta do Grande Conselho, questionando a movimentação de tropas nas fronteiras das Capitânicas portuguesas.

#### *CARTA DO GRANDE CONSELHO AO GOVERNADOR DA BAHIA*

*[...] Entretanto, alguns de nossos súditos portugueses, pondo de parte sua lealdade para com este Estado, tomaram armas e voltaram-se contra o poder constituído, logo que Camarão e Henrique Dias, à frente de alguns brasileiros, negros e uns tantos portugueses, entraram em nosso território, em flagrante desrespeito às leis internacionais, sem permissão e nem sequer o mais leve estímulo de*

*nossa parte, e, reunindo-se aos rebeldes, abriram hostilidades contra os nossos súditos, não como soldados, mas como ladrões e assaltantes. Não podemos, porém, nos persuadir de que tais forças tivessem assim agido por ordem ou por consentimento de Sua Majestade, o Rei de Portugal, nem de Vossa Excelência, contra os seus confederados. (Ibid., p.169-170)*

O Governador se defendeu prontamente, alegando que desconhecia desses fatos e que a tropa em questão era de vagabundos e fugitivos, que também cometiam crimes em seu território. Aproveitou a ocasião para dizer que eram os portugueses que deviam tirar satisfação dos ataques traiçoeiros realizados pelos holandeses nas outras colônias, como Angola. Os representantes holandeses apresentaram desculpas ao governador por não terem autorização de discutir outros pontos que não o ataque às Capitânicas do Brasil Holandês. Após negativas efusivas, o Governador encerrou a discussão e informou que enviaria uma carta ao navio para ser entregue ao Conselho. Essa é uma das maiores cartas reproduzidas por Nieuwhof – da página 174 a 178. Colocaremos alguns fragmentos:

#### CARTA DO GOVERNADOR AO CONSELHO:

*[...] a enumerar pormenorizadamente vários atos de meu Governo, com a idéia de provar aos olhos do mundo e dos mais poderosos reis e príncipes da Cristandade, que a referida boa harmonia foi de nossa parte rigorosamente mantida, como o prometem Vs. Excias., em carta, ao invés de dar a menor ocasião de aborrecimento ou dissensão alongando-me sobre os pontos em que os súditos de Vs. Excias. violaram abertamente a trégua concluída e ratificada pelo Rei, meu Senhor, e os Estados Gerais das Províncias Unidas, prefiro não o fazer a ter que tratar das lamentáveis ocorrências verificadas durante a expedição de Angola. [...] Tudo isso excede em muito a tudo quanto possa resultar da reunião de alguns portugueses desarmados, um negro descontente e alguns rebeldes cuja proteção não pode, como disse anteriormente, ser posta em paralelo com as diversas provocações a nós feitas, e, portanto, o nosso governo não pode ser acoimado de constituir a causa oculta dessa rebelião, como, aliás, Vs. Excias. mesmos houveram por bem confessar. [...]*

*Os portugueses sob seu governo comunicaram-me as razões que os impeliram a esta rebelião, solicitando o meu auxílio na qualidade de súditos do Rei meu Senhor. Disseram-me que receavam ser sacrificados à fúria de 4.000 Tapuias especialmente enviados do Rio Grande para esse fim. Para evitar essa calamidade e temendo a ira de Vs. Excias., provocada pelas falsas acusações dos judeus (os mais pérfidos e irredutíveis inimigos da Cristandade), preferiram antes os riscos de uma penosa fuga, abandonando suas esposas e filhos, a ter de enfrentar as agruras de uma dura prisão. Dificilmente teria imaginado que Vs Excias. se deixariam ludibriar pelas invencionices de uma raça tão desprezada por todos os povos, a ponto de acreditarem que para aí haviam seguido pessoas que foram aqui vistas pelos seus próprios deputados. [...] prontifico-me aceitar o papel de mediador a fim de tentar apaziguar os ânimos com a minha autoridade. Para esse fim pretendo enviar-lhes o mais breve possível, pessoas de reconhecida capacidade, com instruções e poderes suficientes para compelir os revoltosos a retornar aos seus afazeres. [...]*

*Bahia, 19 de julho de 1645,*

*(assinado) Antônio Teles da Silva.  
(Ibid., p.174 a 178)*

A carta acima muito nos revela das dificuldades de entendimento entre os portugueses e os holandeses. Ambos se acusavam mutuamente e utilizavam-se de subterfúgios para não entrarem em luta declarada. O Governador sempre negava a participação na iniciativa dos rebeldes, o que não estava bem esclarecido. Além disso, discordavam em relação aos Judeus, que eram considerados aliados pelos holandeses e que para os portugueses não passavam de uma raça “infame e desprezível”.

Da página 178 até à 182, o autor relatou uma declaração verbal que foi realizada diante do Conselho do deputado Hoogstraeten, um dos enviados à Bahia. Ao retornar, revelou que foi assediado pelo capitão João de Souza com uma oferta de suborno. Nieuhof reproduziu cada diálogo e declaração desse episódio. Segundo José Honório Rodrigues, em uma nota explicativa, esse relatório foi publicado em outra fonte, no folheto Extract ende Copey. Isso

confirma a existência do documento que descreve essa declaração, mesmo que a veracidade de suas palavras não possa ser atestada.

O depoimento apresenta diálogos de Hoogstraeten e João de Souza.

Observemos a nova mudança de estrutura no texto:

*Um tanto embaraçado com essa conversa Hoogstraeten disse-lhe que estava disposto a prestar qualquer serviço ao seu alcance, tanto ao Rei como ao Governador. Entretanto, não podia imaginar que espécie de incumbência lhe seria dada. Ao que Souza respondeu: **Estou certo de que o sr. poderá prestar muitos bons serviços ao Rei. Então, retrucou Hoogstraeten, diga-me de que maneira.** – Pois não, respondeu Souza, **o sr. é o governador do Cabo Santo Agostinho, pois não? Sim,** confirmou Hoogstraeten. **Então,** continuou Souza, **o que se quer do sr. é que nos entregue o dito forte com todas as suas obras, a fim de que possamos desembarcar nossos homens pelas vizinhanças. Se o sr. prometer fazê-lo, terá larga recompensa e será feito Comandante de nossas tropas da milícia.** A isso respondeu o Sr. Hoogstraeten: **transações dessa natureza são incompatíveis com o meu juramento e a minha dignidade.** (Ibid., p.179, grifo do autor)*

O interessante desse momento é o destaque que Nieuhof dá aos diálogos, mais uma vez mudando o tom da narrativa, levando sempre o leitor a caminhos diferenciados da forma estrutural e trazendo fatos intrínsecos dessa batalha diplomática.

O depoimento de Hoogstraeten continua e revela que o próprio governador o procurou para firmar o acordo de traição. Antônio Teles argumenta: *não ser intenção de qualquer um dos dois [governador e rei de Portugal] entrar em guerra com os holandeses, mas tão somente reivindicar aquilo que de direito pertencia ao Rei de Portugal, D. João IV [...]* (Ibid., p.181).

Abruptamente, Nieuhof encerra o relatório de Hoogstraeten e mostrou o que se passou com o Grande Conselho do Brasil quando os deputados foram

enviados para a Bahia, e, retrocedendo no tempo, detalhou os dias de 5 a 10 de julho, no Brasil Holandês. Nesse período, o Conselho mobilizou tropas para as defesas dos territórios contra os rebeldes.

Nieuhof escreveu novamente sobre os indígenas nesses dias tão conturbados e o papel que desempenharam na revolta. Pensamos talvez que tenha retomado esse assunto para rebater a carta do Governador que atribuiu a revolta dos portugueses ao medo de ataques dos índios sob orientação dos holandeses. O autor afirmou que o Conselho do Brasil não precisava recorrer aos Tapuias para a defesa do Rio Grande. Isso ocorreu principalmente após saberem das “barbaridades” ditas pelos portugueses. Optaram então por descartar essa possibilidade, apesar da amizade firmada com esse “povo bárbaro” (Ibid., p.183).

Em 12 e 13 de julho o Conselho recebeu relatórios com informações de possíveis ataques a regiões que estavam na mais perfeita paz. No entanto, uma nova preocupação exigia providências, devido à animosidade dos soldados holandeses e indígenas contra os portugueses. Era preciso evitar os saques aos engenhos que não aderiram à revolta, evitando mais perdas.

Nieuhof dá seqüência aos relatos diários, sempre revelando minúcias sobre os ataques, deslocamento de soldados e seus comandantes. Cartas trocadas entre os portugueses da Bahia e os rebeldes são interceptadas pelos holandeses.

Porém, a informação que irá repercutir com uma justificativa para um possível combate declarado por parte dos portugueses chegou ao conhecimento dos holandeses no dia 19 de julho de 1945. No último dia 16 do mesmo mês, 35 portugueses no engenho de Cunhaú foram massacrados por índios Tapuias do

Rio Grande. A indignação foi geral, além de que esses habitantes em especial tinham se desarmado, respondendo ao decreto para entregarem as armas aos dirigentes holandeses.

Esse ato dos “aliados” indígenas a revelia dos holandeses – segundo nosso autor –, não podia ter vindo em pior momento, devido à viagem dos emissários à Capitania da Bahia. Em resposta à desconfiança dos holandeses, o governador baiano resolve enviar uma armada para auxiliar na desmobilização dos rebeldes.

No dia 13 de agosto, apontou na costa de Recife uma armada composta de aproximadamente 30 navios. O pânico dominou os membros do Conselho. Os comandantes portugueses desembarcaram, trazendo várias cartas. Uma era do governador, revelando o intuito da armada, e outra era para o próprio líder rebelde, em que o autor emitiu a seguinte opinião:

*O que nos cumpre particularmente observar, com relação às cartas dirigidas a João Fernandes Vieira e aos demais rebeldes, é que o Governador a eles se dirigiu como a “súditos do Rei, aos quais enviava auxílio para sua defesa”, e, a pesar dessa restrição, para reduzi-los por todos os meios suasórios à antiga obediência ao Governo Holandês. [...] porém, [o Conselho] não ignorava as intenções do Governador ao enviar para o Recife sua esquadra, numa ocasião como essa, pois que não eram outras senão a de auxiliar os planos dos revoltosos e estimular os demais a tomarem armas contra o Governo holandês. (Ibid., p.200-201)*

Ansioso para se ver livre dessa ameaça em sua porta, o Grande Conselho pediu, por meio de uma carta, que a esquadra portuguesa se retirasse do porto de Recife o mais rápido possível. A tensão era palpável:

*Por tudo isso apresentamos-lhes os nossos sinceros agradecimentos. Entretanto, não podemos deixar de fazer ver a Vs.*

*Excias. que a vinda de tão considerável armada, no momento atual, constitue, para nós, causa de não pequena preocupação, não apenas porque não a solicitamos, como ainda porque, ao invés de recambiar Camarão e Henrique Dias com suas tropas, os dois Coronéis André Vidal e Martim Soares Moreno, sob o pretexto de subjugar os rebeldes, desembarcaram, sem o nosso conhecimento, seus homens e munições em ponto distante, e, portanto, em auxílio dos portugueses rebeldes, enquanto que, de acordo com a promessa que nos fez S. Excia. o Governador, a redução dos revoltosos seria feita por uma severa proclamação, obrigando-os a voltar para a Bahia. [...] Isso nos obriga a apresentar os nossos agradecimentos a Vs. Excias. pelos auxílios oferecidos, pedindo-lhes ao mesmo tempo que façam o favor de se retirar de nosso porto com sua esquadra, desenganando assim o povo da má interpretação dada às intenções de Vs. Excias.. [...] Recife, 13 de agosto de 1645. (Ibid., p.202)*

Na manhã do dia 14, a frota portuguesa deixou o porto. No entanto, não abandona as águas do território holandês, chegando mesmo a aportar e abastecer os navios. Tendo em vista essa afronta, o Conselho do Brasil Holandês declara que qualquer navio português em suas águas seria passível de ataque.

Nesta parte do livro percebemos que a guerra se torna mais declarada e os discursos são mais acalorados. Com a autorização do Conselho para atacar navios na costa holandesa, o Almirante Lichthart avista e persegue uma esquadra de 11 navios portugueses. A perícia do Almirante encurralou a esquadra inimiga na Baía de Tamandaré, e, diante da possibilidade de vitória, decidiu atacá-los o quanto antes. Vejamos o desfecho dessa batalha nas palavras do autor:

*A 8 de setembro Lichthart, desfraldando bandeira vermelha, ordenou a abordagem da nau capitânea portuguesa artilhada com 60 canhões e defendida por 300 homens. O Almirante português portou-se com bravura. Postando-se à porta de sua cabina, de espada em punho, abateu três ou quatro adversários, mas, finalmente, coberto de ferimentos, foi obrigado a render-se. Entretanto, os outros navios batavos, seguindo o exemplo do capitânea, haviam igualmente atacado os barcos portugueses, mas, percebendo a maruja inimiga que sua bandeira fora arriada do navio Almirante (sinal evidente do desastre) perdeu a esperança e atirou-se ao mar a fim de escapar à fúria do ferro e do fogo que sobre ela desabavam. Perseguidos pelos*

*holandeses, em seus barcos, muitos portugueses morreram antes de alcançar terra firme. Nessa refrega pereceram mais de 700 homens, além de grande número de prisioneiros entre os quais o próprio Almirante. [...] Depois dessa batalha voltei ao Recife para atender aos meus interesses [...]. (Ibid., 1981, p.206-207)*

Observamos também que Nieuhof reportou ter estado no local da batalha e depois voltado para Recife, momento raro em que o autor fornece sua localização ao contar um fato. A guerra continua, e essa batalha irá provocar retaliações da parte dos portugueses. O Almirante capturado, Serrão de Paiva, escreve para seu compatriota português Almirante André Vidal sobre como se sucedeu a batalha. Paiva afirmou que foram eles, os portugueses, que começaram a refrega e, após a rendição, os trataram com justiça e humanidade, dando auxílio para os feridos. O Almirante Vidal não aceitou os argumentos do Almirante Paiva, e enviou na data de 29 de setembro sua resposta:

#### *SUA RESPOSTA AO ALMIRANTE*

*Fomos informados por sua carta, de que V. S., ao invés de ser tratado como merecia, recebeu os mesmos maus tratos que o restante de nossos concidadãos. Embora considerando que o seu caso é diferente dos demais, V. S. deveria ser tratado de outra forma, de vez que para cá veio sem a menor intenção de mover guerra contra eles (ponto sobre o qual eles deveriam ter refletido), mas, apenas, comboiando alguns navios que se dirigiam para a Metrópole, desembarcou nossas forças nesta Capitania, a pedido nosso. À vista dos maus tratos e violência que os nossos súditos têm recebido das mãos deles, não podemos prometer-lhes melhor tratamento. [...] É fora de dúvida que a intenção desses cavalheiros fazendo um tão generalizado massacre entre cristãos é a de nos roubar toda e qualquer esperança de podermos jamais voltar aos nossos lares. (Ibid., p.209)*

Nieuhof opta, da página 210 até 290, em avançar, mas retrocede ao contar determinados eventos. Ou seja, discute os fatos de forma cronológica, porém em um dado momento volta alguns dias, ou mesmo meses, para relatar outro

acontecimento da guerra, somente indicando em uma frase que irá recuar no tempo novamente. No caso, após contar sobre a batalha que sucedeu em setembro de 1645, resolve retornar para os meses de julho e agosto do mesmo ano e escreve outros fatos que se sucederam na colônia.

Foi no mês de julho que ocorreu, por via mar, a invasão lusa chefiada por André Vidal de Negreiro e Martim Soares Moreno – como já foi comentado anteriormente. Estes aportaram perto de Tamandaré, com aproximadamente 2.000 homens munidos de armamentos, para se reunirem às quatro companhias que vieram por terra da Bahia, comandas por Henrique Dias e Camarão. Henrique Dias aguardava a chegada de reforços para se deslocar com seus homens para Serinhaém, onde sitiaram o forte que possuía uma pequena guarnição de 80 soldados. Os comandantes portugueses firmaram, por meio de cartas, que somente estavam nessa localidade para ajudar os holandeses contra os rebeldes e exigiram a união das tropas. Visto que a primeira carta não foi respondida, a segunda chega a ser categórica:

#### *SEGUNDO ULTIMATUM DOS CHEFES PORTUGUESES*

*Ao que nos parece, Vs. Excias. não estão a par das intenções com que viemos, motivo pelo qual não nos surpreende encontrá-los em atitude defensiva. O Grande Conselho do Brasil Holandês enviou uma embaixada ao nosso Governador Geral de Terra e Mar, Antônio Teles da Silva, pedindo que S. Excia. fizesse uso de sua autoridade e força no sentido de abafar a insurreição nesta Capitania. Tendo sido imediatamente atendido esse pedido, a fim de auxiliar o Conselho e libertar os portugueses das violências cometidas contras suas famílias e propriedades, tivemos instruções de desembarcar as nossas forças junto ao Engenho Rio Formoso. [...] Desejamos, portanto, que V. S. deponha as armas e deixe de lado qualquer suspeita, certos de que, de sua parte, teremos recepção favorável, pois, da nossa, tudo faremos a fim de restabelecer a tranqüilidade entre os portugueses revoltados, por todos os meios suasórios de que pudermos lançar mão. Asseguramos-lhe, entretanto, que, se V.S. se recusar a vir ao encontro*

*de nossos desejos, causará não pequeno desprazer ao Grande Conselho do Brasil Holandês.*

*Deus proteja V. S.*

*Do Engenho de Formosa, 4 de agosto de 1645*

*Martim Soares Moreno,  
André Vidal de Negreiros.  
(Ibid., p.212)*

No dia seguinte do ultimato, juntou-se ao cerco Paulo da Cunha com mais soldados e guarnições. Diante de tamanho contingente, além de impedidos de receber mantimentos, os comandantes do forte holandês negociaram a rendição. O acordo continha informações contrárias à de ajudar o Conselho contra os rebeldes:

*I – Nós, os comandantes portugueses, fazemos saber a todos, que para aqui fomos enviados a pedido do Grande Conselho do Brasil Holandês, a fim de abafar a insurreição estalada entre os moradores portugueses da região. Entretanto, tendo sido informado, ao desembarcar, que a pesar desse pedido e das nossas boas intenções os holandeses haviam assassinado muitos portugueses, a frio (sendo certo que estraçalharam diversos portugueses que para isso foram seqüestrados dentro de uma igreja), e que organizaram forças para nos combater – o que nos serve de aviso para que não deixemos nenhuma fortaleza atrás de nós – achamos necessário negociar esta capitulação, até conseguirmos concertar novas medidas com o Grande Conselho, nas bases seguintes:[...]*

*IV – Obrigam-se ainda a fazer que os moradores da cidade, bem como os de Câmara, esqueçam as passadas ofensas, por palavras ou ações e a manter na posse de seus haveres, de mesmo modo que aos portugueses, todos os batavos que aqui quiserem permanecer. Gozarão, também, os holandeses dos mesmos privilégios e poderão praticar sua própria Religião, contanto que não preguem em público e que respeitem, devidamente, os lugares sagrados. Terão liberdade de comércio com os portugueses, poderão reclamar, como antes, as importâncias que lhes forem devidas e não serão obrigados a tomar armas contra os Estados das Províncias Unidas. (Ibid., p. 213-214)*

Após assumirem o comando do forte, os holandeses foram traídos. A sede de vingança dos portugueses fez que os comandantes ordenassem a execução por enforcamento de 33 brasileiros (indígenas, mulatos, cafuzos).

André Vidal enviou ao Conselho uma carta para comunicar que desde quando pôs os pés na Colônia Batava, vinha sendo informado das atrocidades contra os portugueses. Mesmo desejoso de firmar a paz, ele não poderia ignorar o clamor de seus patrícios, ou permitir esses atos de tamanha perfídia. Assim, os comandantes portugueses fizeram público um “Proclama”, e esse foi distribuído por toda a Capitania de Pernambuco. O teor é autoritário e enfático:

#### PROCLAMAÇÃO

*Nós, comandantes em Chefes das forças portuguesas, Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, fazemos saber a todos e aos moradores de Pernambuco que, tendo o Grande Conselho do Brasil Holandês comunicado por carta ao Governador e Capitão Geral do Brasil a revolta estalada entre os portugueses desta Capitania e pedido auxílio para sufocar o movimento, o dito Governador enviou-nos com força suficiente. [...] Convidamos também o Conselho, [...] a cessar a perseguição dos portugueses, bem como todo qualquer outro ato inamistoso e punir severamente aqueles de seus soldados que ajam de maneira contrária, cada vez que se lhes apresentar queixa.*

*Martim Soares Moreno  
André Vidal de Negreiros.  
(Ibid., p.219)*

Os portugueses avançaram no território holandês e, na data de 9 de agosto de 1645, iniciou-se outro cerco, desta vez no Forte Cabo do Pontal. Nesse evento, Nieuhof dará destaque à traição de Hoogstraeten. Já havia mencionado esse oficial antes, quando Hoogstraeten estava na Bahia como representante do Conselho e fora assediado com uma proposta de traição, mas aparentemente recusou categoricamente. No entanto, parece que esse oficial agiu como hoje chamamos de “agente duplo”, ou seja, fingia estar do lado dos holandeses e vendia informações para os portugueses.

Nesse dias, Hoogstraeten estava como comandante do Forte Cabo do Pontal e o entregou aos portugueses, além de convencer outros oficiais a desertarem. Em troca recebeu 18.000 florins, mais compensações. Outra carta, agora de Martim Soares Moreno, foi remetida para o Governador da Bahia, contando sobre a traição:

*No domingo, 13 deste mês corrente, Deus Todo Poderoso concedeu-nos a posse do Forte do Cabo Pontal, que havia sido cercado por André Vidal de Negreiros. No dia seguinte alegrou-nos o recebimento do dinheiro que V. Excia. nos enviou, e o vinho, com que fui particularmente presenteado, serviu para celebrar a nossa alegria, em companhia dos amigos.*

*[...] Não posso deixar de frisar a V. Excia. o quanto ficamos a dever ao Major Diederik Hoogstraeten e aos demais oficiais do forte. Ao primeiro prometemos uma comenda de oficial da ordem de Cristo. Peço portanto a V. Excia. que, em nome de Sua Majestade, cumpra, o mais logo possível, a promessa que lhe fiz, pois se trata de pessoa que está pronta a nos prestar qualquer outro serviço de que tenhamos necessidade. (Ibid., p.224-225)*

Da página 226 a 233, o autor reproduz sete cartas trocadas entre os comandantes portugueses e os traidores holandeses. Na maioria justificativas dos ataques e ordens para deslocamento de tropas, elas datam a partir de 13 de agosto até 6 de setembro. Em nenhum momento Nieuhof revela como conseguiu essas cartas portuguesas. Quanto a sua veracidade, quase sempre é confirmada por José Honório Rodrigues em suas notas, que até mesmo informa onde podemos encontrar as originais.

Uma vez confirmados os ataques portugueses, o Grande Conselho holandês passou a concentrar suas defesas em Recife e em outros pontos estratégicos. Nieuhof narrou sobre a captura do Tenente-Coronel Haus, por André Vidal, nas proximidades de Recife, em um engenho, no dia 17 de agosto.

Ele questionou a perícia do comandante, que foi pego de surpresa e, apesar de resistir por quatro dias, foi derrotado e feito prisioneiro.

Nesse sentido, descreveu como os prisioneiros eram tratados pelos portugueses. Primeiramente, tentavam arrebatar os comandantes para a causa portuguesa. Vejamos como faziam o aliciamento:

*[...] o Provedor-Mor, português, mandou buscar Johannes Broekhuizen [comandado de Haus], e, depois dos primeiros cumprimentos, disse-lhe que se quisesse servir o Rei de Portugal na qualidade de Comissário Geral, iria com ele para a campanha, receberia 100 florins por mês e seria seu comensal. Se, por outro lado, recusasse sua oferta e ficasse na retaguarda, correria perigo de ser assassinado pela população. Broekhuizen respondeu, entretanto, que, estando ligado à Companhia por juramento, jamais o quebraria, ainda que sua vida corresse perigo. Estão, - disse-lhe o Provedor—o Sr. prefere servir uma canalha de mercadores, a servir um Rei? Estamos a ponto de levar a cabo um plano infalível; verá, então, o sr. que a causa do Rei é mais justa e será bem sucedida. (Ibid., p.238, grifo do autor)*

Os que se mantiveram fiéis eram enviados para a Bahia, uma jornada longa e demorada, em que dependiam sempre dos seus captores e muitos pereciam pelo caminho. Ansiosos, os prisioneiros holandeses tentavam de tudo para fugir e conseguir avisar o Conselho sobre os planos de conquista dos portugueses.

O prisioneiro Broekhuizen e seus companheiros (inclusive o Coronel Haus), capturados no dia 17 de agosto, somente chegaram à Bahia no dia 28 de novembro. Foram instalados em casas particulares, receberam comida, um pequeno soldo e aguardavam seu destino, que podia ser: a prisão; as galés; o degredo para Portugal, ou mesmo para uma das colônias portuguesas.

Nieuhof retorna aos acontecimentos na Capitania do Pernambuco. A população de Recife ficou apreensiva diante da derrota do Coronel Haus, e o Conselho decide não se arriscar mais, ampliando suas defesas. Pieter Bas ficou encarregado de comandar Recife, o Almirante Lichthart comandaria a artilharia e Hendrik de Moucheron, a Cidade Maurícia.

A guerra de argumentações ainda permaneceu. No dia 19 de agosto, o Conselho recebeu em Recife uma carta de André Vidal, ratificando seu propósito de manter a paz. O Conselho mais uma vez respondeu reafirmando sua desconfiança.

#### CARTA DE VIDAL AO CONSELHO

*Por intermédio do Tenente Manuel Antônio, já anteriormente informamos Vs. Excias. de nossa chegada a esta Capitania, por ordem do Governador Antônio Teles da Silva e a pedido desse Conselho, a fim de restaurar a tranqüilidade pelos meios mais eficientes que pudermos encontrar. Representamos também a Vs. Excias. sobre os inomináveis desmandos de que tivemos notícias através dos lamentos de diversas nobres donzelas violentadas e das lamúrias do povo do Rio Grande, onde quarenta pessoas de destaque, entre as quais um sacerdote – e duas outras em Salinas, há poucos dias – foram assassinadas a sangue-frio. [...] Não podemos, portanto, deixar de invocar a última Proclamação e a Ratificação da paz entre nós, protestando em nome de Deus, de D. João IV, nosso Rei, dos Estados Gerais e de todos os nossos aliados, para que Vs. Excias. não deixem a situação se encaminhar para uma ruptura, dando motivo para agirmos de maneira hostil ou declararmos guerra contra Vs. Excias. (Ibid., p.245-246-247)*

#### A RÉPLICA DO CONSELHO

*Pela nossa reposta à sua carta datada de Serinhaém a 8 de agosto, terá V.S. percebido claramente que, nem os protestos apresentados pelo Governado Antônio Teles da Silva nem os formulados por V.S. no que respeita à manutenção da paz entre Sua Majestade de Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas, jamais foram por nós considerados sinceros ou dignos de fé, desde que as suas ações nunca se conformaram com suas palavras. As propostas desleais feitas a um de nossos deputados, para, através de vil traição, se apoderarem de uma de nossas melhores fortalezas; o desembarque de força tão considerável em nossos territórios, sem*

*consentimento de nossa parte, pretextando uma interpretação deturpada de nossa carta a S. Excia.; a entrada em nosso porto, de uma passante esquadra; a captura do forte de Serinhaém; o massacre de tantos brasileiros nossos súditos, a sangue-frio; o ultimatum enviado ao forte Santo Agostinho para sua rendição e o ataque de surpresa à nossa tropa, que era obrigada a manter em campo a fim de refrear o povo rebelado; nada disso, afirmamos, poderá ser considerado por quem quer que seja, dotado de imparcialidade, senão como infrações ostensivas ao tratado invocado e, portanto, como atos de franca hostilidade.*

*[...] Por esse motivo, protestando perante Deus e todo o mundo contra o procedimento de Sua Excelência o Sr Antônio Teles da Silva e contra o que quer que tenha sido praticado por V. S. contrariamente ao tratado celebrado entre Sua Majestade de Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas, não duvidando que, ao receber a presente, V. S. retirará as suas forças para a Bahia e porá termos às violações do referido tratado.*

*Recife, 20 de agosto de 1645.  
(Ibid., p.247-249)*

Nas próximas páginas, os portugueses avançaram em direção à capital do Brasil Holandês, Recife. Procuraram minar as defesas holandesas tentando conquistar fortificações. Enquanto isso, os holandeses se organizavam e aperfeiçoavam suas defesas, já que estavam a par das intenções de conquista dos portugueses. Precisavam também socorrer as demais Capitânicas que estavam sendo atacadas, como o forte do Rio São Francisco e Sergipe d'El Rei.

Contudo, a preocupação com a segurança de Recife fez que o Conselho considerasse necessário reunir todas as principais tropas nessa localidade. Isso desguarneceu as outras Capitânicas, que não receberam ajuda. Foi o caso do forte São Francisco, que suportou um cerco de 26 dias. Após contínuos ataques, seu comandante compreendeu que não receberiam auxílio a tempo, e, já que seus víveres não perdurariam mais que quatro dias, acabou por entregar o comando do forte no dia 22 de setembro 1645.

O Conselho enviou embarcações com provisões para suas Capitania e ficou a par das ações do inimigo e de quantas guarnições haviam sido conquistadas. No caso da Capitania da Paraíba, estes conseguiram resistir aos portugueses. Avisados das recentes investidas do inimigo, prepararam-se com antecedência, sob o comando de Linge. A população brasileira junto com os soldados se resguardaram nos fortes com boas provisões e muita munição. A companhia portuguesa, diante de defesas tão sólidas do forte da Paraíba, optou por oferecer a quantia de 19.000 florins pela sua rendição imediata. A resposta de Linge foi clara e categórica: mandou enforcar o mensageiro.

A resistência da Paraíba era de suma importância para os holandeses, pois era nessa Capitania que residia o maior número de Tapuia – guerreiros indígenas inimigos declarados dos portugueses. Para garantir uma aliança com esses guerreiros, o Conselho enviou o Capitão Willen Lambertsz para travar relações com o rei Janduí. O rei se mostrava leal aos holandeses, porém temia futuras vinganças e exigiu, como condição para liberar 200 dos seus homens, que todos os portugueses residentes ou rebeldes dessa Capitania fossem mortos. Dadas as circunstâncias, Lambertsz firmou acordo. Ele garantiu que não iria interferir nos atos dos indígenas em relação aos portugueses. A consequência desse acordo foi imediata, pois, só no trajeto para a capital da Paraíba, os Tapuias exterminaram mais de 100 portugueses.

O autor retorna suas atenções para o Recife e comenta que se encontrava na capital já havia algum tempo. O Conselho utilizou todas as armas para

desencorajar a empresa dos portugueses, e no dia 21 de setembro publicou um indulto com os seguintes dizeres:

*PUBLICAÇÃO DE ANISTIA*

*Sabendo o Grande Conselho do Brasil Holandês que muitos de seus súditos feitos prisioneiros, receando a pena capital ou a deportação, engajaram-se nas fileiras inimigas; sabendo-se que a maioria deles foi enganada por seus comandantes e talvez esteja a ponto de cair de novo, no mesmo erro, resolveu pelo presente anistiar todos que retomarem o nosso serviço, com a promessa de que terão a vantagem de voltar a ocupar os mesmos postos que tinham anteriormente entre nós e que, os que desejarem regressar aos seus países de origem, terão passaporte para esse fim. Deste indulto estão, entretanto, excluídos Dirk Hoogstraten e outros traidores que na qualidade de comandantes de fortalezas nossas, entregaram-nas ao inimigo, por traição. (Ibid., p.258)*

O inimigo, segundo Nieuhof, continuou a avançar. Agora seu objetivo era se apoderar da Ilha de Itamaracá, de acordo com os espiões do Grande Conselho. A conquista da Ilha acarretaria uma perda irreparável. Com o objetivo de ordenar suas defesas, designaram o Capitão Willem Lambertsz – que retornara havia pouco da Paraíba. Mesmo nosso autor estava engajado na fortificação da Ilha, como se vê neste trecho:

*Com relação ao primeiro desses entrincheiramentos e seguindo o parecer de Garstman e Dortmont ordenei a construção de um contra-forte, atrás do qual seria alojada uma companhia de brasileiros e suas mulheres e filhos, sendo os demais empregados na defesa do forte Orange. Quanto ao reduto que dominava a praça e de onde provinha o abastecimento de água do forte, dei ordem para que fosse fortificado, a fim de evitar um ataque de surpresa, pois sem ele o forte não poderia se manter por muito tempo, nem, talvez, resistir ao embate do inimigo. (Ibid., p. 261)*

Uma vez que a empreitada na Paraíba foi infrutífera, os portugueses se concentraram em isolar completamente a capital Recife das demais Capitâneas.

Para tanto, construíram um forte em Pernambuco, às margens do rio Santo André, próximo ao engenho de Jorge Homem Pinto<sup>3</sup>.

Enquanto isso, a fúria dos Tapuias fazia mais vítimas portuguesas. No Rio Grande do Norte, erradicaram todos os focos de rebeldia portuguesa matando-os ou expulsando-os.

Nesse momento, o autor tentou contabilizar a força de ataque portuguesa. Observemos os números: tinham oito guarnições de 257 homens, 700 homens distribuídos em nove companhias armados com mosquetes e 1000 homens portugueses rebeldes (sem experiência de armas). Em contrapartida, os holandeses estavam em número inferior e bem mais distribuídos nas regiões, formando pequenas guarnições. Nieuhof não chegou a computar-los com exatidão, somente questiona como o Conselho irá manter as Capitanias com número tão mínimo de comandados.

A esperança dos holandeses residia na ajuda da metrópole, e, no dia 5 de dezembro de 1645, chegou o navio *Zwaen*, que traz munição, pólvora e cartas. Estas informam ao Conselho que uma grande armada estava sendo preparada para socorrê-los. Essa notícia motivou boatos entre os brasileiros e indígenas, que diziam que uma frota viria não para defendê-los, mas sim para buscar os holandeses e deixá-los à própria sorte. Isso gerou pânico e deserções.

O Conselho abafou os boatos e garantiu que permaneceriam no Brasil. Como prova, tentou manter a governabilidade de seus domínios. Para isso, enviou, no dia 6 de janeiro de 1646, duas caravelas, o *Lichthart* e o *Recife*, para

---

<sup>3</sup> Nieuhof somente fornece essas referências, e apesar de tentarmos localizar esse engenho nossa pesquisa foi infrutífera.

as Capitanias da Paraíba e do Rio Grande. O intuito dessa missão era de ajudar a manter suas defesas e fazer um levantamento das condições dessas regiões. Os enviados tinham ordens de confiscar qualquer propriedade e mercadoria dos que se aliaram aos portugueses.

Os espões holandeses descobriram que a intenção dos portugueses de conquistar o interior consistia em impedir o fluxo de farinha e gado para as principais cidades das Capitanias batavas. Portanto, o Conselho teve que ponderar como deveria agir:

*Tomando em linha de conta esse aviso, e sendo de recear que o inimigo, não resistindo ao assalto no Rio Grande, se retirasse para a Paraíba, ponderou-se, a 29 de janeiro, se seria aconselhável perseguí-lo, até a Paraíba, caso ele para lá se dirigisse voluntariamente ou impelido pelas nossas tropas, tentando a seguir, desalojá-lo também daquela Capitania. Entretanto, considerando que, dada a fraqueza de nossas guarnições, não poderíamos mandar mais reforços do Recife, de Itamaracá ou da Paraíba, sem que as nossas tropas nesses lugares corressem grave risco; que, ao contrário, ao inimigo não faltavam meios de reforçar as suas fileiras com elementos das adjacências; e mais, que esperávamos a qualquer momento a chegada de socorros da Holanda, resolveu-se não arriscar, numa empresa dessa ordem, todo o Brasil Holandês. (Ibid., p. 271)*

Durante o mês de fevereiro somente, pequenos empates ocorreram nas Capitanias, mas os portugueses continuavam a submeter Recife a um cerco contínuo. Os estoques de mantimentos da capital se escasseavam com rapidez. Os armazéns se esvaziavam, os campos do interior não foram plantados e o gado era pilhado pelos portugueses e Tapuias. A situação piorava a cada momento, e no dia 31 de março o Conselho recebeu carta informando que os portugueses invadiram o Rio Grande, com 800 homens e 300 mosqueteiros somente para roubar todo o gado da região.

Nieuhof lamentou que, no dia 5 de abril de 1646, foi assassinado Jacob Rabbi. Essa personalidade tinha grande influência junto aos Tapuias e, por ser casado com uma brasileira, era comissionado da Companhia para ficar nas tribos e manter as boas relações destas com os holandeses.

Chegava o final de abril, e Recife continuava racionando as provisões, a carne já havia quase esgotado. O Conselho enviou, num ato de desespero, uma barca com 400 homens para São Lourenço da Praia, para trazer farinha ou mandioca a todo custo. Uma das soluções encontradas para aumentar os mantimentos foi:

*[...] estimular o mais possível a indústria da pesca. Com esse fito em mira, dois membros do Conselho – Sr. Hamel e Bas – tiveram ordem, a 7 de maio, de comprar todo o fio de rede que pudessem encontrar, o que muito nos serviu mais tarde. (Ibid., p.281)*

Enquanto a guerra de nervos continuou, as forças portuguesas que invadiram Itamaracá foram barradas por entrincheiramentos batavos, e breves batalhas eram travadas. Cada exército avançava e retrocedia alguns quilômetros, resultando em uns poucos mortos e feridos de ambos os lados.

A situação começava a ficar desesperadora. Nieuhof narrou que os mantimentos na Ilha de Itamaracá não mais poderiam abastecer Recife e a Ilha havia se tornado um refúgio para as mulheres e crianças, que consumiam as reservas destinadas às tropas. Apreensivos em manter o Rio Grande e assegurar a sobrevivência dessa gente, a solução dada pelo Conselho foi enviar aproximadamente 1500 brasileiros de navio para essa Capitania. A princípio, os brasileiros se recusaram a ir, por receio de serem abandonados, porém, vista a

situação de penúria em que se encontravam, resolveram partir. Duas embarcações foram designadas para levar esses brasileiros – em sua maioria mulheres e crianças –, mais 50 soldados, munição e provisões para 14 dias.

Os portugueses usavam das mesmas armas que os holandeses, e por meio da espionagem ficaram a par das condições precárias de Itamaracá, visualizaram uma oportunidade e atacaram a Ilha com força redobrada. No dia 15 de julho de 1946, enviaram ao comandante os seguintes termos:

*CARTA AO SR. DORMONT*

*Honrado e valente Senhor,*

*Sem dúvida V. S. está ao par da decisão em que se acham os habitantes deste país, de recobrar sua liberdade. Para isso não lhes faltam meios, nem força. Desejando, porém, o povo conseguir seu objetivo sem efusão de sangue, achamos conveniente informá-lo que estamos prontos para o atacar nesta ilha, com todas as nossas forças, a menos que V. S. prefira chegar a um entendimento. Sabendo que para V. S. não há esperança de socorro, sugerimos-lhe que trate conosco de acordo com as normas da guerra em casos semelhantes, a fim de que, se depois as causas lhe correrem ao contrário de suas expectativas, dada a fúria da espada conquistadora, não nos lance V. S. a culpa em rosto. (Ibid., p.288)*

O chefe de Itamaracá despachou com urgência uma carta para o Grande Conselho pedindo auxílio. O Conselho ponderou que, se socorresse a ilha, desguarneceria Recife. Dessa forma, redigiu a ordem para que abandonassem o forte, com tudo que pudessem carregar, e se dirigissem para o forte de Orange, ao norte da Ilha: *Portanto, para melhor manter o forte [Orange], os nossos abandonaram as fortificações da montanha, a 21 de julho, e, logo depois, o inimigo lá instalou considerável porção de suas forças (Ibid., p. 289).*

Enquanto isso, a população de Recife chegava ao seu limite. Com olhares mortiços, vigiavam os portos em busca das velas salvadoras dos navios que viriam da Holanda, para resgatá-los daquela conjuntura apocalíptica. Vejamos o relato desesperado de Nieuhof:

*Os gatos e cachorros, dos quais tínhamos então abundância, eram considerados finos petiscos. Viam-se negros desenterrando ossos de cavalo, já meio podres, para devorá-los com incrível avidez. Nem era menos insuportável a falta de água potável, devido ao rigor do verão e ao uso constante de carnes salgadas; todos os poços que se abriam minavam água salobra. [...] Finalmente, quando tudo já havia sido consumido sem que se encontrasse qualquer saída dessa situação calamitosa, o Conselho propôs – e todos aceitaram unanimemente – que se preferisse a morte com bravura, à inanição e que, portanto, se tentasse abrir passagem por entre as forças inimigas. [...] Os judeus, mais que os outros, estavam em situação desesperadora, e, por isso, optaram por morrer de espada na mão ao invés de enfrentar seu destino sob o jugo português: a fogueira.*

*Finalmente, quando já tínhamos atingido ao auge da penúria e devorado todos os cavalos, gatos, cachorros e ratos, e um alqueire de farinha chegou a ser negociado à razão de 80 e 100 florins cada um, sem que a quantidade total fosse suficiente para mais que dois dias de consumo, finalmente, a 22 de junho (data de que jamais nos esqueceremos) avistamos dois navios desfraldando o pavilhão do Príncipe, que rumavam para o Recife a todo pano. (Ibid., p.290)*

Afinal chegaram dois navios da Holanda, para o grande alívio do Conselho, e informam que a grande armada teve sérias dificuldades, mesmo antes de deixar o porto. A frota ficou retida desde novembro de 1645 até fevereiro de 1646 no porto de Vlissingen, devido a ininterruptas tempestades de neve. Composta por vários navios e trazendo um montante de 5000 a 6000 homens, a armada estava sob o comando do Almirante da Zelândia Sr. Bankert. Também estariam a bordo os substitutos do atual Conselho do Brasil Holandês, que deveriam ter sido rendidos logo após a partida do Conde Maurício de Nassau. Eram eles: o Presidente, Sr. Walter Schonenburgh; o Pensionário de

Vlissingen (cargo de muita importância política na época), Michil Van Goch; o Advogado Fiscal da cidade Dordrecht, Simon van Beaumont; os senhores Hendrik Haecxs, Trouwels; dois comerciantes de Amsterdã observadores dos negócios da Companhia; e o comandante das forças terrestres, Sr. Sigemundt SchKoppe (que já havia desempenhado essa função no período do Conde de Nassau).

Raramente nosso autor se coloca durante a narrativa, porém, desde que a guerra se tornou declarada, tem fornecido sua localização ou participação nos combates e novamente se refere a sua pessoa, desta vez em um incidente curioso:

*[...] deu-se comigo estanho acidente: havendo os navios da Companhia apreendido um barçaça carregada de vinho, os marinheiros se embriagaram a tal ponto que, ao procederem ao descarregamento, no Recife, mal podendo fazer o seu trabalho, deixaram cair um barril de vinho, do que resultou a morte de um homem, ficando vários outros feridos. Dirigi-me ao local, a fim de restabelecer a ordem e impedir que bebessem durante o trabalho e para prevenir outras desgraças. Logo que entrei no navio, notei que todos os galões de prata do meu casaco negrejaram e pouco depois fiquei inteiramente cego, para minha grande aflição. Depois de alguns dias, a cegueira foi pouco a pouco desaparecendo e recuperei a vista. Atribuo o fato à forte exalação do vinho, que tinha estado fechado por muito tempo. (Ibid., p.292)*

Mais um ponto para o espírito cientificista dos holandeses: Nieuhof desconsiderou que o acidente fosse algum tipo de feitiço e o atribuiu aos gases do vinho a muito fechado. Outro evento em que o autor poderia se deixar levar pela fantasia, e atribuir ao azar ou maus presságios, foram os problemas enfrentados pela esquadra enviada da Holanda. Suas palavras são claras, considerando os contratempos meros acidentes: *Nenhuma outra frota jamais despachada da*

*Holanda encontrou em sua rota maior cópia de acidentes durante os seis meses em que esteve no mar (Ibid., p.293).*

Os desastres foram constantes. Acometeram a frota tempestades, naufrágios, ventos adversos, calmarias, moléstias e até desavenças entre os membros do Conselho, antes mesmo de aportarem no Recife. Apesar de tudo, no dia 31 de julho de 1646, chegam 5 navios, e no dia 12 o restante da esquadra.

Após algumas semanas de descanso merecido e análise da situação do Brasil Holandês, os novos membros do Conselho convocaram uma reunião para a transferência dos cargos. No dia 20 de agosto, assumem a direção do Brasil Holandês o Sr. Walter Schonenburfh e demais conselheiros, todos nomeados por Sua Alteza o Príncipe de Orange e pelo Conselho dos XIX.

A reação dos portugueses diante da frota vinda da Holanda foi recuarem da Ilha de Itamaracá e abandonarem as fortificações que haviam construído próximo ao Recife, contudo continuaram com o cerco. E o próprio João Fernandes Vieira enviou ao novo Conselho uma carta garantindo que o povo português estava unido e os derrotariam cedo ou tarde.

*Supomos que o Coronel Sigemundt [Schkoppe] pretende manter o domínio dos campos, como na última guerra. Desta vez, porém, verá que se enganou redondamente, pois o povo não estará a seu lado, e, se eu souber de um que lhe seja simpático, fá-lo-ei enforcar imediatamente. Os Holandeses alegam que nós somos vassalos das Companhias. Mas, quando foi uma nação conquistada, tratada como fomos, pior que vis escravos? E disso V. S. sabe tão bem quanto nós. Portanto, tendo sido forçados a romper as correntes que nos prendiam, não lhes devemos mais obediência. Se não tivéssemos agora esperança, de há muito teríamos pedido auxílio ao Rei da Espanha ou da França, e, se esses falhassem, teríamos recorrido aos turcos e mouros.*

*[...] Rogo-lhes que não se deixem enganar, pois o Brasil não está reservado para Vs. Ss.. Não há dúvida de que Deus abençoará as nossas armas, mas, se morrermos, teremos perdido nossa vida em*

*defesa de nossa sagrada religião e de nossa liberdade. Todos aqueles que se recusarem a aceitar as nossas ofertas, pagarão com suas vidas, haveres e créditos.*

*(assinado) João Fernandes Vieira.*  
*(Ibid., p. 300-301)*

O Novo Conselho assumiu suas funções e ignorou os avisos do inimigo. Iniciar seus trabalhos pediu auxílio aos integrantes do antigo Conselho, que fizeram relatórios detalhados de cada Capitania e guarnições. Enquanto isso, o coronel Schkoppe decidiu fazer algumas investidas contra as tropas que cercavam Recife, o que gerou resultados desfavoráveis, como a redução do contingente.

O Novo Conselho organizou uma expedição ao longo do rio São Francisco para verificar suas guarnições, e depois deveriam seguir para Sergipe d'El Rei. Nosso autor acabou sendo enviado para supervisionar as provisões da viagem e descreve, em detalhes: os lugares por onde passaram; o episódio em que quase morrer afogado; o clima; os incidentes; e tudo o que encontraram pelo caminho. Um fato que entristeceu os viajantes foi que o Almirante Lichthart contraiu uma moléstia e faleceu. A missão ainda consistia em fazer um levantamento e arrebanhar o gado que ainda existia na região, o que foi feito com eficiência.

Contudo, o acontecimento de maior importância nessa exploração se relacionou ao inimigo. No dia 25 de dezembro de 1646, tiveram informações de que um destacamento português se encontrava nas proximidades. O comando achou por bem enviar companhias para confrontá-los. Dias depois, chegaram ao acampamento os feridos que conseguiram escapar da morte certa; as Companhias

foram massacradas. O autor narrou a imperícia dos comandantes nessa batalha e as conseqüências:

*[...] contra a ordem do Coronel Hinderson [as Companhias], aproximavam-se rapidamente do inimigo e atiravam com os seus arcabuzes e, em seguida, atacavam com o punhal na mão, lutando todos ao mesmo tempo, sem desfalecimento; o que induziu o inimigo, vendo a estúpida coragem dos nossos, a cercá-los e derrotá-los.*

*Ao anoitecer, ainda chegavam vários outros soldados ao quartel, os quais, em geral, se encontravam feridos e atravessados por flechas. Alguns, que tinham lançado longe a sua arma, deviam pagá-las com a própria vida: o que aconteceu a um alemão e a um brasileiro. Mas quando eles estavam amarrados ao tronco, para serem mortos, o Coronel deu-lhes graça. O Tenente que servia sob as ordens do Capitão Gyseling, chegando ao forte sem suas armas, foi imediatamente enviado ao Recife onde lhe partiram a espada sobre a cabeça declarando-o indigno do serviço da Companhia, conquanto a tivesse servido com lealdade durante nove anos. (Ibid., p.305)*

No livro a data indicada que Nieuhof chegou à cidade de Recife ao dia 24 de dezembro, mas não especifica o ano, fato que causa dúvidas. Seria esse o dia anterior da batalha que descrevemos acima, e o autor não se encontrava presente aos acontecimentos, ou havia se passado um ano? Por meio da análise de suas palavras, fica difícil precisar se Nieuhof cometeu um erro, sem recorrer à fonte original – o que no momento é deveras complicado –, mas também não podemos descartar um erro de impressão tanto da época como da tradução. É certo que o autor se tornou mais ambíguo a partir desse momento no que se refere às datas, principalmente aos anos.

Iniciam-se, então, os preparativos da partida dos antigos membros do Conselho, que fornecem uma lista de todas as possessões ainda pertencentes aos holandeses:

*No tempo em que o novo Conselho assumiu o poder e os antigos conselheiros srs. Hendrik Hamel, Adriaen Bullestrate e Pieter Bas voltaram à Holanda, os seguintes fortes ainda se achavam na posse da Companhia das Índias Ocidentais:*

*O forte Keulen, na desembocadura do Rio Grande, artilhado com 28 canhões de bronze e um de ferro.*

*O reduto de Santo Antônio, do lado norte do Rio Paraíba, dispendo de seis canhões de ferro;*

*O forte Restinga, situado na ilha do mesmo nome, no Rio Paraíba, armado com quatro canhões de bronze e cinco de ferro;*

*O forte Margarida, à margem meridional do Paraíba, guarnecido com 14 peças de bronze e 24 de ferro;*

*O forte de Orange, na Ilha de Itamaracá, que contava com seis peças de bronze e sete de ferro.*

*A velha bateria de Nossa Senhora de Conceição, a cavaleiro do morro de Itamaracá, com 2 peças de bronze e 8 de ferro;*

*O reduto denominado Madame de Bruin, artilhado com 3 canhões;*

*O forte de Bruin, com 14 canhões de bronze;*

*O forte Waerdenburgh, e o Forte Triangular, situados entre a fortaleza de Bruin e o Recife; o primeiro provido de 4 peças de bronze e cinco de ferro;*

*O Forte da Terra, aliás Forte São João, com 11 peças de ferro;*

*O Forte d'Água, na foz do Rio Recife, dispendo de 7 canhões de bronze;*

*O Forte Ernesto, artilhado com cinco canhões de bronze e três de ferro, e o Forte Bateria, com 5 peças de bronze e 2 de ferro;*

*No Recife:*

*A cidade Maurícia, na Ilha de Antônio Vaz;*

*O forte Frederico Henrique, aliás, forte Quinquangular;*

*O Reduto da Pedra, junto ao forte Frederico Henrique;*

*O reduto Kijk, entre o forte Frederico Henrique e o forte Príncipe Guilherme;*

*O Forte sobre o Rio Afogados.*

*Os fortes conquistados pelos portugueses aos holandeses e então na posse dos primeiros eram:*

*Sergipe d'El Rei, Rio São Francisco e Porto Calvo, [...]*

*(Ibid., p.312-311)*

Tendo em vista as constantes derrotas dos holandeses e o reforço de tropas portuguesas vindas da Bahia, o cerco à cidade de Recife se intensificou a tal ponto que passaram a bombardeá-la furiosamente todos os dias:

*Foi então que tive ocasião de assistir uma cena horripilante: certa moça, sobrinha do falecido Almirante Lichthart, quando em visita a uma sua conhecida recentemente casada, teve ambas as pernas decepadas por uma bala de canhão que, ao mesmo tempo,*

*matou no lugar a recém-casada. [...] Removemos do porto todos os navios, receando que fossem os mesmos postos a pique. [...] os vários encontros mal sucedidos que tivemos com os portugueses reduziam diariamente as nossas forças, ao passo que as deles aumentavam. [...] Todo o nosso poderio militar consistia agora em 1800 homens, concentrados no Recife, onde não haveria provisões para mais que sete meses. [...] a maioria opinou que se experimentasse uma sortida em massa, para libertar o Recife. [...] À noite as nossas forças marcharam até Guararapes, lugar que já no ano anterior nos havia sido fatal pela derrota que as nossas forças sofreram. Os campos adjacentes ainda estavam cobertos de ossos de soldados holandeses. [...] Todavia, o dia 16 de Abril<sup>4</sup> foi, para nós, o pior de quantos no Brasil experimentamos em muitos anos, pois, a pesar da bravura com que o nosso exército atacou o inimigo e da firmeza com que, durante algum tempo, sustentou a luta, o adversário, animado pelos últimos sucessos e confiante em sua superioridade numérica, conseguiu finalmente, com 2500 de seus melhores soldados, forçar nossas linhas. Obrigado a desistir da luta o exército holandês bateu em retirada perseguido por 150 cavalarianos. Tanto na luta como na fuga, as nossas perdas ultrapassaram de 1.100 homens, entre os quais o Coronel Brink e quase todos os demais comandantes. (Ibid., p. 314.315-316-318)*

A esperança para Recife minguava a cada dia Nieuhof contou que essa foi a última investida direta do exército holandês e que somente haveria a manutenção das defesas da cidade, além da espera por mais reforços da metrópole. Por fim, Nieuhof também se sentia desesperançado e pediu ao Conselho que volte à Holanda, com palavras que já demonstravam que o espírito derrotista se estalava na colônia: *Quanto a mim, vendo que as cousas iam de mal a pior, achei que o melhor seria pedir um passaporte para voltar à Holanda, documento esse que só com grande dificuldade consegui* (Ibid., p. 318).

### **III.3. Apresentação Comercial do Brasil Holandês**

---

<sup>4</sup> O livro apresenta uma nota explicativa que esclarece que Nieuhof errou em relação a essa data: a segunda batalha de Guararapes foi no dia 19 de fevereiro de 1649. As notas mostradas pareciam indicar que o autor narrava acontecimentos do ano de 1648. Como já alardeamos, esses erros estavam acontecendo havia algum tempo.

Nieuhof, sempre nos surpreendeu, a partir da página 318 até a 358 retorna o formato narrativo das primeiras páginas. Ou seja, ao manual com indicações da fauna e flora, mas com um novo enfoque, o cotidiano do negro e do índio no Brasil. Permanecem, no entanto, de acordo com as notas de Rodrigues, as cópias literais das obras de Jorge Marcgrave e Guilherme Piso.

Entendemos que a intenção de retomar a descrição dos recursos do Brasil reside no desejo do autor de lembrar, após tantos problemas com os portugueses, que o Brasil ainda poderia ser colonizado e viria a render lucro aos investidores.

Iniciou sua exposição minuciosa com a mandioca escrevendo a página 318 até a 326, desde o seu plantio a suas diversas utilidades, sem esquecer as vantagens financeiras. Reproduziremos pequenos fragmentos para fazer uma idéia da percepção de Nieuhof referente a esse produto:

*Começaremos pela **Mandiiba** e sua raiz, denominada mandioca, na qual os brasileiros têm o seu principal gênero alimentício. [...] Esse arbusto viceja por toda parte em quantidade e é chamado pelos brasileiros **Maniiba** e **Mandiiba**; à sua raiz chamam de mandioca. [...] Cada pé produz duas, três, quatro e até vinte raízes, conforme a fertilidade do solo, e quando estão maduras conservam-se por dois ou três anos em baixo da terra. [...] Depois de arrancada, a raiz não dura mais que três dias, pois, a pesar de todo cuidado que se tenha com ela, deita mau cheiro. [...] A farinha prepara-se da seguinte maneira: depois de colhida, a raiz é descascada e lavada em água limpa. Aplica-se então a extremidade da mesma contra uma grande roda de quatro ou cinco pés de diâmetro, coberta por uma chapa de cobre ou de ferro repleta de furos com bordos cortantes, qual ralo para noz-moscada. [...] A raiz, depois de ralada, vai para um saco tecido de fibras vegetais, medindo cerca de quatro polegadas de largura a que os portugueses chamam **Espremedouro de Mandioca**. Depois de cheio o saco, é o mesmo colocado em uma prensa onde a mandioca já ralada perde todo o sumo (dotado de propriedades tóxicas), chamado **Manipuera** ou **Manipueira** pelos brasileiros e **água de mandioca** pelos portugueses. A próxima fase do processo consiste em fazer a massa passar por uma peneira a que os brasileiros dão o nome de **Urupema**. Daí a farinha vai para um recipiente de cobre, ou forno, que é levado ao fogo. [...] Quando, porém, já está completamente seca e pronta para ser*

*guardada, os brasileiros chamam-na Viata e Vicica, e os portugueses farinha seca ou farinha de guerra por ser muito usada nessas ocasiões. Quanto mais seca mais tempo dura; entretanto, dificilmente se conserva por mais de um ano. [...] Cerca de meio alqueire dessa farinha, que, às vezes, custa 4,6,8,12 e mais florins por alqueire, basta pra manter um operário robusto durante um mês, e, quando plantada a mandioca da mesma forma que o trigo, produz quatro vezes mais. (Ibid., p.318-320-321-322-325)*

Uma planta que não poderia faltar na descrição do Brasil do século XVII, principalmente se o autor desejava confeccionar um manual para investidores, era a cana-de-açúcar. Ele novamente descreveu por etapas o desenvolvimento desse recurso natural: a plantação, a colheita, a produção e por fim colocou os números dos rendimentos com sua exportação – que eram extremamente altos. Informou ainda que cana não era uma planta nativa do Brasil, e sim de uma espécie que se adaptou ao solo da Capitania de Pernambuco. Reunião de fragmentos sobre a cana-de-açúcar:

*A cana-de-açúcar propaga-se pelos seus brotinhos que, plantados como a nossa videira, crescem até atingir a altura de doze pés, quando lançados em solo fértil e limpo. Seis meses depois de plantada a cana, aparece-lhe no topo uma semente de cor castanha; está, então, no ponto de se cortada, pois, se ficar mais tempo na terra, o caldo seca e azeda. [...] O açúcar proveniente da cana não se consegue sem grande esforço e trabalho, e, no seu fabrico, empregam-se numerosos escravos que trabalham sob às vistas dos feitores a serviço dos senhores de engenho. Estes eram, na maioria, portugueses, pois os holandeses jamais conseguiram se aperfeiçoar na produção do açúcar. Na Capitania de Pernambuco foram instalados numerosos engenhos, ótimos, junto aos canaviais, especialmente para a produção de açúcar. O número desses engenhos excede de 100, e os escravos africanos que nelas trabalham montam a perto de 40.000. A produção anual de açúcar, no Brasil Holandês, é calculada entre 200.000 e 250.000 cestos. (Ibid., p.329-330)*

Nesse regresso ao formato descritivo da flora do Brasil, Nieuwhof se preocupou muito mais em ensinar como manufaturar e transformar os recursos

naturais em produtos para a comercialização do que em abordar o exótico. Nas primeiras páginas do livro, entendemos que direcionou suas palavras mais para o desconhecido, para a diversidade e o exotismo dessa flora brasileira. Talvez essa postura tenha sido aguçada pela curiosidade desse holandês, que acabava de desembarcar nesse Novo Mundo.

Na página 344, o autor, coloca um parágrafo com os possíveis produtos brasileiros para comercialização, confirmando seu propósito de incentivar investimentos no Brasil. Vejamos suas palavras:

*Os principais artigos brasileiros de comércio são açúcar, pau-brasil e outras madeiras, tabaco, couros, conservas, gengibre e algodão nativo. Antes de minha partida plantou-se também índigo [anil], mas as mercadorias principais continuam sendo o açúcar e o pau-brasil. Desde que a Holanda começou a importar tabaco das ilhas, descurou-se de seu plantio no Brasil, pois, sendo excessivamente elevados os salários dos operários rurais, muito mais lucrativa era a produção de açúcar que, conforme as estatísticas, nos bons anos chegava a safra a 20.000 e 25.000 cestos, só nos engenhos do Brasil Holandês. (Ibid.,p.344)*

Nieuhof explora pela primeira vez a questão da formação da população brasileira, não transcreve dados impessoais ou numéricos simplesmente, mas emiti opinião analítica:

*A população do Brasil pode ser atualmente dividida em indivíduos livres e escravos. Entretanto, mesmo essas classes são compostas por indivíduos de diversas nações, tanto nativas como alienígenas. Os homens livres do Brasil eram os holandeses, os portugueses e os brasileiros, sendo estes últimos nativos do país. Os portugueses, porém, não só excediam os demais, na proporção de pelo menos dez por um, durante minha permanência no Brasil, mas ainda detinham a propriedade de todos os engenhos de todas as terras com exceção das poucas em mão dos holandeses que se dedicaram ao plantio da cana. Estas mesmas, porém, foram depredadas durante a guerra civil e seus proprietários obrigados a abandoná-las. Além dos homens livres que se ocupavam do amanho*

*da terra, havia muitos comerciantes, intermediários e artífices. Os comerciantes, em geral, vendiam seus artigos com grandes lucros, e, sem dúvida, teriam feito fortuna, se não tivessem vendido a crédito aos portugueses, dispostos que estavam a não pagar suas dívidas, como o provaram os acontecimentos. Os artífices conseguiam fazer três, quatro, cinco e até seis florins por dia, e, portanto, diversos voltaram ricos para a Metrópole. Os estalajadeiros e armadores fruía também grandes lucros no Brasil e, portanto, acumularam grandes somas de dinheiro. Os funcionários a serviço da Companhia, civis ou militares eram também pontualmente pagos e isso fez que muitos dos que para ela trabalharam, no Brasil, antes da guerra, voltassem de novo ao seu serviço, já que se lhes davam cargos condizentes com suas qualidades e antigas posições. (Ibid., p.344-345)*

Por essa citação temos uma idéia das vantagens de se imigrar para o Brasil. Ademais, o autor não coloca os fracassos, somente os que voltaram bem sucedidos para a Holanda – com exceção para aqueles que confiaram nos “traíçoeiros” portugueses. Apesar do tema desta parte do livro ser similar às primeiras páginas, os dados estão dispostos com maior liberdade, constando uma análise mais aprofundada por Nieuhof. Desta forma, quando discute os negros ou os indígenas no Brasil, expõe tanto dados econômicos, como sobre seu cotidiano, e dessa vez não copia de outros autores, são suas impressões dessa gente:

*Grande quantidade de negros de diversas nações trabalhava, tanto no Recife como no interior, no amanho da terra e nos engenhos dos portugueses, que não os podiam dispensar, não só devido ao calor extremo, mas, também, pela incrível resistência dos africanos. Assim é que, por várias vezes, o número de negros a serviço dos engenhos, entre o Rio Grande e o Rio São Francisco, atingiu a perto de 40.000. A maioria deles provém dos reinos do Congo, Angola e Guiné. A beleza dessa gente resume-se em sua pele negra, lustrosa, nariz chato, lábios grossos e cabelos curtos e encarapinhados. Os mais fortes e laboriosos eram, no Brasil, vendidos, nas ocasiões de alta de preço, por 70, 80 ou 100 e mais “peças de oitava” e até mesmo 1.400 ou 1.500 florins, em casos excepcionais. Todavia, quando o comércio começou a decair, os escravos eram vendidos a 40 “peças de oitava”. Dificilmente se encontrava holandês de algum recurso que não possuísse diversos escravos. Os cativos eram brutal e miseravelmente tratados pelos portugueses, conquanto sejamos*

*forçados a admitir a necessidade de mantê-los em rigorosa disciplina, pois são vadios, supersticiosos e macumbeiros ao extremo. [...] Os aborígenes chegam logo à maturidade e atingem a idades avançadas, em perfeita saúde. Também raramente ficam grisalhos. Vêem-se, igualmente, europeus aí residentes atingirem a 100 e 120 anos. Atribue-se esse fato à temperatura, à água, ao clima que, de fato, é tão bom, a ponto de espanhóis, que não passavam bem na Espanha ou nas Índias Orientais, virem para o Brasil a fim de desfrutar o ar excelente e a água magnífica. (Ibid., p.345-346-347)*

Contudo, reafirmamos que sua intenção de desenvolver um manual vinha desde o princípio; podemos dizer que aconteceu um amadurecimento do autor, após anos de observações. Em relação às cópias que Nieuhof processou durante todo o livro, não entendemos como prejudiciais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Para nos, só colocou em maior evidência os objetivos de arquitetar um guia com todas as informações possíveis, mesmo que os apontamentos tenham sido produzidos por outros autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho motivados pelas informações que obtivemos da viagem marítima e terrestre ao Brasil de Joan Nieuhof, que começou no ano 1640 e teve seu término em 23 de julho de 1649. O autor embarcou na fragata *d'Eendragt* e, segundo suas palavras, deixou [...] *o lugar mais abençoado do mundo, um verdadeiro paraíso terrestre [...]*, o Brasil do século XVII. (NIEUHOF, 1981, p.359-360)

O estudo da narrativa de Joan Nieuhof levou à formulação desta pesquisa, que perpassa pela história da Holanda dos séculos XVI e XVII procurando compreender a construção do imaginário de liberdade e tolerância da época. Sentimentos que foram cultivados nessa cultura em meio a conturbações, do tipo: um rei tirânico (Filipe II) que desejava converter todos ao catolicismo; revoltas por motivos religiosos ou políticos, que brotavam por toda a Europa – como uma ameaça constante para as fronteiras holandesas. Mesmo diante de tantas adversidades no século XVI, a confluência de alguns fatores (como a filosofia humanista, a religião calvinista, a localização geográfica e a guerra contra a Espanha) foram essenciais na gestação do século XVII, o chamado “Século de Ouro” holandês.

O imaginário de liberdade e tolerância, consolidado, se tornou a espinha dorsal que sustentou a representação de lucro que vigorava na Holanda dessa época,

onde residia a “Rainha Pecúnia”. A elite holandesa seiscentista, viveu na ambígua situação de buscar vigorosamente o lucro e temer as conseqüências da aviltante cupidez. Esses sentimentos tão contraditórios que nos fazem concordar plenamente com o argumento de Simon Schama: os holandeses do século XVII realmente viveram “o desconforto da riqueza”.

Da união de diversos investidores surgiu a Companhia das Índias Ocidentais, réplica da vitoriosa Companhia das Índias Orientais. O objetivo desta nova associação era sem dúvida o lucro, e o alvo escolhido para conseguí-lo foi o Brasil. Logo, homens determinados sob o convés das embarcações rumaram para as terras brasileiras, e entre eles figurava o autor de nossa fonte primária, Joan Nieuhof.

Contratado pela Companhia das Índias Ocidentais como comissário, Nieuhof acabou produzindo uma narrativa sobre sua estada no Brasil. Entendemos que o propósito desse diário fosse, inicialmente, manter a Companhia informada, e divulgar as vantagens comerciais de aplicar capital na nova colônia batava, criando uma espécie de guia ou manual para futuros investidores.

Contudo, essa intenção foi suplantada pelo levante português, quando proprietários de engenhos descontentes com as condições impostas no pagamento das dívidas com Companhia resolveram se rebelar. Motivados por vitórias e o apoio – em princípio velado – da Coroa portuguesa, os revoltosos declaram guerra ao Brasil Holandês. Nieuhof deixou de lado a contemplação dos recursos naturais comercializáveis para mergulhar nas relações diplomáticas do desenvolvimento da guerra luso-holandesa. O autor mudou então a temática da narrativa e se tornou um

correspondente de guerra, relatando batalhas, acordos, cartas e declarações do conflito.

A estrutura do livro de Nieuhof é constituída de altos e baixos: ao pedir autorização para deixar o Brasil Holandês, o autor retoma as informações sobre os haveres naturais das terras brasileiras, novamente com um caráter economicista; porém, o teor dos dados são mais contundentes e direcionados para aqueles que desejavam saber mais sobre as produções lucrativas na colônia holandesa.

Já em solo holandês, Nieuhof escreveu as últimas folhas do seu livro, nelas fazendo uma análise da conquista das Capitânicas e principalmente o que causou a derrota da colônia batava no Brasil.

O aspecto que necessitamos ressaltar seria a questão do choque entre a abastada Holanda européia com o exótico Brasil tropical: quais as características que resultaram desse confronto?

O autor informa que o alto Conselho do Brasil (1643-1646) foi acusado pelo Estado Holandês de imperícia ao lidar com a situação dos portugueses revoltosos, e que seria o responsável pela situação desesperadora em que se encontrava a colônia. No entanto, Nieuhof foi categórico ao eximir de responsabilidade o referido Conselho, e expôs outros motivos para a queda do Brasil holandês.

Utilizando-se mesmo da história do antigo Império Romano, Nieuhof argumentou que a ocupação da colônia pelo Estado Holandês cometeu sérios erros que comprometeram sua manutenção. Para ele, as Capitânicas Nordestinas foram

facilmente subjugadas pelos holandeses, devido a cobiça dos portugueses pelas riquezas das Índias Orientais, deixando a colonização do Brasil para segundo plano.

Na análise de Nieuhof, era a falta de uma colonização bem constituída o grande problema da manutenção das colônias em geral. A Espanha na América Central era um forte exemplo de povoamento bem sucedido, dificultando ataques. Neste sentido, os holandeses cometeram o mesmo erro dos portugueses, com o agravante de instituírem ao povo conquistado direitos similares aos seus.

Desta forma, os portugueses mantiveram seus engenhos e os limites de suas terras assegurados pela lei. Isto impedia que os holandeses recém chegados tivessem as melhores terras, já que estas foram ocupadas primeiro. Outros pontos, que discordou, foram: a comercialização dos engenhos confiscados indistintamente, tanto para holandeses como portugueses; os altos encargos de transporte e compra de mão-de-obra escrava, dificultava o desenvolvimento dos engenhos holandeses já existentes; faltava, por parte do governo, um plano de vantagens para futuros trabalhadores livres e proprietários de engenho de origem holandesa. Principalmente este último item era de suma importância para o autor, o que reforça nossa teoria de que esse livro tinha o propósito de incentivar a imigração tanto de pessoas como de recursos. Vejamos este breve trecho e a determinação de Nieuhof: *O Estado, pelo contrário, devia ter convidado as pessoas livres para o mais pronto e melhor povoamento do Brasil Neerlandês, com títulos honrosos, terras devolutas, favores e direitos de passagem [...] (Ibid., p.375).*

Assim, sem grandes benfeitorias, os colonos holandeses não se empenhavam em arriscar seus ganhos e mesmo a vida no interior do Brasil. Ficavam nas cidades litorâneas, em particular no Recife, onde investiam no comércio em detrimento da agricultura.

Diante de todos esses fatores, concluímos que o choque desses dois mundos produziu pessoas como Nieuhof. Viajantes impregnados com suas características culturais se integraram com a cultura encontrada nesses novos mundos. Cercados por um ambiente natural desconhecido e muitas vezes adverso, eram obrigados a atitudes que antes não se julgavam capazes. Esses homens foram tocados em seu íntimo, modificando suas representações e seus imaginário há muito constituídos.

Ao criticar a Companhia e o Estado Holandês por não proceder como deveria em relação à colônia, Nieuhof demonstra conhecimento do que estava realmente acontecendo no Brasil. Apesar do sistema de informação utilizado pelos holandeses, como colocamos no corpo do trabalho, estes não conseguiram compreender as necessidades do Brasil Holandês.

Podemos dizer que a responsabilidade do Estado Holandês pela derrota na colônia foi parcial, este somente reproduziu o conjunto de princípios que conhecia. A Holanda não possuía um sistema agrícola desenvolvido, devido ao seu solo pouco produtivo. Portanto, se constituía de um entreposto comercial, apenas um porto de distribuição de mercadoria, ou seja: *O destino da economia desse país parecia só ter uma saída lucrativa: os transportes* (ZUMTHOR, 1989, p.325).

Desta forma, a mentalidade trasladada para o Brasil não foi de uma colonização agrícola – mesmo sendo essa a idéia inicial da Companhia. No entanto, eram os portugueses que produziam nos engenhos o açúcar, e cabia à Companhia o transporte e comercialização lucrativa do produto. O Estado e os colonos reproduziram de forma inconsciente tanto o sistema econômico quanto os valores culturais da sua nação de origem.

Portanto, Nieuhof é a fusão do imaginário de liberdade e tolerância do século XVI – que foi o suporte para a representação de lucro –, e com os novos sentimentos acrescentados a partir da sua permanência na exótica terra tropical chamada Brasil. Este choque produziu uma nova mentalidade holandesa, o do “colono holandês”, que pôde perceber as falhas de visão cometidas pela Metrópole – uma discussão para futuras pesquisas.

Em suma, entendemos que o livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, dá voz aos sentimentos de Nieuhof, e deslumbra a mentalidade dos viajantes holandeses seiscentistas. Em nossos devaneios podemos fantasiar como seria hoje a cultura, ou mesmo esta nação chamada Brasil Holandês. Contudo, seriam somente devaneios, pois em 26 de janeiro de 1654 foi assinada a capitulação de Recife e das demais Capitânicas. Mas somente no dia 6 de agosto de 1661 essa pendenga acabou, com a assinatura, em Haia, do tratado de paz entre Holanda e Portugal, decretando o fim do Brasil Holandês.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES:

NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Tradução Moacir N. Vasconcelos; confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo 1981.

NIEUHOFS, Johan. *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee - en Lant - Reize*. Amsterdam: Jacob Van Meurs, 1682.

### BIBLIOGRAFIA

ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 1999.

BACZKO, Boronislav – “Imaginação Social”. In: **Enciclopédia Einaudi. Anthropos – Homem**, Lisboa: Casa da Moeda – Imprensa Nacional, 1985, v.5.

BARLÉU, Gaspar. **História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo 1974.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: UNESP, 2002.

BOBBITT, Philip. **A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil 1624-1654**. São Paulo: Companhia Nacional, 1961.

\_\_\_\_\_. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: 70, 1969.

\_\_\_\_\_. **The Dutch in Brazil 1624-1654**. Oxford: At the Clarendon Press, 1957.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV- XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. Brasília: UnB, 1991.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: Um estudo das Elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2000.

CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder: Uma história da especulação financeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa** 3 ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 27<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GREEN. **Renascimento e Reforma**. (?).

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 26<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEFORT, Claude. **Pensamento Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LINS, Ivan. **Erasmus, a Renascença e o Humanismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MARCGRAVE, Jorge. **História das cousas Naturais do Brasil**. São Paulo: USP, 1942.

MÉCHOULAN, Henry. **Dinheiro e Liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza**. Tradução, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2001.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **Construindo um mundo novo. Os escritos coloniais do Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: USP, 1996.

MOREAU, Pierre. **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses**. São Paulo: Itatiaia, 1979.

NEME, Mário. **Formulas Políticas no Brasil Holandês**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1971.

NETSCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII**. São Paulo: Companhia Nacional, 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In: **Revista Brasileira de História - Representações**, São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.15, nº 29, 1995.

PIERRE, Ansart. Ideologias Conflitos e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Apud. ROMANELLO, Jorge Luíz. **Imagens e Visões do Paraíso no Oeste Paulista: Um estudo do imaginário regional**. Assis: UNESP, 1998. (dissertação de mestrado)

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

SCHAMA, Simon, O desconforto da riqueza: **A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SCHAUB, Marianne. Espinosa o uma Filosofia Política Galilaica. In: **A Filosofia do Novo mundo**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1983.

SIMON, Edith (org.). **A Reforma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Laura Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e Vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

TOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TORRE, João Carlos Brum. **Figuras do Estado Moderno: Representação Política no Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WISON, Charles. **Los Países Bajos y la cultura europea en el siglo XVII**. Madrid: Guadarrama, 1968.

WIZNITZER, Arnald. **Os Judeus no Brasil Colônia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1960.

ZUMTHOR, Paul. **A Holanda no tempo de Rembrandt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**V Congresso de História Nacional**: Rio de Janeiro Departamento de Imprensa Nacional, Abril de 1949, 5v, 1950.

**Revista Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**: Rio de Janeiro Imprensa Nacional Tomo LXXV, parte I, 1913.